

Teresa Alves e Filipa Tovar de Carvalho
(Organização e Edição)

Portugal

Vinte Anos de Integração na Europa Mudanças e Perspectivas



MOPT

Centro de Estudos Geográficos

Universidade de Lisboa

PORTUGAL
VINTE ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA
MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

PORTUGAL
VINTE ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA

MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

Teresa Alves e Filipa Tovar de Carvalho
(Organização e Edição)

MOPT/Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa

Título: Portugal – Vinte Anos de Integração na Europa:
Mudanças e perspectivas

Organização e edição: Teresa Alves e Filipa Tovar de Carvalho

Edição: MPOT/ Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa

Fotografia da capa: Agência Lusa/Cristina Fernandes

ISBN: 978-972-636-224-1

Depósito legal n.º 353 351/12

ÍNDICE

Portugal: 20 anos de integração na Europa

Teresa Alves 7

Exposição “Portugal e Espanha: 20 anos de integração na Europa”

Filipa Tovar de Carvalho 13

Sessão inaugural da Exposição sobre 20 Anos de Integração Europeia

Maria Helena Mira Mateus e Luisa da Palma Fragoso 15

A integração de Portugal e de Espanha na UE: Semelhanças e diferenças dos seus percursos

Iva Pires 21

As Cidades em Portugal nos últimos 20 anos – espaços de crescimento, espaços de vida

Eduarda Marques da Costa 35

A Política Comunitária de Concorrência

Miguel Mendes Pereira 51

Fileiras Industriais de Energias Renováveis

Miguel Centeno Brito 63

Será Yinka Shonibare Europeu? A(s) cultura(s) da Europa

Manuela Ribeiro Sanches 73

Europa Viva – Um projecto cultural e de cidadania europeia em Portugal

Ana Paula Lemos 87

Portugal Na Europa, 1986-2006: O Que Aconteceu À Cultura?

Eduardo Brito Henriques 93

Programa do Ciclo de Conferências e Debates 103

PORTUGAL: 20 ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA

*Teresa Alves**

Ao completarem-se 20 anos da adesão de Portugal à CEE pretendeu-se através de um ciclo de conferências avaliar as mudanças, conhecer as promessas cumpridas e as oportunidades perdidas e perspectivar as apostas para o futuro. Em 20 anos de integração as mudanças foram muitas e mesmo os mais cépticos reconhecem a relevância de todo este processo na evolução do bem-estar da população em Portugal.

Portugal passou a ser membro das comunidades europeias em 1 de Janeiro de 1986. A candidatura de adesão tinha sido assinada em Março de 1977 e o acordo de pré-adesão em de Dezembro de 1980.

Com o 25 de Abril de 1974 chegou ao fim um período da história portuguesa caracterizado por más condições de vida, fraco poder de compra, regime político autoritário e grande dependência do mercado das colónias. O pedido de adesão de Portugal à CEE foi o resultado *natural* da necessidade de recentrar o mercado na Europa. A partir da década de 60 Portugal começara já a abrir-se à Europa através da captação de investimento directo estrangeiro, do desenvolvimento de algumas regiões como destino turístico para muitos europeus e em virtude de alguns países se terem transformado no principal destino da nossa emigração.

No início do processo os órgãos de gestão das instituições da CEE viram, contudo, com grande apreensão a adesão de Portugal. Em face da situação económica o país teria de enfrentar enormes dificuldades e seriam necessárias grandes alterações ao nível económico, político e social.

Partindo de um nível de desenvolvimento muito abaixo dos outros países da CEE, Portugal recebeu fundos estruturais com o objectivo de modernizar o sector produtivo, qualificar os recursos humanos e promover o desenvolvimento harmonioso do território. Ao mesmo tempo a CEE impôs processos de liberalização e de reprivatizações de sectores como a energia, as comunicações ou o sistema financeiro com vista a adaptar a economia portuguesa às normas comunitárias. A evolução da economia portuguesa foi positiva, apesar da persistência de problemas estruturais e dos impactos de ciclos conjunturais negativos, verificando-se um efectivo crescimento económico.

Entre 1986 e 2006, o Produto Interno Bruto por habitante, medido em Paridade de Poder de Compra, cresceu de menos de 7 mil para cerca de 17 mil euros por habitante, representando 65% da média da UE15¹. Até 2001, excluindo os anos de 1992 a 1994, o

* Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa

¹ Todos os dados estatísticos apresentados neste texto sem indicação de uma fonte específica foram retirados do documento *Portugal – 20 Anos Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration*.

PIB/capita em Portugal cresceu a taxas superiores à média da UE15 o que permitiu um apreciável processo de convergência para os níveis de rendimento da União. A partir de 2002, todavia, Portugal interrompeu este processo vindo a divergir e a distanciar-se da média europeia.

Em termos regionais o progresso do PIB/capita foi positivo, com as regiões de Lisboa, Madeira e Algarve a apresentarem níveis de rendimento superiores à média nacional. Apenas a região Norte, a mais afectada pelo processo de reestruturação económico com o encerramento de muitas unidades industriais intensivas em força de trabalho pouco qualificado, recuou relativamente aos valores médios nacionais.

O nível de riqueza criada, em média, por trabalhador passou de 16 mil euros à data da adesão para 36 mil euros em 2006, valor que representava cerca de 65% da média registada na União alargada a 25 países. Um dos aspectos mais positivos na evolução da riqueza criada é o facto das taxas de actividade em Portugal serem em geral superiores à média da UE15 e UE25, particularmente ao nível da taxa de emprego feminina, que apresenta uma tendência sistemática de aumento. Mesmo nos períodos mais recessivos, ou nas áreas com mais problema de emprego, como por exemplo na Península de Setúbal na segunda metade dos anos 80, a taxa de actividade feminina cresceu. As mulheres em Portugal são, apesar dos níveis de crescimento dos níveis de escolaridade das gerações mais jovens, uma força de trabalho barata e disponível para aceitar condições de maior precariedade precisamente nos momentos de maior crise.

**Quadro 1 – Evolução dos tempos de percursos 1986-2006
(percursos com origem em Lisboa)**

	Tempo 1986	Tempo 2006	Variação %
Aveiro	4:17	2:38	-38,5
Beja	2:48	1:51	-33,9
Braga	6:27	3:29	-46,0
Bragança	8:53	5:10	-41,8
Castelo Branco	4:09	2:08	-48,6
Coimbra	3:41	2:04	-43,9
Évora	2:26	1:20	-45,2
Faro	4:35	2:40	-41,8
Guarda	6:06	3:00	-50,8
Leiria	2:33	1:24	-45,1
Portalegre	3:37	2:17	-36,9
Porto	5:13	3:08	-36,9
Santarém	1:49	0:42	-61,5
Setúbal	0:41	0:36	-12,2
Viana do Castelo	7:19	3:49	-47,8
Vila Real	7:38	3:50	-49,8
Viseu	5:02	3:03	-39,4

Fonte: Estradas de Portugal, INE (2007)

Um dos aspectos mais visíveis do processo de integração europeia foi o desenvolvimento das infra-estruturas de acessibilidades e transportes que permitiu uma redução muito significativa dos tempos de percurso entre as principais localidades. A aplicação dos fundos estruturais, conjugados com decisões políticas e investimento nacional, permitiu uma melhoria muito significativa da acessibilidade territorial em Portugal que

se traduziu no encurtar das distâncias-tempo entre a maioria das principais aglomerações do país (Quadro 1).

A transformação das condições de mobilidade/acessibilidade teve consequências em termos de distribuição das actividades económicas que se traduziram, por exemplo, no crescimento do emprego industrial fora das grandes áreas metropolitanas, nomeadamente, em concelhos caracterizados por sistemas produtivos até aí tipicamente rurais. Os serviços comerciais, por outro lado, passaram a estar disponíveis num número cada vez mais vasto de localidades cobrindo de forma mais uniforme o território, melhorando a acessibilidade das populações a bens e serviços (Alves, 2005).

A evolução da estrutura sectorial do VAB da economia portuguesa acompanhou muito de perto a evolução na UE15, com o crescimento da importância das actividades relacionadas com os serviços (Alves, 2005). O sector primário e os ramos da construção civil e obras públicas continuaram, contudo, a ser mais relevantes em Portugal do que no resto da UE15. No caso do primário o desaparecimento de uma geração de pessoas idosas que sustentavam com o seu trabalho um sector tradicional conduziu à redução da sua relevância. O sobredimensionamento dos ramos da construção civil e obras públicas tendeu a diminuir com a redução dos investimentos em infra-estruturas e equipamentos, decorrentes da programação dos Fundos Estruturais.

Nestes 20 anos de adesão as mudanças ao nível da estrutura produtiva, como o abandono de sectores mais tradicionais (agricultura pouco intensiva em capital; indústrias têxteis e vestuário) e a aposta em novas áreas (agricultura e pecuária baseada em produtos certificados regionalmente ou em segmentos mais intensivos em capital; desenvolvimento de *clusters* na área do automóvel, da produção de energia a partir de fontes renováveis; serviços de apoio à produção qualificados), conduziram a um novo perfil no comércio externo e no funcionamento do mercado de trabalho, com maior procura dos níveis mais qualificados e crescimento do desemprego nos níveis mais desqualificados (Alves, 2005). As exportações de bens e serviços com mais valor acrescentado do que no passado transformaram-se num efectivo motor de crescimento económico. A quota de exportações de produtos de alta tecnologia no total de exportações continuou, contudo, muito abaixo na média da União a 25. Em 2004, de acordo com os dados do INE, este grupo de exportações representava cerca de 8% do total das exportações, sendo o valor médio da União alargada de 18%.

A efectiva melhoria da qualidade de vida das populações expressou-se na evolução positiva das taxas de cobertura com as infra-estruturas básicas. A proporção de agregados domésticos a residir em alojamentos com sistema de esgotos atingia os 97%, em 2005/2006, e com acesso a sistema de distribuição de água era de 92%, em 2005. A população servida por sistemas de drenagem de águas residuais alcançava os 82%, em 2005 (www.ine.pt).

A sustentabilidade ambiental entrou no discurso político e na vida do dia-a-dia, com o crescimento da recolha selectiva e do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, com a aposta na protecção das áreas com sensibilidade ambiental mais significativa, e com a adesão às redes europeias de protecção ambiental. A estratégia nacional de desenvolvimento sustentável apoiou-se na valorização da mais-valia ambiental e de biodiversidade que está bem expressa no peso que tem a área do território abrangida pela Rede Natura 2000, mais elevada em Portugal do que no conjunto da EU-15 (Quadro 2).

Quadro 2 – Rede Natura 2000**Zonas de Protecção Especial – Directiva Aves**

EU-15: 7,5% da área total

Portugal: 10,2% da área total

Sítios de Importância Comunitária – Directiva Habitats

EU-15: 12,7% da área total

Portugal: 17,4% da área total

Fonte: ICN; <http://europa.eu.int/comm/eurostat>

No domínio da sustentabilidade ambiental também a questão da produção de energia a partir de fontes com menores impactos nas alterações climáticas transformou-se num objectivo prioritário que mudou em poucos anos o perfil das fontes primárias de energia. Em 2005 a produção bruta de electricidade a partir de fontes renováveis já se aproximava dos 30%.

A adesão a princípios e normas de defesa do consumidor tornou-se numa das principais bandeiras da integração europeia. Conjugada com questões de segurança e de saúde pública foram alguns dos domínios em que as mudanças mais implicações tiveram na vida das populações. A defesa e a segurança do consumidor surgiram na agenda política como temas estratégicos na construção da noção de cidadania europeia. Desde o início esta foi uma das questões apontada como uma das vantagens mais relevantes da integração europeia.

Os indicadores de saúde progrediram à medida que os fundos comunitários contribuíram para levar os serviços públicos a todo o território cobrindo a população residente com novas unidades, mais modernas e melhor equipadas, tanto em termos de humanos, como tecnológicos. A taxa de mortalidade infantil, um dos indicadores que melhor expressa a melhoria das condições de vida das populações passou de 15,9‰ para 3,5‰, entre 1986 e 2005 (www.ine.pt). A evolução da esperança de vida à nascença de 74,3 anos (1989) para 77,3 anos (2003) traduz também a melhoria generalizada das condições de vida e dos cuidados de saúde em Portugal. O desequilíbrio na oferta de serviços de saúde entre áreas mais desenvolvidas do litoral e áreas menos desenvolvidas do interior foi-se atenuando com o desenvolvimento dos novos equipamentos, que sujeitos a menor pressão da procura conseguem prestar serviços de grande qualidade.

A dinâmica demográfica tornou-se cada vez mais dependente dos fluxos migratórios pois as taxas de fertilidade tenderam a decair. A queda das taxas de fertilidade reflecte um conjunto de mudanças sociais como a alteração do estatuto socioeconómico da mulher, a evolução da idade no casamento e as condições de integração dos jovens na vida activa que levam ao adiamento da decisão de ter filhos. Seguindo um padrão semelhante ao da maior parte dos países europeus, as baixas taxas de fertilidade têm contribuído para o avanço do envelhecimento da população. O impacto negativo na evolução da população foi neste período compensado com a atracção de população imigrante, alterando o perfil tradicional passando Portugal de país emissor a país de acolhimento de migrantes.

A capacidade de integração de populações etnicamente diversificadas representa uma mais-valia que tem permitido sustentar a tendência para o declínio da população. A percentagem de população estrangeira com estatuto de residente ultrapassava os 2,5% em 2005. A par com a estabilização, ou o declínio, da entrada de populações com origem nos países africanos de expressão portuguesa, assistimos ao crescimento da emigra-

ção brasileira e da proveniente dos países do Leste da Europa diversificando e rejuvenescendo a população residente.

A integração europeia chamou a atenção para o valor do património cultural, material e imaterial, e permitiu a mobilização de financiamentos que possibilitaram requalificar monumentos, sítios, práticas e territórios que noutro contexto poderiam ter sido perdidos. Iniciativas como as Capitais Europeias da Cultura mobilizaram recursos que garantiram a dotação de equipamentos e a realização de eventos que contribuíram para a valorização urbanística e cultural das cidades de Lisboa e Porto. As políticas europeias contribuíram sobretudo para modificar o modo de usufruir a cultura no dia-a-dia, retirando-lhe a carga negativa do passado, conferindo ao enriquecimento cultural um carácter mais lúdico. As despesas das famílias em actividades de cultura e lazer, medidas em termos de peso no PIB, são mais elevadas do que as do Estado, e revelam nas últimas duas décadas uma tendência de crescimento.

As questões relacionadas com a coesão social têm sido objecto de políticas europeias que procuram melhorar os sistemas de redistribuição da riqueza, mas nos últimos anos assistimos em Portugal ao aumento do nível de desigualdade na distribuição do rendimento que não estará dissociada das tendências recentes de evolução do mercado de trabalho, com aumento das taxas de desemprego. As mudanças do modelo de produção conduziram ao crescimento do desemprego e, sobretudo, do desemprego de longa duração afectando grupos sociais de difícil requalificação (pessoas mais idosas, com baixos graus de instrução e níveis de qualificação profissional reduzidos). Apesar da melhoria, em Portugal, das despesas em protecção social per capita (expresso em Paridade de Poder de Compra), as diferenças em relação à UE15 e UE25 têm vindo a manter-se. A desigualdade na distribuição dos rendimentos em Portugal, medida pelo Coeficiente de Gini, agravou-se passando de 37, em 1995, para 41 em 2005 (UNDP, 2006), contrariando a evolução global na UE. A taxa de pobreza após transferências sociais diminuiu de 23% para 20% da população, continuando, contudo, a situar-se acima dos valores médios da UE15. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (UNDP), Portugal regista uma melhoria, apesar de continuar numa das posições menos favoráveis entre os países da UE15. A evolução do IDH de Portugal resultou do comportamento mais favorável dos indicadores de educação, do rendimento/capita e esperança de vida à nascença.

Os progressos da sociedade de informação e do governo electrónico alteraram profundamente as condições de acessibilidade a bens e serviços, gerando novas condições de integração de populações e territórios. A melhoria do nível de acesso das famílias à Internet que passou de 15% (2002) para 35% (2006) reflecte uma evolução muito positiva, mas ainda longe dos valores necessários para sustentar novos contextos de desenvolvimento da competitividade como preconiza a Estratégia de Lisboa. O acesso à Internet nas escolas e a utilização na prestação de serviços de saúde, por exemplo, revelam dinâmicas só possíveis com a aplicação de programas financiados pelos fundos estruturais enquadrados por políticas europeias.

Apesar de todo o progresso que podemos observar nestes 20 anos de adesão à Europa continuámos a adiar apostas. No domínio da educação e formação, por exemplo. O abandono escolar precoce continua a ser muito elevado entre os jovens portugueses e constitui um problema grave impedindo uma evolução positiva das qualificações. Em 2006 quase 40% dos jovens a frequentar o ensino saíram sem completar o grau.

O baixo nível de escolarização da população portuguesa constitui um dos principais entraves ao processo de desenvolvimento. Apesar das melhorias, a população com um grau de escolarização ao nível do secundário representa apenas 26% da população em idade activa (2005), valor que está muito abaixo dos observados nos outros países da

União Europeia. O crescimento da despesa com a educação, medida em termos do PIB, não produz resultados imediatos o que parece reflectir uma certa ineficiência do sistema. Apenas na taxa de pré-escolarização, perto dos 90% em 2005, Portugal supera os níveis da UE25, ilustrando uma das evoluções mais positivas no processo de integração europeia.

Em termos de aprendizagem ao longo da vida os valores também não são dos mais animadores. Enquanto na maior parte dos países da EU a participação em acções de requalificação da força de trabalho tem sido encarada como uma forma de fazer frente às necessidades de adaptação das pessoas aos novos contextos do mercado de trabalho, em Portugal menos de 5% da população entre os 25 e os 64 anos esteve envolvida neste tipo de actividades em 2005.

De acordo com os dados do EuroBarómetro (2007²) Portugal apresentava em 2006 uma percepção positiva face à sua situação de pertença à União Europeia. Quando questionados sobre se considerava “bom” pertencer à União Europeia, os portugueses exprimiam percepções bastante favoráveis, não obstante os valores terem vindo a diminuir ao longo dos vinte anos em análise. De qualquer forma estes valores eram quase sempre superiores aos da média dos países da União. Em 2006, a percentagem da população que considerava “bom” pertencer à União Europeia era de 48,5%, enquanto em 1986 era de 63,5%.

A percepção dos portugueses quanto ao benefício de pertencer à União era igualmente favorável e superior à média do sentimento europeu. Apesar deste sentimento favorável dos portugueses ter vindo a decrescer, em 2006, 58,5% ainda considerava que Portugal beneficiava em pertencer à União Europeia.

O nível de confiança dos portugueses nas instituições europeias era superior à média europeia e apresentou uma tendência contrária aos outros indicadores, pois o nível de confiança nas instituições consideradas (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho de Ministros) aumentou. O Parlamento Europeu era, de todas as instituições europeias, aquela em quem os portugueses mais confiavam. Apesar do nível de abstenção nas eleições europeias ter crescido ao longo de todo o período, estes indicadores de opinião confirmam a importância do processo de integração na Europa para a evolução do bem-estar da população portuguesa.

Ao longo do período entre 1986 e 2006 Portugal melhorou em praticamente todos os indicadores associados à qualidade de vida, saúde, mobilidade e acessibilidade, sustentabilidade ambiental, sociedade de informação e governo electrónico, coesão social, convergindo nestes domínios com a realidade europeia.

Fontes:

Alves T (2005) *Geografia dos Serviços: reestruturação produtiva e inovação social*, CEG, EPRU. n.º 60, Lisboa, 251 páginas (ISBN-972-636-149-4).

Portugal – 20 Anos Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration. (2007) Edição: Instituto Nacional de Estatística, I.P.; Parlamento Europeu – Gabinete em Portugal e Representação da Comissão Europeia em Portugal.

UNDP (2006) *Human Development Report 2006. Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. United Nations Development Programme (UNDP).

Sites:

<http://ec.europa.eu>

www.ine.pt

² http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb65/eb65_en.pdf.

EXPOSIÇÃO “PORTUGAL E ESPANHA: 20 ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA”

*Filipa Tovar de Carvalho**

A exposição “Portugal e Espanha: 20 anos de integração na Europa”, que agora admiramos, foi primeiramente inaugurada no Parlamento Europeu, em Bruxelas, a 23 de Março de 2006 e comemorava, precisamente, os vinte anos da adesão dos dois países ibéricos à então CEE, em 1 de Janeiro de 1986, com a presença dos presidentes do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, respectivamente, Josep Borrell e José Manuel Durão Barroso e dos primeiros-ministros, José Sócrates e José Luís Zapatero.

A organização esteve a cabo da Associação de Jornalistas Europeus e dos Gabinetes do Parlamento Europeu e Representações da Comissão Europeia em Portugal e Espanha, em colaboração com as agências noticiosas Efe e Lusa e pretendeu mostrar, através de fotografias, cartoons e primeiras páginas de jornais, como se processou a modernização dos dois países desde as assinaturas dos tratados de adesão, que se realizaram, simultaneamente, em 12 de Junho de 1985.

Depois desta apresentação, a exposição ficou disponível para, de forma itinerante, percorrer várias cidades portuguesas e espanholas, dando a conhecer, a alguns e a lembrar, a outros, os momentos marcantes da transformação histórica que os dois países viveram nas últimas duas décadas.

É nesse período de itinerância que a exposição “Portugal e Espanha: 20 anos de integração na Europa” é inaugurada na Universidade de Lisboa, por iniciativa do seu Centro de Documentação Europeia e aí permanece, de 7 a 23 de Maio de 2007.

A afluência que se verifica, reflecte a curiosidade e o interesse em avaliar o balanço destes vinte anos através de mais de cem imagens que retratam, de forma cronológica, “os melhores vinte anos de Portugal e Espanha” e que contam, em pose formal ou através da sátira, uma “história de sucesso” a dois, rumo à integração europeia.

A partir da data de adesão, Portugal e Espanha participam activamente no aprofundamento da comunidade a que pertencem agora e integram o grupo de Estados-membros que preparam e assistem à primeira alteração ao Tratado de Roma, que se dá logo nesse ano de 1986, com o Acto Único que leva à criação do Mercado Interno. Segue-se a segunda alteração ao Tratado, em Maastricht. A Comunidade Europeia passa a União Europeia e lançam-se as bases da União Económica e Monetária que levará à adopção do Euro como moeda única, à qual Portugal e Espanha aderem desde o primeiro momento. Outras etapas importantes são ultrapassadas e os dois países ibéricos, que muito têm beneficiado da transferência dos fundos comunitários, também muito têm contribuído, quer para a dimensão externa da União, com as suas relações privilegiadas de apro-

* Centro de Documentação Europeia – Universidade de Lisboa

ximação com África, com a América Latina e com o Mediterrâneo, quer também com a oferta de novos mercados e com a sua diversidade cultural, donde se destaca o peso das línguas portuguesa e castelhana.

No terreno das representações também a marca de Portugal e Espanha se evidencia. O primeiro comissário europeu português, António Cardoso e Cunha (1986-1994), refere o impacto da chegada da delegação portuguesa ao “labirinto administrativo” de Bruxelas e o olhar de desconfiança das delegações dos outros Estados-membros pela entrada de mais dois países mediterrânicos, tendo ainda presente o impacto da adesão da Grécia. Mas, ao longo dos dois mandatos, este sentimento “deu lugar ao respeito e admiração” pelo desempenho das equipas técnicas portuguesa e espanhola. A confiança e credibilidade agora instaladas, permitem que Portugal e Espanha sejam a escolha óbvia para intermediar o diálogo das relações externas da Comunidade com África e com a América Latina. A vantagem advém-lhes da partilha da mesma língua e do conhecimento das sensibilidades. O comissário João de Deus Pinheiro (1995-1999) é disso exemplo ao lhe ser atribuída a área das relações externas com os países ACP e África do Sul, ajuda ao desenvolvimento e Convenção de Lomé. António Vitorino (1999-2004) foi o responsável pela área da Justiça e Assuntos Internos, que integra, entre outras, as políticas de asilo e imigração e a cooperação policial e judiciária. Dado o alto grau de desempenho dessas funções, foi apontado como possível sucessor de Romano Prodi, na presidência da Comissão Europeia. A escolha, como sabemos, recaiu num outro português, Durão Barroso, que exerceu o seu primeiro mandato entre 2004-2009 e iniciou o segundo em 2010, mantendo-se à frente da Comissão Europeia.

Também nas presidências rotativas do Conselho da UE, Portugal desenvolve e apresenta projectos importantes. Em 2000, no Conselho Europeu de Lisboa, foi adoptada a “estratégia de Lisboa” e em 2007, na última presidência portuguesa, foi assinado o Tratado de Lisboa. É a primeira vez que uma alteração ao Tratado de Roma não tem o nome de uma cidade de um Estado-membro fundador e adopta o nome de Tratado de Lisboa. A par disto, o primeiro Alto Representante para a Política Externa e de Segurança foi um espanhol, Javier Solana, na altura em que o também espanhol Josep Borrell era presidente do Parlamento Europeu e o português José Manuel Durão Barroso já presidia à Comissão Europeia.

Não temos dúvidas de que Portugal e Espanha beneficiaram muito da adesão à CEE e são hoje países modernos que vêm com naturalidade as suas decisões, políticas, económicas, sociais e culturais, serem tomadas num contexto multilateral, de partilha de instituições comuns e multicultural, numa Europa unida na diversidade.

Ambos os países souberam aproveitar a oportunidade que a Europa lhes abriu para, finalmente, se olharem de frente e virarem as costas sim, mas à indiferença e à desconfiança mútua.

Fontes:

Associação de Jornalistas Europeus, Parlamento Europeu, Comissão Europeia (2007) – Portugal and Spain, 1986-2006= Portugal e Espanha= Portugal y España : vinte anos de integração na Europa . Lisboa : Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.

Websites:

http://ec.europa.eu/index_pt.htm

<http://www.parleurop.pt/view/pt/Arquivos.html>

PORTUGAL: VINTE ANOS DE INTEGRAÇÃO NA EUROPA MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

Sessão inaugural

*Maria Helena Mira Mateus**

Senhor Reitor da Universidade de Lisboa
Meus amigos

Foi com muito prazer que respondi afirmativamente ao convite que me fez a Professora Teresa Almeida Alves para estar na sessão de abertura deste ciclo de Debates e Conferências com que a Universidade de Lisboa celebra os vinte anos de integração na Europa.

A razão que me foi dada para este simpático convite foi o facto de ser Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras na ocasião em que se deu nascimento, por consenso e com entusiasmo dos docentes, ao curso de Estudos Europeus, voltado determinadamente para a relação com a Europa e suas instituições.

Para a concretização do seu lançamento, em 1998, estive sempre acompanhada pela Prof.^a Luísa Leal de Faria cuja experiência em organismos nacionais e internacionais foi uma indubitável mais valia. Na ocasião, considerámos que se tratava de um curso interdisciplinar em que os Departamentos da Faculdade podiam colaborar. Procurámos articulações internas que garantissem a qualidade e o funcionamento do curso constituindo um Conselho Coordenador com representação institucional de todos os Departamentos, e desenvolvemos articulações externas que despertassem a atenção e a colaboração activa de instituições prestigiadas com as quais estabelecemos protocolos. Lembro que criámos, ao tempo, um conselho consultivo em que se procurava aproximar as nossas áreas de trabalho da realidade fora da escola. Faziam parte desse conselho o Prof. Jorge Gaspar (que comungava connosco no desejo de uma saída para fora das paredes da escola), o economista e homem de cultura que era Leonardo Ferraz de Carvalho (que infelizmente morreu passado muito pouco tempo).

Quisemos, portanto, corresponder a um projecto de Faculdade entendida como uma instituição coerente e solidária, voltada para o exterior e acompanhando as novas necessidades de uma sociedade em mudança que se projectava na Europa.

Os próprios alunos sentiram que o curso lhes abria perspectivas estimulantes. Lembro-me de ter sido desafiada por eles, na disciplina que dava, a introduzir no programa uma actualização pedagógica e consentânea com a realidade do momento. Inclusivamente, recordei que, numa disciplina de comunicação, foi aberto um debate para treino

* Professora Catedrática Jubilada, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

de discussão e argumentação pública. O tema? Uma ou mais línguas francas para comunicação na Europa? Que lugar a línguas menos faladas neste espaço sociocultural em construção? Os alunos aderiam com entusiasmo.

Até ao ano lectivo de 2000-2001 os candidatos ao curso de Estudos Europeus tinham sempre as classificações mais elevadas. Fiquei agora a saber que a procura do curso continua, e que no ano de 2006-2007, para as 50 vagas de primeira fase, houve 325 candidatos, tendo as vagas sido integralmente preenchidas. Segundo também soube, na Faculdade de Letras de Lisboa apenas o curso de Comunicação e Cultura teve um número superior de candidatos.

Não posso esquecer por fim que, no âmbito do curso de Estudos Europeus, se realizou um ciclo de conferências de alto nível em que foram discutidos muitos problemas respeitantes à integração europeia de Portugal. Preocupações pedagógicas – os alunos foram bons intervenientes – e preocupações com a nossa própria preparação de abertura a muitos espaços cujo funcionamento nos era menos conhecido.

Investigação e Ciência

Mas estas questões não foram, naquela época, excepcionais. O tempo que estávamos a atravessar era ele mesmo de excepção. Vou fazer menção a dois aspectos que se reflectiram na actividade cultural e científica universitária em Portugal após a entrada na CEE.

Os *projectos internacionais* começaram a ocupar os nossos interesses. Um dos mais aparatosos foi o EUROTRA, projecto que pretendia criar um sistema de tradução automática entre todas as línguas oficiais da UE e, ao mesmo tempo, desenvolver o conhecimento em linguística computacional. Todos os países, depois da sua adesão, deviam formar um grupo de linguistas para tratar as estruturas da respectiva língua de acordo com as especificações informáticas desenvolvidas no Luxemburgo. Também Portugal criou o seu grupo que veio maioritariamente da Faculdade de Letras de Lisboa. O projecto acabou em 92 mas os linguistas portugueses ganharam conhecimento e contactos frutuozos com cientistas de outros países. Assim, depois do EUROTRA, ainda Portugal trabalhou com colegas estrangeiros nos projectos Genelex (programa EUREKA), no TRANSLEARN (grego, francês e português), no GRAAL e no EUROLANG. O contacto com grupos de excelência dinamizou o trabalho em muitos sectores (e perdoem por apenas ter referido projectos de linguística). Nos primeiros anos, vários universitários portugueses pertenceram a comissões de avaliação, deram cursos em países europeus, e trabalharam em projectos de investigação fundamental (que entretanto têm sido substituídos por projectos de investigação aplicada).

A par destes programas e projectos de investigação científica, a entrada na CEE deu a Portugal a possibilidade de utilizar *programas de intercâmbio* de alunos e professores (Erasmus, Sócrates), de *apoio a projectos pedagógicos* (como o Língua) e de *apoio a acções de preparação de projectos* a nível internacional (como o Alfa). Vários destes programas passaram as fronteiras da Europa e estão hoje globalizados, levando os nossos estudantes, professores e investigadores para universidades estrangeiras de prestígio.

Finalmente, Portugal participa da uniformização formal dos cursos universitários decidida em Bolonha há alguns anos, e que trouxe às nossas universidades uma verdadeira revolução.

Seminários e publicações

A Diversidade Linguística tem sido uma das riquezas da Europa que levanta questões e obriga ao estabelecimento de políticas. O Ano Europeu das Línguas, que teve lugar em 2001 – e de que foi comissária nacional a Prof.^a Isabel Faria – estimulou a discussão, em todos os níveis de ensino e em diversos contextos, da presença da língua portuguesa na Europa e no mundo, e da sua inter-relação com outras línguas. O DLGR da Faculdade de Letras organizou um colóquio que deu ocasião à publicação de um livro: *Mais Línguas Mais Europa – celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*. Também alguns cursos do Convento da Arrábida foram dedicados à reflexão sobre as políticas linguísticas num mundo de diversidade, e ao lugar de Portugal nesse cenário. Em 1998 realizou-se um seminário sobre *Uma Política de língua para o Português* em que se incluía um texto sobre *A constelação linguística na Europa* da autoria de Michèle Gendreau-Massaloux, Conselheira de Estado em França, texto em que se define como importante o lugar do português na Europa. Em 2001 teve lugar outro colóquio dedicado às Línguas da Península Ibérica e mais uma vez se discutiram articulações e estatutos linguísticos.

A Europa plurilingue

Mas outras mudanças estão em curso.

Numa Europa preocupada com problemas de multilinguismo e com as mudanças provenientes de uma imigração antes desconhecida por alguns países como Portugal, é natural que os organismos governamentais, as instituições escolares e de formação de professores e as instituições de investigação pedagógica estejam atentas e ocupadas com a aquisição do português como língua não materna e com a preservação das línguas e das culturas minoritárias. Esta recente situação determinou uma pluralidade de acções com estes objectivos, sejam elas acções de formação dos agentes de ensino, sejam reflexões teóricas e metodológicas, sejam projectos inovadores de investigação sejam, ainda, foros de discussão. Nesta intensa actividade têm participado professores universitários e não universitários e investigadores e os próprios alunos provindos dos fluxos migratórios.

É inegável que estamos no seio de uma sociedade fervilhando de mudanças, de encontros e desencontros, de valores tradicionais e valores emergentes. A entrada na União Europeia veio abalar ainda mais um país recém-nascido para a democracia e ainda mal habituado a esta nova forma de vida. Mas não podemos negar que temos o privilégio de viver tempos surpreendentes e exigentes em que todos podemos contribuir para uma melhor perspectiva de vida.

*Luísa da Palma Fragoso*¹

Agradeço a V. Ex.^a, Magnífico Reitor da Universidade de Lisboa, o convite que dirigiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que aqui tenho a honra de representar, para participar nesta iniciativa, na qual estará presente também o Senhor Director Geral dos Assuntos Europeus do MNE na sessão do próximo dia 9 para abordar “A Agenda da Presidência Portuguesa”. Gostava ainda de saudar os demais oradores da mesa e de felicitar a Faculdade pela iniciativa, fazendo votos de pleno sucesso, seguro numa instituição em que a temática europeia é seguida com tanto interesse.

O tema europeu parece ser hoje parte da nossa vivência quotidiana, adquirida, e, no entanto, trata-se de uma realidade que há, apenas, 20 anos para nós não existia e suscitava mesmo debates com acentuadas clivagens.

As sondagens que periodicamente se vão fazendo sobre a posição dos habitantes dos Estados membros em relação à participação na União Europeia, os muito citados eurobarómetros, consistentemente indicam uma atitude bastante favorável, no caso de Portugal com valores superiores à média europeia que se têm mantido em valores da ordem dos 60%.

Há 21 anos, Portugal aderiu às Comunidades Europeias, 21 anos depois somos membros da União Europeia. Fizemos parte do processo de integração, sofremos as transformações internas inerentes e transformámos activamente a estrutura em que nos integrámos.

As recentes comemorações dos 50 anos dos Tratados fundadores das Comunidades, que acabámos de assinalar em Março deste ano, foram também uma ocasião de revisitar o percurso deste processo que, tendo partido de uma realidade de cooperação económica se projecta hoje em novos domínios de integração e prossegue ambições políticas.

A adesão parece ter tido uma consequência principal inestimável: sermos parte da construção de uma comunidade que se projecta em termos políticos e económicos à escala global e sermos actores da respectiva construção, aportando a ela também valores e áreas de interesse próprios. Desse ponto de vista, a participação na UE oferece-nos um fórum em que temos acesso ao debate das questões que marcam a actualidade e para o qual podemos trazer questões que ganham maior dimensão quando abordadas num âmbito alargado e em que se propiciam consensos mais difíceis de conseguir fora deste contexto. O acesso à informação e melhores canais para a veicularmos são também reforçados neste quadro.

A opção pela adesão não pode deixar de se enquadrar na transformação política trazida pela mudança do regime operada pela revolução de 1974 e na transição para o processo político democrático que se seguiu. A visão sobre a nossa participação na UE não se pode separar deste processo iniciado há 33 anos, através das quais consolidámos as nossas instituições democráticas e procurámos traçar um caminho no sentido do desenvolvimento económico e de uma maior coesão económica e social com mecanismos de maior justiça e solidariedade social.

¹ Ministério dos Negócios Estrangeiros

A decisão política de optar pela via europeia no quadro da nossa transformação política interna serve-nos ainda de referência na nossa tomada de posição relativamente aos processos de alargamento que se seguiram ao nosso. A opção europeia dos países que fizeram a transição democrática no fim do século XX mereceu o nosso apoio político, apesar do impacto destas adesões na redistribuição financeira intra-europeia.

As áreas económica e social são aquelas em que internamente o impacto da adesão pode ser mais mensurável. Nos últimos 20 anos, os indicadores de convergência são ilustrativos da aproximação da economia portuguesa à média europeia, apesar de ser necessário reconhecer um abrandamento do ritmo nos últimos anos. Esta alteração do padrão de crescimento na vida dos cidadãos tem, por seu lado, efeitos não negligenciáveis na vida dos cidadãos.

A preocupação de Portugal nesta área ficou expressa na iniciativa, impulsionada durante a Presidência da UE de 2000, de apresentar propostas que culminaram na Estratégia de Lisboa orientada para o crescimento económico e melhoria das condições sociais no espaço europeu. Esta abordagem tem vindo a consolidar-se sob diversas formas e tem hoje expressão em várias iniciativas orientadas para o crescimento económico e a competitividade da Europa e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

De assinalar, parece ser também a alteração das relações económicas, tendo progressivamente Portugal deixado de ser um país preferencialmente receptor de investimentos e assumido também um papel relevante de investidor em diversos mercados mundiais, citando-se apenas o caso do Brasil ou de Espanha.

Elemento novo no período em referência é também a presença hoje em Portugal de um número assinalável de comunidades de imigrantes, atraídas pela promessa de melhores condições de vida no nosso país, mas contribuindo também para o nosso nível de desenvolvimento. O acolhimento destas comunidades de estrangeiros situa-se na nossa tradição histórica de abertura ao multiculturalismo. As nossas responsabilidades hoje acentuam-se e orientam-se para a necessidade de propiciar a sua integração de uma forma ordenada e justa, sublinhadas pela vasta presença de comunidades portuguesas no mundo, e naturalmente também na Europa, que para as quais temos requerido idêntica atenção.

Olhando agora para o contributo prestado por Portugal à comunidade em que nos integrámos, gostaria de assinalar, para além do óbvio alargamento do mercado interno europeu, também a posição privilegiada de que dispomos junto de países com os quais mantemos relações especiais em virtude das nossas relações históricas e que nos tornam um país facilitador das relações da União, com diversos parceiros em todos os continentes.

Nesta mesma medida, pode-se apreciar a mais-valia trazida para a União pelo uso da língua portuguesa que se apresenta como um veículo de comunicação universal, partilhado por cerca de 240 milhões de habitantes, e que alarga a capacidade da UE de estar presente junto dos actores mais dinâmicos do processo de globalização. Por outro lado, a nossa presença no quadro europeu é um factor de valorização deste património que partilhamos à escala universal.

Na véspera de uma nova Presidência da União, a terceira nestes vinte anos, teremos novamente a ocasião de continuar a expressar o empenho com que nos temos associado à construção do modelo europeu. Procuraremos fazer confluir vontades em relação aos debates que se encontram em aberto, para os quais se procuram soluções que dêem sentido ao futuro do projecto europeu, e também levar um pouco de nós a uma Europa que terá um papel cada vez mais relevante a desempenhar enquanto actor global.

A INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL E DE ESPANHA NA UE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS DOS SEUS PERCURSOS

Iva Pires*

1. Introdução

No momento da adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, tanto Portugal como a Espanha tinham modelos de desenvolvimento económico inadequados e podiam ser considerados países pouco desenvolvidos, se comparados com os outros Estados-membros. Ambos tiveram que enfrentar o mesmo desafio pois a integração implicava uma acentuada transformação das suas estruturas económicas de molde a adaptarem-se a um novo contexto¹ e a um Mercado Único sem fronteiras, cujo processo de construção se acelerou precisamente nesse ano, do qual se esperavam benefícios para a economia europeia mas também um aumento da concorrência interna que poderia prejudicar as regiões e os países com economias mais frágeis.

Decorreram duas décadas desde a integração dos dois países ibéricos na CEE. Desta resultaram benefícios (operaram-se importantes modificações nas suas economias e sociedades, abertura das economias ao exterior, aumento dos níveis do investimento directo estrangeiro) e também custos (decorrentes do encerramento de empresas, do aumento do desemprego, da perda de soberania..) mas o saldo foi largamente favorável a ambos os países. Estes ainda beneficiaram de fundos estruturais e de coesão para apoiar a modernização das estruturas produtivas, a construção de infra-estruturas, a qualificação dos recursos humanos e do ambiente e para apoiar a reconversão industrial de regiões em crise. O processo de integração e adaptação foi rápido e bem sucedido, ambos integraram a UEM e fizeram parte do primeiro grupo de países a adoptar o Euro.

Contudo, parece consensual afirmar-se que a performance da economia espanhola foi superior à da portuguesa.

Se tivermos em conta que Portugal beneficiou, antes de Espanha, de uma experiência de internacionalização e de participação em mercados mais amplos, pois fomos um dos países fundadores da EFTA, seria de esperar que estivesse melhor preparado para se adaptar às exigências do mercado europeu. Contudo, depois de um primeiro período marcado por um elevado crescimento económico, criação de emprego e baixas taxas de

* Docente na FCSH, UNL e investigadora do Centro de Estudos Geográficos, UL (im.pires@fcsh.unl.pt); Coordenadora do projecto IberMint (*Iberian Market Integration: a dependent and territorially differentiated process?*), POCTI/GEO/48477/2002, co-financiado pelo FEDER. (<http://www.ceg.ul.pt/ibermint/>)

¹ Ver Royo, S (org.) (2005) Portugal, Espanha e a Integração Europeia. Lisboa: ICS, uma obra colectiva que discute o processo de integração europeu dos dois países ibéricos.

desemprego, o nosso processo de convergência com a média da U.E estagnou² enquanto o da Espanha prosseguiu.

Os 20 anos de adesão à U.E, completados em 2006, representam uma oportunidade para reflectir sobre o processo e o seu impacto nos dois países ibéricos. Que diferenças e semelhanças marcam os percursos recentes das duas economias ibéricas antes e após a integração na União Europeia?

Por um lado, ambas iniciaram o seu processo de industrialização (e de terciarização) tardiamente, mas escolhendo vias diferentes, por outro lado, a Espanha iniciou mais cedo o processo de reconversão da sua economia e este foi mais intenso e profundo do que no caso da economia portuguesa.

2. O Processo de abertura ao exterior das economias ibéricas

O facto de em Portugal e em Espanha existirem regimes políticos autoritários e não democráticos, ao contrário do que acontecia na maior parte da Europa, foi um factor de isolamento que os afastou do grupo de países que iniciou o processo de construção da CEE baseado na solidariedade, igualdade e liberdade e que pressupunha a concretização de objectivos mais amplos de integração não só económica como também política.

Não estando interessados em participar nesse projecto por implicar partilha de decisões e perda de soberania não estavam no entanto alheios ao facto de juntar os países mais industrializados e economicamente mais desenvolvidos. Assim, em ambos os países o processo de liberalização económica iniciou-se mais cedo do que o de liberalização política (que viria acontecer em Portugal apenas em 1974 e em Espanha em 1975) e foi facilitado por um contexto internacional favorável de forte crescimento económico da década de 60 (Tovias, 2005).

Provavelmente por serem economias pouco desenvolvidas ignoraram-se como parceiros económicos, preferindo escolhê-los fora da Península Ibérica.

Espanha adoptou um modelo de substituição de importações, fortemente apoiado pelo Governo, usando o seu mercado interno protegido para apoiar indústrias emergentes, ao mesmo tempo que procurava aproximar-se da CEE, um objectivo partilhado pela sociedade espanhola por ser um referencial socioeconómico mais moderno (Pereira Castañares e Moreno Juste, 2005), com a qual assinou, em 1970, um Tratado de Comércio Preferencial (Molero, 2001; Royo, 2003).

Este modelo de industrialização baseado num mercado protegido da concorrência internacional e pouco estimulante para a introdução de inovações, com produtos de baixa intensidade tecnológica e intensivos em mão-de-obra não resistiu à crise de início da década de 70, altura em que, como veremos, os sectores tradicionais iniciaram um processo de reconversão (Garrido Ysert, 2002:34).

² A divergência dos dois países na trajectória de convergência com a U.E está bem patente na análise de cada um quanto ao cumprimento da Estratégia de Lisboa. No relatório de Espanha afirma-se: "Over the last decade, Spain experienced annual average real GDP growth above 3% and a sustained pace of catching-up to GDP per capita of 98% of EU average in 2004. No relatório sobre Portugal: "From a high annual average 4% in the period 1995-2000, economic growth declined to only 0.5% per year between 2001 and 2005. GDP per capita was 75% of the EU average in 2004, and labour productivity the lowest in the euro area. The recent economic slowdown has led to a decline in the employment rate (67.8% in 2004) and an increase in unemployment (from 4.9% in 1998 to 6.7% in 2004)." (Página da Estratégia de Lisboa, Relatórios de 2005).

No caso de Portugal a escolha recaiu na EFTA, tendo sido um dos países fundadores, já que permitia tirar partido de um amplo mercado sem implicar qualquer aprofundamento das relações políticas para além de que incluía o Reino Unido, um importante parceiro económico (Silva Lopes, 1996).

Quando formalizou a sua integração, no início dos anos 60, a sua economia era ainda dominada por uma agricultura tradicional, pouco mecanizada (em 1960 ocupava 45% da população activa) e na sua maioria de auto-suficiência e uma indústria dominada por sectores intensivos em trabalho, com equipamento obsoleto e baixa produtividade cuja produção se destinava sobretudo a abastecer o mercado interno e o das colónias.

A integração numa área de mercado livre teve um enorme impacto na economia nacional criando excelentes perspectivas para a colocação de alguns produtos em mercados mais vastos e com maior poder de compra. Os mercados coloniais foram perdendo importância no comércio externo ao mesmo tempo que o Reino Unido ganhava relevância como parceiro comercial, de entre os vários membros da EFTA.

As vantagens comparativas que Portugal apresentava face aos outros parceiros determinaram, contudo, a sua participação nesta associação de comércio tendo-se definido um padrão de especialização produtivo baseado em produtos de baixo valor acrescentado e intensivos em mão-de-obra (Silva Lopes, 1996; Mateus, 2006). Este viria a permanecer quase inalterado desde a década de 60 e durante as duas décadas de integração europeia.

Para além disso outras diferenças marcam esta fase de desenvolvimento nos dois países.

Segundo Garrido Ysert (2002) de meados da década de 50 até finais da década de 90 a economia espanhola experimentou alterações significativas com a passagem de uma economia agrária e atrasada para uma economia terciarizada e moderna e que se traduziram em aumentos do rendimento da população. Este processo ocorreu em duas fases. Numa primeira, entre 1955 e 1979, assiste-se a uma progressiva perda de importância do sector primário em termos de emprego e peso no VAB, a um crescimento lento do emprego e elevado da produtividade do trabalho. Apesar de a perda de emprego ter afectado sobretudo as actividades primárias também se observou em alguns ramos industriais e de serviços mais intensivos em mão-de-obra como o têxtil, o couro e o calçado, a madeira, os serviços de reparação e os serviços domésticos. Os sectores mais dinâmicos foram os mais intensivos em capital como os produtos químicos, produtos metálicos e material de transporte, para além dos serviços de transporte e de comunicações.

O declínio dos sectores intensivos em trabalho iniciou-se assim mais cedo em Espanha, numa situação mais próxima da de outros países mais desenvolvidos da Europa, enquanto em Portugal, nomeadamente no caso do têxtil e vestuário o seu peso na estrutura da população activa continuará a crescer até meados da década de oitenta. No período seguinte, entre 1979 e 1985, acentua-se a reestruturação dos sectores tradicionais (actividades primárias e extractivas, têxtil e vestuário, madeira e mobiliário) através de forte redução do emprego mas agora com menor impacto no crescimento da produtividade. Essa reestruturação é acompanhada, desde meados da década de 80, pela intensificação do processo de terciarização resultado do dinamismo na criação de emprego verificado em vários ramos dos serviços (Garrido Ysert, 2002; Molero, 2001).

Ao longo deste período observaram-se, assim, alterações significativas quer na estrutura produtiva quer na estrutura do emprego, com o retrocesso do emprego em sectores tradicionais e a sua transferência para os sectores dos serviços mais dinâmicos (pú-

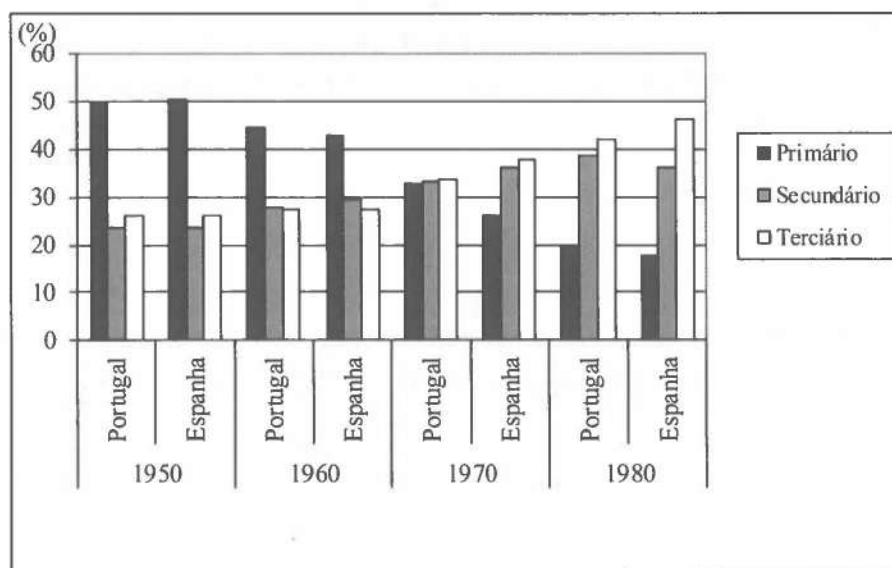
blicos e privados) com ganhos de produtividade, mais ou menos significativos, em todos os ramos de actividade.

Comparando a estrutura da população activa nos dois países é visível como, com o tempo, elas se afastam (Fig 1). Em 1950 os dois estavam numa situação semelhante, já que as actividades primárias representavam metade da população activa. Mas em 1970 as diferenças já são perceptíveis: em Espanha a modernização das actividades primárias estava mais avançada, libertando mão-de-obra quer para o sector secundário quer para o terciário que passou a ocupar quase 40% da população activa. Na década de oitenta enquanto em Portugal o peso das actividades industriais, em termos de emprego, continuava a crescer, em Espanha os serviços eram já o sector mais dinâmico em termos de oferta de emprego ao mesmo tempo que as actividades primárias continuavam a perder peso e as industriais inflectiam a tendência anterior de crescimento.

Assim, as transformações que tiveram lugar na estrutura sectorial da economia portuguesa apesar de terem sido consentâneas com o modelo de desenvolvimento dos outros países da U.E, foram mais tardias e a transferência de activos para o sector terciário foi mais lenta tendo-se observado um crescimento também extemporâneo dos activos a desempenhar funções na indústria transformadora.

Ao contrário de Espanha, Portugal esperou pelos fundos comunitários para iniciar o processo de reconversão e modernização da agricultura (através do PEDAP) e da indústria transformadora (PEDIP) sem, contudo, ter conseguido implementar um necessário processo de reconversão. A adesão à CEE associado à vantagem comparativa da abundância de mão-de-obra jovem e salários baixos transformou Portugal na localização ideal para empresas europeias que procuravam desenvolver as fases mais intensivas em mão-de-obra não muito longe dos seus mercados de destino.

Fig 1 – Estrutura da População Activa em Portugal e Espanha, 1950-1970



Fonte: Recenseamentos da População de Portugal e Espanha, INE e INE

Nota: Os dados de Espanha de 1980 são do Anuário Estatístico

Tanto os capitais nacionais como os estrangeiros foram atraídos por sectores intensivos em mão-de-obra e pelo financiamento do PEDIP; mas o processo centrou-se mais na modernização do equipamento, embora necessária, em detrimento do investimento noutras componentes como a inovação e a requalificação dos recursos humanos que permanecia analfabeta ou com níveis de escolaridade muito baixos.

Deste modo contribuiu, ao contrário do que seria desejável em finais da década de oitenta, para acentuar o perfil de especialização da economia nacional baseado em indústrias intensivas em mão-de-obra, como o vestuário e o calçado³ que reportaram um enorme crescimento nesta fase, e em produtos com pouco valor acrescentado e condicionou a nossa inserção no espaço económico europeu.

O crescimento tardio destas indústrias atrasou o processo de transição para um modelo de crescimento económico baseado na inovação e em indústrias tecnologicamente mais evoluídas.

No caso da Espanha, apesar dos elevados custos sociais (resultado de taxas de desemprego das mais elevadas de toda a U.E) essa fase inicial de ajustamento preparou-a melhor para o processo de integração e facilitou a convergência com a média europeia. Outro factor fundamental foi o crescimento da taxa de produtividade (Balmaseda e Sebastián, 2005), que a colocou próximo da média da UE15 enquanto a produtividade do trabalho em Portugal continuou abaixo da média europeia devido a um reduzido crescimento ao longo da década de 90 e início da presente década (OECD, 2006).

É num contexto de uma economia espanhola mais dinâmica e em franco crescimento que se reforçam as relações intra-ibéricas. Não sendo o principal investidor (fica atrás da França, da Alemanha e do Reino Unido) a concentração no tempo (o investimento espanhol começou a evidenciar-se na década de 90) e o facto de se orientar preferencialmente para o comércio e serviços (ao contrário dos outros investidores que privilegiaram a indústria transformadora) fez recair as atenções sobre si tendo mesmo conduzido um grupo de empresários a pedir a intervenção do Governo o que nunca tinha acontecido em relação a outros investidores (Pires e Nunes, 2006).

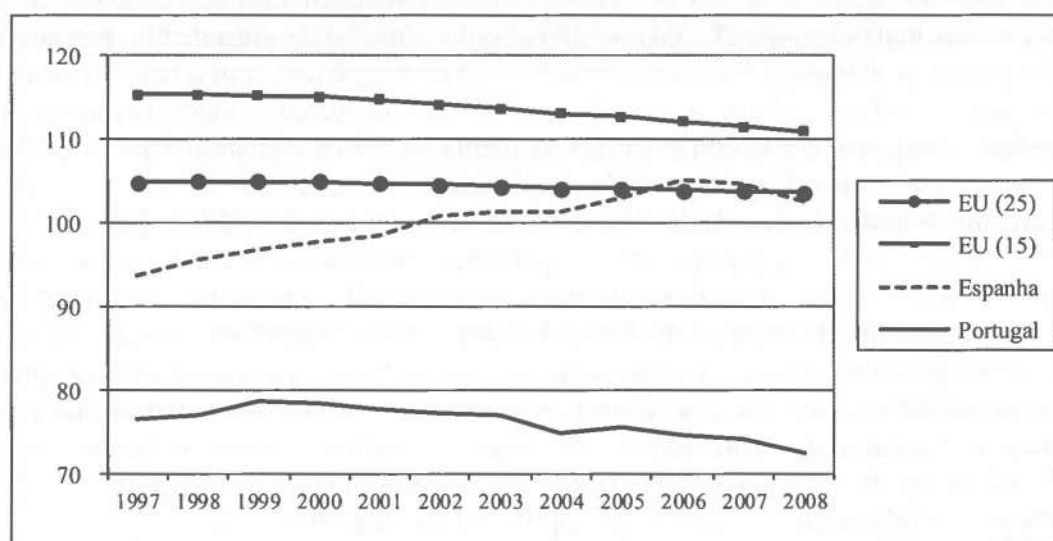
Ainda antes dos fluxos de investimento, um primeiro sinal de mudança no relacionamento entre os países ibéricos foi a intensificação dos fluxos comerciais. Depois de uma longa fase de indiferença, durante a qual as trocas com o país vizinho tiveram pouca relevância no contexto do comércio externo português, inicia-se uma outra, decorrente da adesão conjunta à CEE, em 1986, na qual a Espanha passou a representar 15% desse comércio, numa situação de equilíbrio entre importações e exportações. Esta altera-se rapidamente a favor de Espanha com as nossas importações a crescerem de forma mais rápida, atingindo os 30% em 2004, enquanto as exportações, em especial até meados dessa década, se mantiveram estáveis em torno dos 15%, tendo como consequência um agravamento do saldo comercial. Assim, em apenas duas décadas o país vizinho transformou-se de parceiro económico irrelevante em principal origem e destino do comércio externo português, o que representa uma transformação profunda em relação ao passado recente (Pires, 2007).

³ Em Portugal o peso destas indústrias no VAB da indústria transformadora passou de 23%, em 1960, para 24%, em 1990, transformando-se no ramo com maior peso na estrutura (Silva Lopes, 1996: 85), enquanto em Espanha reduziu-se de 14.1%, em 1970, para 6.9% em 1995 (Molero, 2001).

3. Análise comparada de algumas variáveis

A evolução do PIB per capita em Portugal e Espanha pode ser um primeiro indicador da diferente performance das duas economias ibéricas nas últimas décadas. Depois de uma primeira fase de convergência com a média europeia relacionada com um período de forte crescimento da economia nacional a presente década tem sido marcada por um processo inverso enquanto a Espanha tem prosseguido a sua tendência de convergência e, se considerarmos a EU-27, já superou mesmo essa média. Desde finais da década de 90 que este indicador não apresenta uma aproximação consistente com a média europeia (Fig. 2).

Fig. 2 – Evolução do PIB per capita em PPC (EU-27=100)

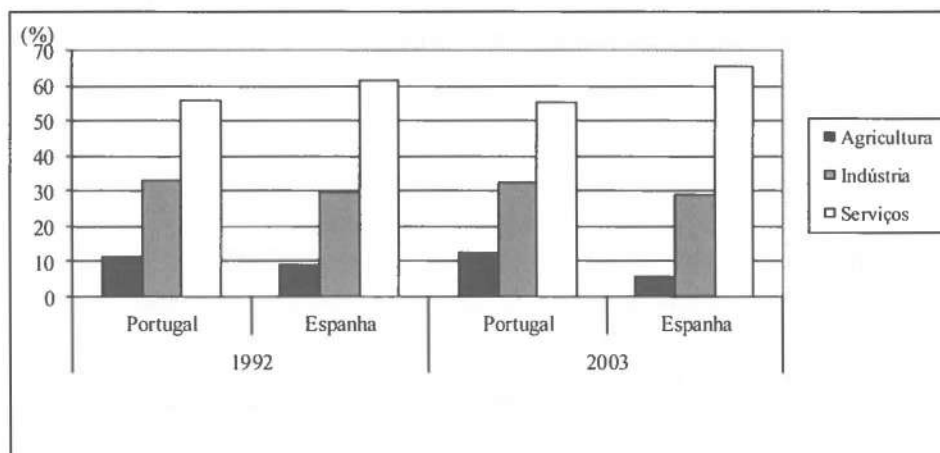


Fonte: EUROSTAT

Parte da explicação pode estar no facto de, como vimos, termos adiado o processo de reconversão da economia nacional pelo que a crise do início da década de 90 se sentiu de forma particular no nosso país agravada pela deslocalização e/ou encerramento de empresas que se tinham localizado durante as duas fases de abertura ao exterior (adesão à EFTA e adesão à CEE). Em ambos os casos enfatizou-se um modelo de crescimento económico que favoreceu o desenvolvimento de indústrias intensivas em mão-de-obra, para tirar partido do seu baixo custo, o que é particularmente grave no segundo período pois em meados da década de 80 era claro que não poderíamos manter por muito mais tempo essa vantagem comparativa.

As diferenças na estrutura da população activa das duas economias ibéricas, que tinham começado a evidenciar-se nas décadas de 70 e 80, continuam a acentuar-se (Fig. 3). Em Portugal o peso das actividades primárias está sobredimensionado (em 2003, apresenta mais do dobro do valor de Espanha) e, ao contrário do que seria de esperar, o emprego ainda cresce neste período. Já a agricultura espanhola conseguiu ganhos consideráveis de produtividade através da forte redução do emprego iniciada na década de 60 e que prosseguiu ao longo da década de 90 e actual, tendo-se transformado numa actividade moderna e competitiva. A importação de produtos agrícolas de Espanha foi

Fig. 3 – Estrutura da População Activa em Portugal e em Espanha

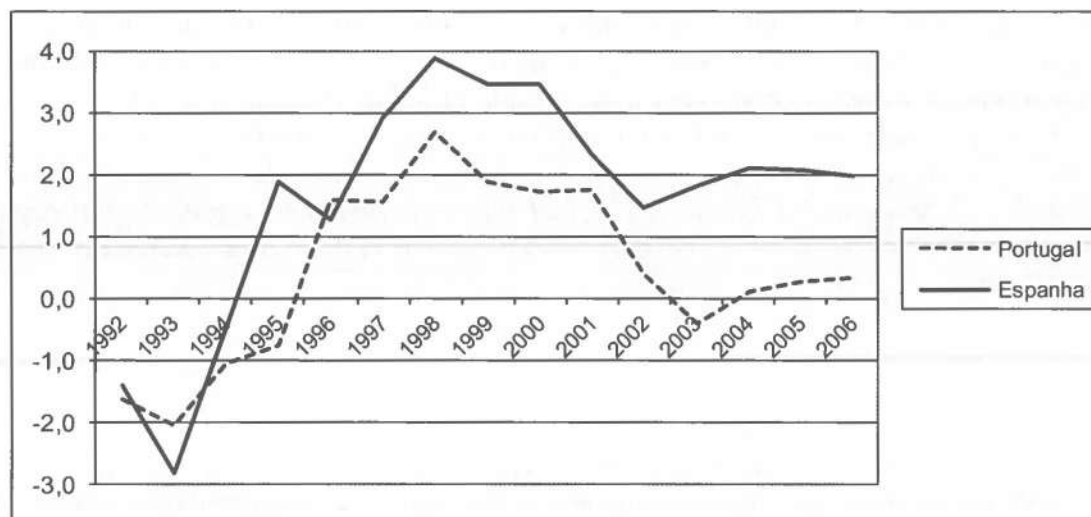


Fonte: EUROSTAT

responsável por 28% do deficit da nossa balança comercial com este país⁴. Em Portugal o recente aumento do número de activos nestas actividades pode resultar de esta se estar a transformar numa actividade refúgio para potenciais activos que não encontram, ou perderam, o emprego na indústria transformadora ou nos serviços (Pires e Nunes, 2007). Tenderá a ser uma situação temporária mas contribui para nos afastar ainda mais da média da U.E onde estas actividades tendem a ter um peso cada vez menor na estrutura da população activa.

Também no caso dos outros dois sectores de actividade as diferenças continuam a acentuar-se, em especial no caso dos serviços; estes estão sub – dimensionados em Portugal enquanto a economia espanhola é mais terciarizada.

Fig 4 – Taxa Anual de Crescimento do Emprego



Fonte: Employment in Europe, 2005

⁴ Os produtos agro-alimentares representaram, em 2006, 17% das nossas importações de Espanha e foram o 2.º grupo que apresentou a maior taxa de crescimento em relação a 2005 (INE).

Desde meados da década de 90 que a economia espanhola tem mostrado maior dinamismo na criação de emprego do que a portuguesa, o que tem contribuído para reduzir a elevada taxa de desemprego, um dos seus principais problemas (Fig. 4).

Apesar da recente evolução positiva do emprego em Espanha quer a taxa de emprego total quer a taxa de emprego feminina estão abaixo da média europeia, ao contrário das portuguesas que estão ambas, em especial a feminina, muito acima dessa média (Quadro 1). Na última década a situação melhorou em Espanha mostrando uma tendência de convergência com a média europeia mas é Portugal quem está melhor posicionado para cumprir as metas definidas na Estratégia de Lisboa⁵.

A economia portuguesa no seu período de crescimento foi capaz de criar emprego, a questão que se coloca é tentar perceber que tipo de emprego foi criado.

Quadro 1 – Taxas de Emprego em Portugal e Espanha

		Portugal	Espanha	U.E15
Total	1995	63.7	46.9	60.1
	2006	67.9	64.8	66.2
	1995	56.5	34.6	50.8
Feminina	2006	62.0	53.2	58.7

Fonte: EUROSTAT

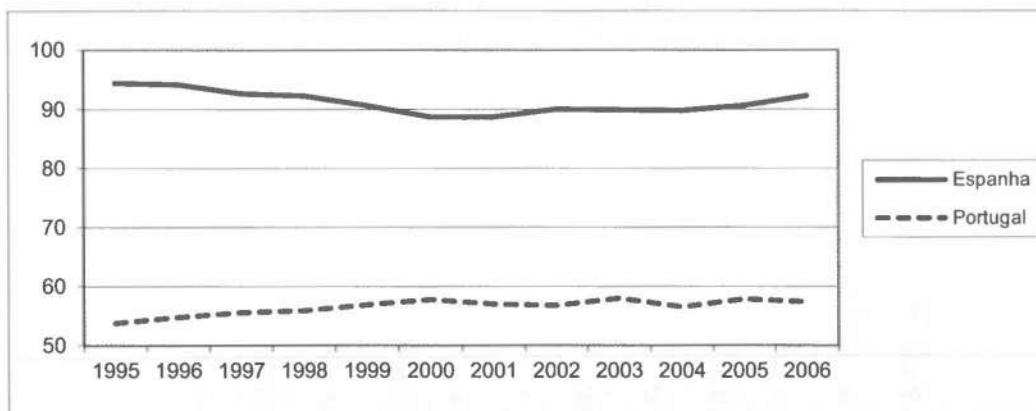
Assim, se associarmos um outro indicador relevante para perceber a eficiência de uma economia e a forma como a sua população activa está a ser aproveitada, a taxa de produtividade, a situação favorável de Portugal desaparece.

Portugal apresenta, ao longo de todo o período, níveis de produtividade (quer medidos por pessoa empregue quer por hora de trabalho) significativamente inferiores aos dos outros Estado Membros (EM), situação agravada pela sua reduzida variação desde o início da presente década.

Enquanto no caso de Espanha a produtividade por hora de trabalho se situou ligeiramente acima dos 90%, a portuguesa manteve-se, entre 1995 e 2008, quase inalterada e sempre abaixo dos 60%. Esta é uma fragilidade que tem penalizado consideravelmente a competitividade da nossa economia e que tem sido difícil de eliminar (Fig. 5).

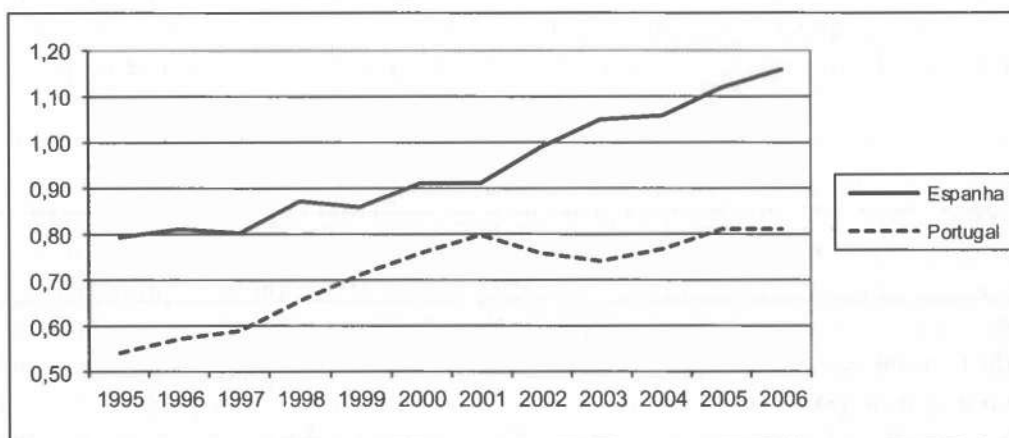
A incapacidade de fazer aumentar a produtividade do trabalho associa-se à fraca qualificação dos recursos humanos e ao padrão de especialização da economia *“in which products and processes of low technological intensity, deficient organizational capacities and not very high levels of skill among human resources predominate”* (EC, 2002:87-88).

⁵ A Estratégia de Lisboa foi adoptada pela União Europeia, em 2000, para apoiar a transição para a economia baseada no conhecimento e na inovação e para reforçar a sua competitividade no contexto da economia global. Tendo obtido resultados que ficaram aquém das ambiciosas metas definidas esta foi simplificada e relançada, em 2005, focada no crescimento económico e na criação de emprego. Até 2010 pretende-se que a taxa de emprego total na U.E atinja os 70%, a taxa de emprego feminina os 60% e a taxa de emprego entre os 55 e os 64 anos os 50% (consultar página da Estratégia de Lisboa no servidor da U.E: <http://ec.europa.eu/growthandjobs>).

Fig. 5 – Produtividade por hora de trabalho

Fonte: EUROSTAT

Nota: PIB em PPC por hora de trabalho, EU-15=100

Fig. 6 – Investimento em I&D em percentagem do PIB

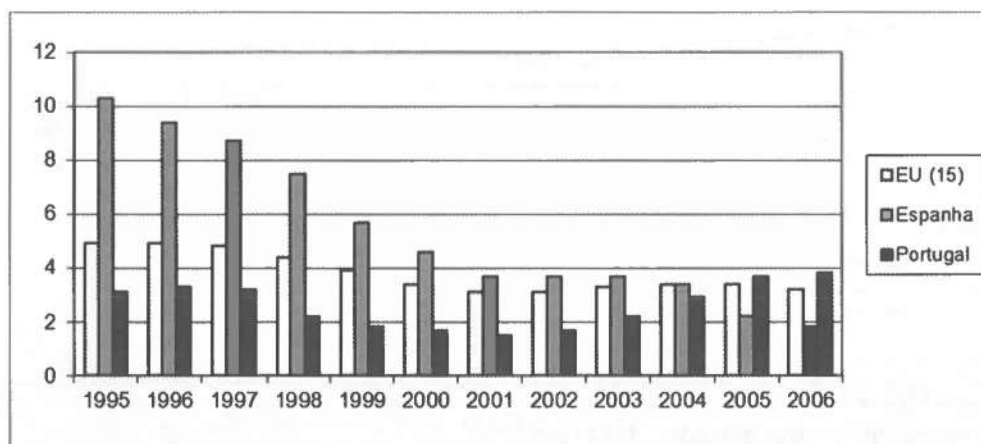
Fonte: EUROSTAT

Essa mudança está dependente do esforço de investimento em I&D, em especial do privado, que permite desenvolver novos produtos ou introduzir inovações incrementais e conquistar quotas de mercado pela inovação reforçando a competitividade das empresas. Não só esse esforço tem sido maior em Espanha, próximo da média da U.E-15 em 2006 de 1,91%, como a participação do sector privado é também maior do que no caso de Portugal onde as empresas continuam alheadas da importância da inovação como um dos factores intangíveis de competitividade.

A Estratégia de Lisboa tinha definido 3% como meta para o investimento em I&D o que tem sido difícil de concretizar mas Portugal é um dos EM que mais longe se encontra desse valor.

Embora a taxa de desemprego total de Espanha se mantenha ligeiramente acima da média da U.E-15, a de longa duração registou uma evolução muito positiva reflexo do presente dinamismo da economia espanhola e do seu tecido económico mais activo (Fig. 7). Desde 2005 a posição dos dois países inverteu-se e é Portugal quem apresenta a taxa de desemprego de longa duração mais elevada enquanto a da Espanha está abaixo da média da U.E-15.

Fig. 7 – Taxa de Desemprego de longa duração (12 meses ou mais) em % da População Activa



Fonte: EUROSTAT

Em Portugal observou-se uma evolução cíclica desta taxa com tendência de redução até 2001, ano em que se inverteu para atingir em 2005 valores superiores aos do início da década de 90 (quase 4% face aos 2,1% em 1990). Esta evolução recente pode estar relacionada com a crise económica e o encerramento de empresas, como foi referido, mas também com a falta de preparação de parte da mão-de-obra portuguesa que tem competências desajustadas das actuais exigências.

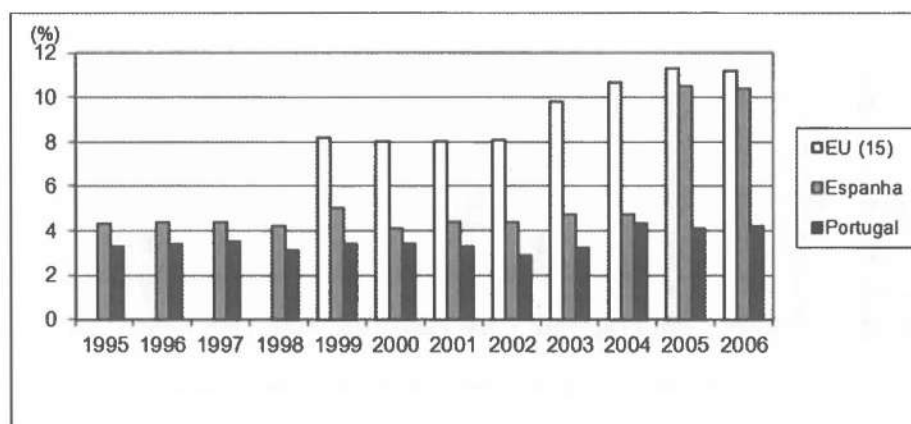
É consensual que uma população activa com níveis de escolaridade elevados se encontra melhor preparada para enfrentar o desafio de adaptação a contextos em rápida alteração, evitando longos períodos de desemprego, para melhorar a produtividade e a competitividade das empresas e para apoiar e beneficiar da transição para uma economia baseada no conhecimento. Nesse sentido, as baixas taxas de escolaridade da população activa portuguesa podem condicionar a necessária capacidade de adaptação em situações de crise e de desemprego elevado. Para agravar essa situação a participação na aprendizagem ao longo da vida situava-se, em 2006, nos 4% muito longe do valor de Espanha que conseguiu convergir com a média europeia⁶ (Fig. 8).

Apesar das diferenças que separam os dois países ibéricos no seu percurso recente existem também situações que ambos partilham e que representam desafios comuns.

Por exemplo, a taxa de abandono escolar precoce tem estado, e permanece, acima da média da U.E-15 tanto no caso de Portugal como de Espanha; este é, aliás, um problema partilhado por outros países europeus como a Itália e a Grécia. Contudo, a situação é consideravelmente pior no nosso país não só pelo elevado valor que apresenta, que o coloca muito longe da meta definida na Estratégia de Lisboa, como por mostrar fraca tendência para se reduzir; desde 2003 tem estado estagnado em volta do 40%, mais do dobro da média da U.E-15 (Fig. 9). Isto significa que os jovens portugueses e espanhóis continuam a entrar no mercado de trabalho com níveis de escolaridade muito baixos abandonando precocemente o sistema de ensino.

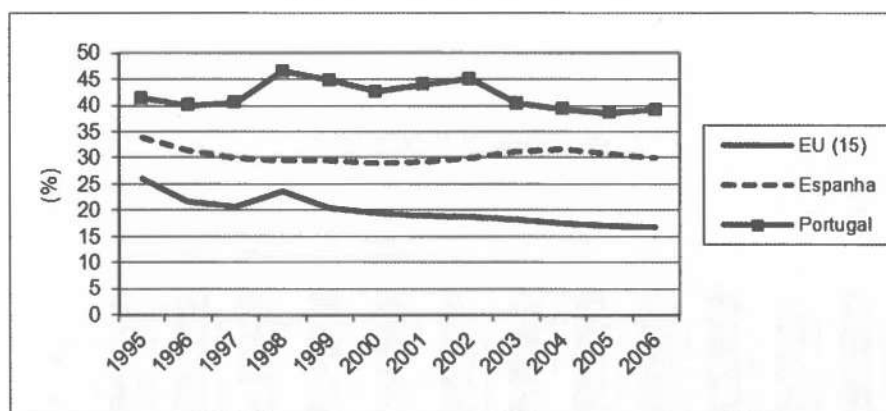
⁶ Em 2005, verificou-se uma quebra na série dos dados que apesar de ter ocorrido tanto em Portugal como em Espanha, pode dificultar a compatibilidade dos dados entre os dois países. Se considerarmos apenas os valores até 2004, eles apresentam uma situação muito semelhante.

Fig. 8 – Aprendizagem ao Longo da Vida (População entre os 25 e os 64 anos que participa na educação ou na formação)



Fonte: EUROSTAT

Fig. 9 – Taxa de Abandono Escolar

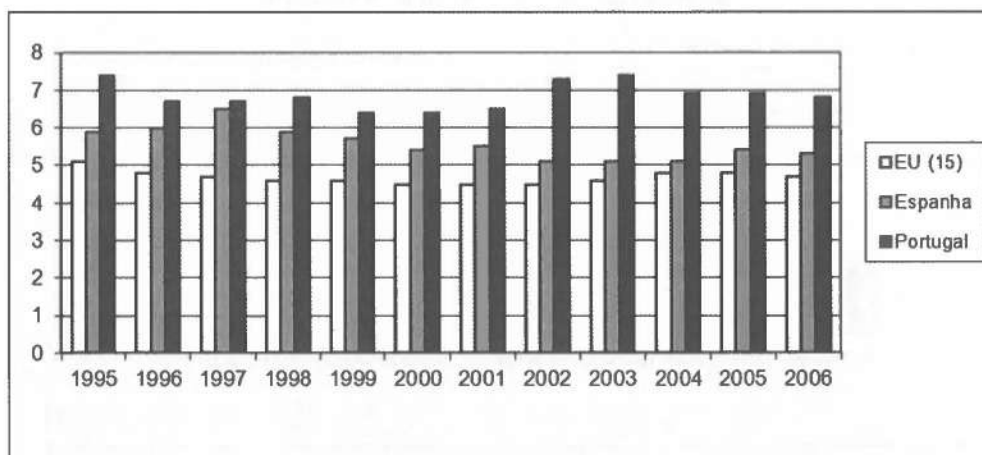


Fonte: EUROSTAT

A desigualdade na distribuição do rendimento, um indicador de coesão social, tem-se mantido persistentemente superior à média da U.E-15 nos dois países ibéricos (Fig. 10); agravou-se em finais da década de 90 no caso de Espanha, entre 1997 e 2004 diminuiu mas iniciou de novo uma ligeira tendência de crescimento desde 2004; em Portugal agravou-se no início da presente década e nos últimos três anos representados tem mostrado alguma estabilidade. O aumento recente das desigualdades sociais pode estar relacionada com a crise económica, com o crescimento do desemprego que tem marcado a actual década em Portugal e com os baixos salários que ainda remuneram uma parte considerável da população activa portuguesa e resultam em baixos rendimentos familiares mesmo no caso de famílias nas quais dois ou mais membros estão empregados.

Outro dos desafios que ambos partilham é a necessária redução das emissões de gases com efeito de estufa para cumprir as metas estipuladas em Quioto e cujo esforço foi depois distribuído (desigualmente) entre os Estados Membros (Fig. 11). Por estarem ainda numa fase mais atrasada da reconversão das suas indústrias alguns países, entre eles os dois países ibéricos, puderam ainda aumentar as suas emissões tendo-lhes sido concedido uma meta mais favorável. Contudo, estão ambos ainda longe de atingir o que significa que terão que desenvolver um esforço adicional nos próximos anos.

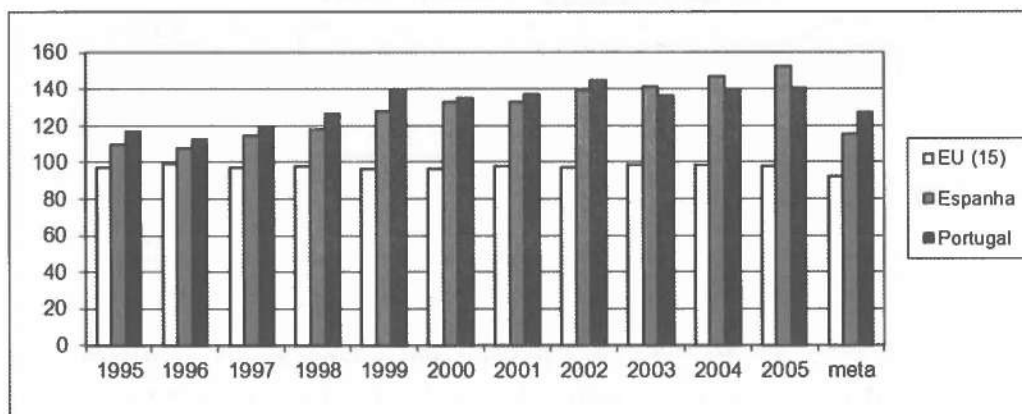
Fig. 10 – Desigualdade na Distribuição do Rendimento



Fonte: EUROSTAT

Nota: rácio entre o total do rendimento dos 20% da população com rendimentos mais elevados e o rendimento total dos 20% da população com os rendimentos mais baixos.

Fig. 11 – Índice de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE's), em equivalente CO2 e metas



Fonte: EUROSTAT

Conclusão

A análise sucinta de alguns indicadores económicos e sociais mostra que a economia portuguesa está menos desenvolvida face à espanhola e que o afastamento entre elas se acentuou apesar das melhorias observadas ao longo destas duas décadas de participação na União Europeia.

O que está a ocorrer em Portugal é o encerrar de um ciclo de desenvolvimento económico que se iniciou com a adesão à EFTA e que se baseou no desenvolvimento tardio de ramos industriais intensivos em mão-de-obra e de baixo conteúdo tecnológico e na exploração de recursos naturais, que viria a intensificar-se na fase inicial de adesão à U.E, com o emprego nestes sectores a crescer acima da média da indústria transformadora, mas que não é mais sustentável. A deslocalização de investimentos que chegaram

a Portugal nestas duas fases e o aumento da taxa de desemprego obrigam a repensar este modelo e a iniciar outro em que se enfatizem os factores intangíveis de competitividade.

A Espanha, por seu lado, iniciou em meados da década de 50 transformações na estrutura produtiva, que prosseguiram nas décadas seguintes, pelo que estava melhor preparada para enfrentar não só o desafio da adesão à União Europeia como para tirar partido do desaparecimento da fronteira e da criação de um mercado ibérico.

Com efeito, o dinamismo das empresas espanholas contrastou, pelo menos na fase inicial de integração dos mercados ibéricos, com a passividade das empresas portuguesas. Como explicar esse diferente comportamento? Contrariando o discurso da “invasão espanhola” e o discurso fatalista que explica a desigualdade nos ganhos e perdas decorrentes deste processo de integração em função da desigual dimensão das duas economias, ela poderá encontrar-se no adiamento na introdução de alterações na estrutura produtiva e na resolução de complexos problemas estruturais, há muito diagnosticados mas cuja solução tem sido difícil de encontrar. Esse adiamento tem penalizado o desempenho da economia portuguesa não só em mercados de proximidade, como o mercado ibérico, como também no mercado global e ainda a convergência com a U.E.

Para inverter a tendência de afastamento face à média da U.E será necessário introduzir mudanças ao nível da estrutura produtiva, da geografia do comércio externo, demasiado concentrado na U.E e nesta em poucos EM, dos recursos humanos (mais qualificação e maior nível de escolaridade), melhorar a produtividade e reforçar o investimento em I&D, com maior envolvimento do tecido empresarial, baseando a competitividade em factores intangíveis e em atitudes mais pró-activas face à conjuntura global. Sem esquecer os compromissos de protecção do ambiente, também eles exigentes num cenário de alterações climáticas que podem resultar em elevados custos económicos e sociais.

Bibliografia

- AAVV (2007). Portugal – 20 Anos Integração Europeia/Portugal – 20 Years European Integration. Instituto Nacional de Estatística, I.P., Parlamento Europeu: Gabinete em Portugal, Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- Alves, R (2000). *Portugal: As Relações Ibéricas no Âmbito da Globalização e Liberalização dos Mercados*. Lisboa: Ordem dos Economistas e GEPE.
- Balmaseda, M; Sebastián, M (2005). A Espanha na U.E: quinze anos podem não ser suficientes, in Royo, Sebastián (org) Portugal Espanha e a Integração Europeia, Um balanço, Lisboa: ICS.
- Barrios, S; Lucio, J (2003). “Economic Integration and Regional Business Cycles: Evidences from the Iberian Regions”, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 65(4):497-515.
- Caetano, J (1998). *Portugal-Espanha, Relações Económicas no Contexto da Integração Europeia*. Oeiras: Celta.
- Comisión Europea (2006). España: 20 Anos de Integración Europea. Comisión Europea, Representación en España (CD Rom).
- Costa Pinto, A; Severiano Teixeira, N (org). *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa: ICS.
- Dhorn, R (org.) (2001). *The Impact of Trade and FDI on Cohesion* (preparation for the “Second Cohesion Report”). Essen: RWI.
- EC (2001 and 2004). *Reports on Economic and Social Cohesion*.
- EC (2002). *The economic impact of objective 1 interventions for the period 2000 – 2006*. Jörg Beutel (coord.), Final Report to the Directorate-General for Regional Policies.

- EC (2003). *The Internal Market, Ten Years Without Frontiers*. Directorate General for Economic and Financial Affairs.
- ESPON (2006). ESPON Atlas, mapping the structures of the European territory, ESPON Project 3.1. Bonn: Bundesamt für Bauwesen und Raumordnung.
- Exame (1999). *Os Falhanços da Iberização*. Exame, Ano 11 (130).
- Fontagné, L; Freudenberg, M; Péridy, N. (1997). Trade Patterns Inside The Single Market, CEPPII, document de travail n.º 97-0.
- Garrido Ysert, R (2002). *Cambio estructural y desarrollo regional en España*. Madrid, Pirámide.
- Hamilton, F.E; Rodriguez-Pose, A. (2001). “European Integration and Local Capacities for Manufacturing Adjustment Change the case of Spain”, *Urban Studies*, 38(7):1103-1120.
- INE (2004). “A Estratégia de Lisboa: Portugal no Contexto da União Europeia”, Análise da evolução à luz dos Indicadores Estruturais. Lisboa.
- Machado, D (2007). *Factores de Competitividade e Comércio Luso-Espanhol na Viragem do Milénio: Uma Abordagem Sectorial*. Lisboa, Fundação Luso-Espanhola.
- Mateus, (2006). *Economia Portuguesa*. Lisboa: Verbo (3.ª edição).
- Molero J. (2001). “Industrialisation and Internationalisation in the Spanish Economy”. Instituto Complutense de Estudios Internacionales, WP n.º 28, Universidad Complutense de Madrid.
- OECD (2006). Economic Survey of Portugal: executive summary (<http://www.oecd.org>)
- Pereira Castañares, J; Moreno Juste, A (2005). A Espanha: no centro ou na periferia da Europa? in Costa Pinto, A; Severiano Teixeira, N (org), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa: ICS.
- Pires, I; Teixeira, J (2002). “A Integração do Mercado Ibérico: “novos ventos, que casamento?”, in Cavaco, C (cor) *Actas do Seminário Internacional Repensar Portugal na Europa, perspectivas de um país periférico*, EPRU, n.º 55; Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, pp301-331.
- Pires, Iva (2007) “Fluxos Interregionais e Competitividade das Regiões Ibéricas”, *Actas do 13.º Congresso Internacional da APDR Recriar e Valorizar o Território*, Açores, 5-7 Julho.
- Pires, Iva e Nunes, Flávio (2006). “Fluxos de Investimento Ibérico: novas formas de invasão territorial ou a consolidação de um espaço económico aberto e gerador de confianças recíproca?” in Pires, Iva (org) *As Relações entre Portugal e Espanha: oportunidades criadas no contexto Europeu*, EPRU n.º 68, CEG, pp127-150.
- Pires, Iva; Nunes, Flávio (2007) *Duas Décadas de Integração Europeia: Alterações Estruturais e Dinâmicas Territoriais em Portugal*, *Actas do VI Congresso da Geografia Portuguesa, ‘Pensar e Intervir no Território. Uma Geografia para o Desenvolvimento’*, Lisboa, 17 a 20 de Outubro.
- Proença, M (coord.) (2003). *Portugal no Espaço Europeu, O Investimento Directo Estrangeiro*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, Ministério da Economia.
- Reis, J. (2002). “A Economia Portuguesa. Entre a Espanha e as Finanças Transnacionais”, *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. 45-A.
- Rodriguez-Pose, A; Petrakos, G. (2004). Integración económica y desequilibrios territoriales en la Unión Europea, *Revista Eure*, Vol. XXIX (89):63-80.
- Royo, S (org.) (2005) *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: ICS
- Royo, S. (2003). *Joining the Club: Reflections from the Iberian Integration in the Light of the New Enlargement to Eastern Europe*, Jean Monet/Robert Schuman paper Series, vol2, n.º 5.
- Sapir, André (Chairman of the Group) (2003). *An Agenda for a Growing Europe. Making the EU Economic System Deliver*.
- Silva Lopes, J (1996). *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva Editora.
- Silva, J. (2002). “Iberismo ‘localista’ ou internacionalização dinâmica? A identidade económica de Portugal na encruzilhada”. *Lusotopie*, Paris, pp. 179-192.
- Tovias, A (2005). *As economias da Europa do Sul e a integração europeia*, in Costa Pinto, A; Severiano Teixeira, N (org), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS.

AS CIDADES EM PORTUGAL NOS ÚLTIMOS 20 ANOS ESPAÇOS DE CRESCIMENTO, ESPAÇOS DE VIDA

*Eduarda Marques da Costa**

1. O fenómeno global da urbanização – características e problemas

O crescimento da urbanização é um fenómeno global, verificando-se que os ritmos de crescimento têm hoje maior intensidade nos países da América Latina, Ásia e África. Efectivamente, nas últimas décadas, os ritmos de crescimento da população das aglomerações dos países mais desenvolvidos foram inferiores aos ritmos que têm caracterizado as aglomerações dos países em vias de desenvolvimento, globalizando um fenómeno que foi característico apenas dos países industrializados.

Quadro 1. Tendência de Urbanização no Mundo, Evolução 1970-2015 (%)

Países	% População Urbana			Taxa de crescimento anual (%)	
	1970	1995	2015	1975-1990	1990-2015
Menos Desenvolvidos	12,7	22,9	34,9	9,1	4,6
Países em desenvolvimento	24,7	37,4	49,3	3,8	2,9
Industrializados	67,1	73,7	78,7	1,1	0,6
Baixo Índice de Desenvolvimento Humano	16,2	27,4	38,6	4,1	3,7
Médio Índice de Desenvolvimento Humano	23,0	37,7	52,7	3,8	2,8
Alto Índice de Desenvolvimento Humano	52,6	70,9	78,5	3,3	1,7

Fonte: UNDP, *Human Development Report 2000*

Mas centremo-nos nos países industrializados e apontemos algumas características do fenómeno. A densidade populacional e os processos de urbanização, são aspectos que assumem uma expressão geográfica diferenciada. Na Europa, traduzindo os vários séculos de urbanização, encontram-se cidades mais densas (50 habitantes/ha) que nos Estados Unidos, Austrália ou Canadá, onde se registam valores de densidade populacional urbana mais baixos (14,3 habitantes/ha ou 12 habitantes/ha.) (Newman and Kenworthy, 2000).

Estas diferenças no modelo de expansão urbana, chamam-nos a atenção para duas vertentes do processo; por um lado, a vertente demográfica, traduzida na evolução do número de residentes nas áreas urbanas; por outro, a vertente morfológica, ou seja a forma da cidade ou da aglomeração, traduzida no aumento da dimensão física dessas mesmas áreas. Não querendo de forma alguma reflectir aqui sobre as origens e os facto-

* Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa

res explicativos do processo de urbanização, será importante destacar, sinteticamente, alguns factos importantes que explicam a relação entre as duas vertentes anteriormente apontadas (a vertente demográfica e a forma das cidades) para compreender a evolução sentida nos territórios.

Assim, numa primeira fase, o processo de urbanização caracterizou-se fundamentalmente por um aumento da população em áreas físicas circunscritas, que levaram à formação das cidades ou ao crescimento das já existentes, que se foram assim tornando mais densas. Este fenómeno foi particularmente evidente na Europa, no período anterior à Revolução Industrial. Numa fase seguinte, e face ao alargado movimento de êxodo rural associado à Revolução Industrial, as cidades cresceram não só em termos demográficos, mas também em termos físicos. Por outro lado, no período subsequente, o desenvolvimento dos transportes públicos, nomeadamente do transporte ferroviário, veio permitir a expansão da urbanização para além dos limites administrativos das cidades, configurando o que veio a ser o processo de suburbanização, fenómeno que, contudo, se assumiu como verdadeiramente importante após a II Grande Guerra.

Na última metade do século XX, e em especial nos últimos 30 anos, a melhoria das acessibilidades e o aumento da mobilidade potenciada pela banalização do uso do transporte individual, foram os factores fundamentais para a expansão da urbanização para territórios progressivamente mais distantes, que extravasaram muito para além dos subúrbios, imprimindo características urbanas a territórios anteriormente rurais, mas que em todo o caso, vão registar uma baixa densidade de ocupação. Nestes territórios, reside uma população que está fundamentalmente ligada às actividades secundárias e terciárias localizadas em outros territórios, e cuja mobilidade proporcionada pela melhoria das acessibilidades e pela banalização do uso do transporte individual, lhes permite residir em localidades progressivamente mais distantes do local de trabalho. A melhoria das acessibilidades permitiu assim, a dispersão demográfica e funcional para as periferias, para distâncias progressivamente maiores, conduzindo a um alargamento das bacias de emprego e das áreas de influência a estas associadas. Simultaneamente, assistiu-se a uma desconcentração das actividades económicas dos centros urbanos para os territórios envolventes. Nestes territórios de maior dispersão, a função residencial coexiste assim com funções económicas que, beneficiando de uma melhor acessibilidade e das vantagens proporcionadas pelas novas tecnologias de informação, têm progressivamente migrado para as periferias, configurando assim regiões urbanas funcionais mais alargadas, cuja influência, em muito, ultrapassa o limite administrativo das metrópoles tradicionais (Ascher, 1998, 2005; Gillham, 2002; Graham e Marvin, 2001).

Esta evolução, demonstra que ao longo dos séculos, as aglomerações cresceram, quer em termos demográficos, quer em termos físicos mas, é nas últimas décadas, que se tem vindo a afirmar um novo modelo de desenvolvimento urbano, assente no aumento demográfico ao longo de um extenso território de influências, menos denso, mais difuso, que imprime no território vários sinais dessa crescente urbanização (Allain, 2004).

Estes processos ocorreram primeiro nas grandes cidades, mas têm vindo posteriormente a generalizarem-se às pequenas e às médias aglomerações.

Para além desta generalizada tendência para a concentração e organização da população em aglomerações, outro aspecto que retrata a globalização do processo de urbanização, e que surge iminentemente associado ao aspecto anterior, é o abandono da função residencial dos centros das cidades e o reforço da terciarização.

Esta tendência dos últimos 40 anos, é pautada por formas de urbanismo também muito iguais entre as várias cidades da mesma dimensão. Efectivamente, encontram-se grandes afinidades na arquitectura e no simbolismo do edificado existente em várias

idades da Europa: a *Commerzbank Tower* de Frankfurt, as *Kio Towers* de Madrid ou as *Torres de São Gabriel e São Rafael* no *Parque das Nações* em Lisboa, mais do que centros de serviços, são símbolos que marcam a identidade das cidades, tendência que também se globalizou. Esta lógica estende-se a bairros ou aglomerações. Em Lisboa, podíamos ampliar a lista, e referir um vasto conjunto de edifícios ou de vias que foram marcando as várias mudanças ocorridas na cidade; vejamos os casos das *Torres das Amoreiras*, da *Av. José Malhoa* e do *Edifício da TMN*, que representam diferentes períodos de crescimento do terciário na cidade.

Outro sinal que imprime um carácter global ao fenómeno da urbanização e do crescimento das cidades é a presença do comércio e serviços franquizados. O *Hard Rock Café* está presente em Lisboa, Beijing, Barcelona ou Amsterdão e o *McDonald's* encontra-se tanto na cidade de Évora como na *Chinatown* da cidade global de Nova Iorque, sendo que em muitos casos a abertura destes estabelecimentos está associada à reabilitação de edifícios localizados em zonas nobres da cidade. Veja-se o caso do *Hard Rock Café* de Lisboa.

Este último aspecto leva-nos a referir um outro sinal que caracteriza as cidades, grandes e pequenas, e que corresponde ao crescimento de importância que as políticas de reabilitação e de regeneração urbana foram tendo nas cidades ao longo das duas últimas décadas. As grandes intervenções efectuadas no *Parque das Nações* de Lisboa ou na frente portuária de Barcelona, assumiram alguns contornos muito semelhantes, nomeadamente nos seus objectivos, que passavam por uma valorização do espaço público e pela construção de grandes equipamentos e de habitação.

Contudo, o fenómeno da globalização trouxe consigo também a globalização dos problemas. Por um lado, muitos dos problemas das grandes cidades são hoje visíveis nas pequenas e médias, registando-se uma “reprodução” dos problemas à escala de cada país e das suas regiões; por outro, muitos problemas são idênticos nas cidades europeias, americanas e asiáticas, contribuindo também para a sua “uniformização” à escala planetária.

Fig. 1 – *Paseo Marítimo*, Barcelona



Fonte: E. COSTA, Abril de 2007

Um dos problemas mais frequentemente apontados é a elevada densidade populacional e a forte pressão construtiva registada. No início, este fenómeno surgiu eminentemente associado às coroas suburbanas que cresceram em torno das cidades europeias nos anos 60 do século passado mas, mais recentemente, este é particularmente evidente nas renovadas áreas das cidades, o que tem, naturalmente, a ver com a necessidade de explorar ao máximo o retorno dos investimentos efectuados.

Fig. 2 e 3 – Protesto nos edifícios de habitação existentes no Paseo Marítimo, Barcelona



Fonte: E. COSTA, Abril de 2007

Efectivamente a alta densidade demográfica e a forte pressão construtiva encontrada no *Parque das Nações* em *Lisboa* encontra paralelo no *Paseo Marítimo de Barcelona*. Este facto é sentido pelos habitantes, não podendo deixar de se referir o caso de Barcelona, cujos residentes colocaram faixas de protesto nas varandas dos edifícios residenciais com mensagens do tipo “No mas cemento en nuestra playa” ou “Nostra mar bella no es Marbella” ou ainda “Barcelona quiere un paseo marítimo” (observação feita em Abril de 2007).

Mas outros problemas existem, e com consequências igualmente negativas para os seus habitantes. Há no entanto que considerar que alguns problemas têm maior expressão nas áreas centrais das cidades, distinguindo-se dos problemas que afectam as periferias. Entre os principais problemas das cidades, e em particular das suas áreas centrais, podem destacar-se:

- A degradação do parque habitacional e o declínio da função residencial nas áreas centrais;
- O envelhecimento e o decréscimo populacional;
- A degradação ou inadequação dos equipamentos colectivos;
- A poluição e degradação ambiental, nomeadamente associada à questão da mobilidade em transporte industrial e ao abandono das actividades industriais e portuárias das áreas centrais das cidades;
- A degradação do espaço público;
- A fragmentação urbana, processo para a qual muito contribuem as novas formas de habitação como os condomínios;
- O crime e a toxicodependência;
- O aumento das situações de exclusão e de pobreza, nomeadamente dos idosos;
- E a falta de espaço para estacionamento.

Para além de muitos dos problemas anteriormente citados afectarem também as periferias das cidades, como são os casos da degradação do espaço público e a insuficiência de equipamentos colectivos, é importante sublinhar que as periferias registam ainda alguns problemas específicos, particularmente associados ao modelo de urbanização difuso. Segundo, Newman e Kenworthy (2000) existe uma forte relação com a utilização do automóvel, podendo os problemas decorrentes da utilização deste, classificarem-se em 3 grandes grupos: os ambientais, os económicos e os sociais.

No que diz respeito aos problemas ambientais, estes têm uma forte relação com a utilização do automóvel, que não só gera problemas de tráfego, como estabelece uma grande dependência do petróleo. Por outro lado, existe um conjunto de implicações ambientais decorrentes da ocupação com a função residencial de solos que estão vocacionados para outras funções.

Em termos económicos, os referidos autores consideram fundamentalmente os custos de eficiência para toda a sociedade, o que contempla aspectos variados como: o aumento dos custos derivados da poluição e dos acidentes viários, o aumento do tempo de deslocação diária das famílias e os custos de congestionamento, a diminuição da procura de transporte público que por sua vez contribui para a insustentabilidade do seu funcionamento, o aumento dos custos de construção e manutenção das infra-estruturas devido à maior dispersão, bem como, os efeitos sentidos no mercado da habitação que sofre efeitos especulativos, e a perda de área agrícola, com consequências graves na alteração da paisagem.

No domínio social, Newman e Kenworthy (2000) realçam os problemas, tão característicos deste modelo disperso, de segurança e de isolamento dos residentes que ficam distantes das infra-estruturas e equipamentos de ensino e saúde, assim como se acentuam os problemas de mobilidade dos que não têm acesso ao automóvel, uma vez que a rede de transporte público é insuficiente ou inexistente. Efectivamente, este modelo de desenvolvimento urbano tem incentivado o declínio da actividade agrícola, transfor-

mando a paisagem numa paisagem de abandono que aguarda apenas pela valorização imobiliária. É neste contexto que frequentemente estamos perante bairros/localidades residenciais servidas por estradas, mas sem serviço de transporte público e sem comércio e serviços de proximidade.

É ainda de considerar o facto de o modelo disperso contribuir para um declínio da vida de “rua” e da noção de “comunidade” que caracterizavam a cidade. Relativamente a este último aspecto, Guerra (2003) enfatiza a sua relação com a fragmentação urbana.

2. As Cidades Portuguesas

Um grande sinal de mudança do país nos últimos 20 anos é o crescimento das cidades, em número, em dimensão e em protagonismo territorial e funcional.

Quaisquer que sejam os critérios utilizados para identificar e medir a população urbana, nas últimas décadas, os registos são sempre crescentes, retratando a consolidação das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto a par da afirmação de um conjunto de pequenas e médias cidades, bem como da formação de pequenas conurbações/eixos urbanos (Costa, 2000).

Considerando a informação relativa às 123 cidades¹ identificadas pelo INE no “Atlas das Cidades” (INE, 2002), verifica-se que, em 2001, estas representavam 38,4% da população total residente no Continente, muito embora 14% se concentrasse na AML e 7,5% na AMP. As cidades que registam ritmos de crescimento mais elevados são as cidades algarvias, a área de Leiria-Marinha Grande e o conjunto de cidades do Norte Litoral. No interior, destaque para as cidades do Centro e Norte Interior, como a Guarda ou Mirandela.

Contudo, a informação contida no “Atlas das Cidades” subavalia o fenómeno urbano em Portugal, uma vez que não traduz o fenómeno urbano da metropolização. A sua leitura centra-se na cidade delimitada administrativamente e não traduz a dimensão urbano-funcional registada nas envolventes, ou seja nas periferias que estão para além do limite administrativo destas cidades. Assim, aplicando o critério do INE/DGOTDU relativo à “Tipologia de Áreas Urbanas”², e calculando os valores para 2001, verificamos que a percentagem de população residente em “Áreas Predominantemente Urbanas”³ rondava os 70,4% da população portuguesa. Em relação a 1991, registou-se um

¹ A “cidade” é definida por ter um “número de eleitores superiores a 8000, em aglomerado populacional contínuo e, possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espectáculos e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários” ou ainda “razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica...”. “A elaboração do Atlas começou por obrigar a interpretar geograficamente o conceito de cidades tal como é definido em Portugal, optando o INE por lhe acrescentar as especificações susceptíveis de reforçar a sua capacidade de descrever as áreas urbanas centrais... Procurou-se definir um conceito de cidade estatística...construindo-o empiricamente em parceria com as Câmaras Municipais a partir dos instrumentos jurídicos de ocupação de solos existentes: PDM, PU, PP e Perímetros Urbanos”(pp. VII, INE, 2002). Neste contexto, os perímetros urbanos são ajustamentos dos PMOTs, usando os limites das subsecções estatísticas mais próximas. Os limites das cidades não extravasam os limites concelhios.

² Deliberação n.º 488/98 – DR 210/98, de 11/98 – 158.ª deliberação do conselho superior de estatística em 98.07.03

³ São consideradas *áreas predominantemente urbanas*:

aumento de 9% (refira-se, que entre 1981 e 1991 esse crescimento atingiu os 3,4%). Para além das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, as NUT III que registam valores de “população predominantemente urbana” mais elevados são Entre Douro e Vouga, Ave, Baixo Vouga e Algarve.

Em publicação recente, Domingues (2006), apresenta também valores relativos à população urbana. Efectivamente se considerarmos a classificação apontada pelo autor, verificamos que cerca de 90% da população portuguesa vive em áreas com características urbanas (“Região Metropolitana de Lisboa”, “Região Metropolitana do Porto”, “Concelhos com cidades com mais de 100000 habitantes”, “Concelhos com cidades médias”, “Concelhos com cidades com mais de 10000 habitantes”), sendo que o conceito de “Região Metropolitana” aqui usado pelo autor, procura traduzir a organização urbano-funcional existente muito para além dos limites administrativos existentes formalmente, traduzindo de forma mais correcta a realidade da urbanização em Portugal. Esta noção de “Região Metropolitana” foi igualmente considerada por Ferrão (2003), autor que considera que a “Região Metropolitana surge, assim, como uma resposta à necessidade de captar melhor esta cidade geograficamente estilhada mas funcionalmente integrada” (pp. 220).

Por outro lado, Domingues (2006) considera ainda como unidade de “medida” das cidades os “concelhos” que têm no seu interior aglomerados urbanos, à semelhança do que já tinham feito Gaspar e Jensen-Butler (1992), que em 1992 (e perante o facto de na altura o INE, só considerar população urbana, população residente em lugares com mais de 10000 habitantes) caracterizaram a rede urbana nacional com base no conceito de “concelho urbano”, conceito que melhor traduzia a realidade do fenómeno urbano em Portugal.

Assim, independentemente do critério considerado, o tratamento da informação ilustra os vários fenómenos anteriormente apontados:

- o alargamento das áreas de influência, traduzido na configuração de regiões metropolitanas (estas, física e funcionalmente mais extensas que as Áreas Metropolitanas oficialmente delimitadas);
- O padrão difuso das coroas *periurbanas* e *rurbanas* (veja-se o crescimento do peso dos concelhos da AML, excluindo Lisboa que perde peso, assim como dos outros concelhos que não pertencem às AM's) demonstrado pelos baixos valores de densidade populacional registados pelos concelhos que estão na periferia do limite administrativo da AML. Enquanto a AML, regista uma densidade populacional de 900.2 hab. /Km², os outros concelhos da Região Metropolitana de Lisboa têm valores de densidade que rondam os 69,1 hab. /Km².

-
- Freguesias urbanas;
 - Freguesias semi-urbanas contíguas às freguesias urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
 - Freguesias semi-urbanas assim consideradas segundo critérios de funcionalidade/planeamento;
 - Freguesias sedes de concelho com mais de 5 000 habitantes.
- Entendam-se como:
- *Freguesias urbanas*, freguesias que possuam uma densidade populacional superior a 500 hab/Km² ou que integrem um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes;
 - *Freguesias semi-urbanas*, freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 e inferior ou a 500 hab/Km² ou que integrem um lugar com população residente igual ou superior a 2 000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes (INE-DGOTDU, 1998, pp.8 e 9).

Mas a expansão das cidades portuguesas não se fez apenas do ponto de vista demográfico. A expansão residencial é outro facto que marca claramente a realidade portuguesa. Num período de quarenta anos, mais que duplicou o parque habitacional. O número de alojamentos aumentou 588.543, entre 1960 e 1970; 680.669 entre 1970 e 1981; 772.083 entre 1981 e 1991 e 864.458 entre 1991 e 2001. Gaspar (s/ data) refere-se a esse fenómeno como uma das principais transformações ocorridas no território português.

Quadro 2 – População Urbana em Portugal, 1991-2001

	Pop. Residente 1991	Pop. Residente 2001	%País 1991	% País 2001	Área Km2	Densidade Populacional 2001
Região Metropolitana de Lisboa	2897316	3062482	29,4	29,6	8758	349,7
AML	2520708	2661850	25,5	25,7	2957	900,2
Concelho de Lisboa	663394	564657	6,7	5,5	85	6674,4
Outros concelhos da AML	1857314	2097193	18,8	20,3	2872	730,1
Outros concelhos da Região Metropolitana de Lisboa	376608	400632	3,8	3,9	5801	69,1
Região Metropolitana do Porto	2215734	2413262	22,5	23,3	4168	578,9
AMP	1167800	1221339	11,8	11,8	813	1502,6
Concelho do Porto	302472	263131	3,1	2,5	40	6561,9
Outros concelhos da AMP	865328	958208	8,8	9,3	773	1240,2
Outros Concelhos da Região Metropolitana do Porto	1047934	1191923	10,6	11,5	3356	355,2
Cidades com mais de 100000 habitantes	395711	416596	4,0	4,0	575	724,0
Concelho de Coimbra	139052	148443	1,4	1,4	319	465,6
Concelho de Braga	141256	164192	1,4	1,6	183	895,3
Concelho do Funchal	115403	103961	1,2	1,0	73	1422,2
Outros concelhos do Continente	3982568	4080964	40,4	39,4	75609	54,0
Concelhos com cidades médias	1444950	1545253	14,6	14,9	13726	112,6
Concelhos com cidades com mais de 10000 habitantes	1899204	1952244	19,2	18,9	34761	56,2
Outros concelhos	638204	583467	6,5	5,6	27122	21,5
Total Continente	9375926	9869343	95,0	95,3	89038	110,8
Total do País	9867147	10356117	100,0	100,0	92152	112,4

Fonte: Elaborado a partir de DOMINGUES, Al. (2006)

O decréscimo do número médio de pessoas por alojamento (em 1960, 4 residentes por alojamento, em 2001, 2,06 residentes por alojamento), acompanha a diminuição da dimensão média da família (3,98 em 1960 para 2,84 em 2001). Esta tendência associada ao aumento da segunda habitação, tem vindo a aumentar a pressão sobre o mercado habitacional, contribuindo para o alargamento dos perímetros urbanos associados a um maior consumo de espaço (dimensão média das habitações mais elevada e maior número de habitações apenas com 1 e 2 ocupantes).

Quadro 3 – Evolução do N.º de Alojamentos Familiares Clássicos

	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	2.113.672	2.702.215	3.382.884	4.154.967	5.019.425
Continente	1.979.335	2.558.745	3.239.977	3.992.156	4.832.537
RAA	78.320	80.910	75.104	83.810	92.617
RAM	56.017	62.560	67.803	79.001	94.271

Fonte: INE

Quadro 4 – Taxas de variação de Alojamentos Familiares Clássicos e de Famílias (%)

	1960-1970		1970-1981		1981-1991		1991-2001	
	Aloj.	Famílias	Aloj.	Famílias	Aloj.	Famílias	Aloj.	Famílias
Portugal	27,8	5,0	25,2	24,7	22,8	7,6	20,8	16,0
Continente	29,3	5,6	26,6	26,0	23,2	7,7	21,1	16,1
RAA	3,3	-7,5	-7,2	-6,0	11,6	2,1	10,5	13,1
RAM	11,7	-1,8	8,4	7,6	16,5	11,1	19,3	12,0

Fonte: INE

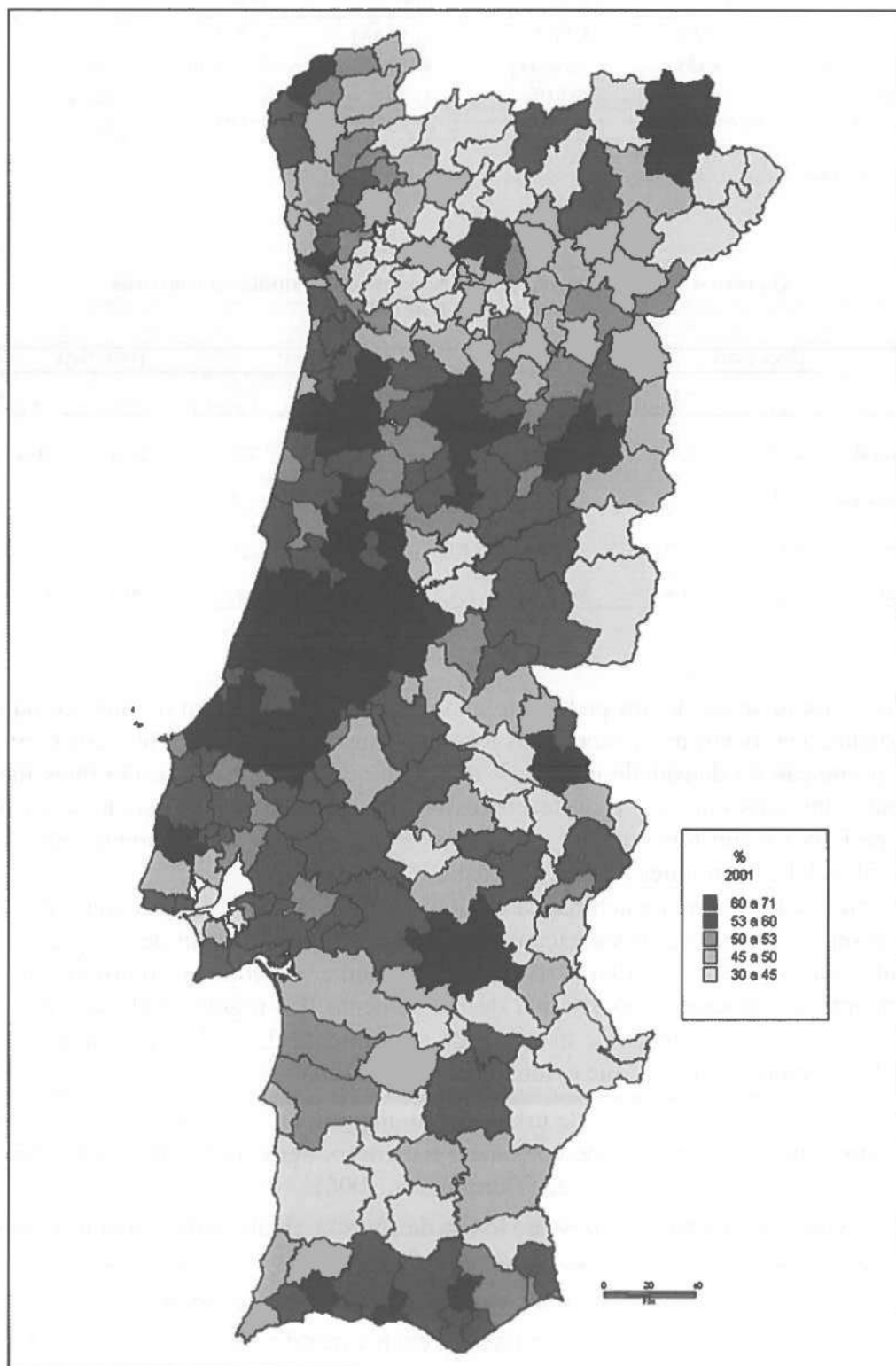
As consequências de um padrão de evolução como este foram o aumento da mancha urbana, o aumento da distância aos locais de emprego, ao comércio e aos serviços e uma diminuição da densidade urbana. É um facto que os territórios estão mais interdependentes uns dos outros e é neste contexto, que se foram configurando sistemas ou eixos regionais e sub-regionais de cidades assentes na complementaridade entre a função residencial e económica (Costa, E; Costa, N, 2003).

Assim, embora uma característica comum às aglomerações de pequena e média dimensão seja o modelo de urbanização essencialmente caracterizado pela expansão residencial para as coroas imediatas, o processo assume no entanto contornos distintos eminentemente associados ao sistema de povoamento das regiões onde se inserem as cidades, assim como à génese e natureza do crescimento das cidades. Vejamos alguns exemplos de cidades médias que evidenciam estas realidades:

- Em Barcelos, o modelo é de urbanização dispersa em territórios densos, configurando um “Mosaico”, onde coexistem habitação, agricultura, indústria, comércio, serviços, vias de comunicação (Domingues, 2006);
- Na Guarda, a expansão faz-se ao longo da encosta, duplicando a área urbanizada;
- Em Castelo Branco, o crescimento da cidade, “envolveu” os bairros periféricos existentes de génese clandestina, dando lugar a uma nova cidade;
- E em Évora, a cidade mais compacta, vem a expandir-se fortemente para fora das muralhas.

À semelhança do que aconteceu nas cidades das várias regiões do mundo e, em particular, na Europa, este modelo de desenvolvimento urbano é um modelo suportado na

Figura 4 – Percentagem de deslocações casa-trabalho realizadas em automóvel particular – 2001



Fonte: MARQUES DA COSTA, E; MARQUES DA COSTA, N. (2003)

utilização do transporte individual. Este aumento da utilização do automóvel está basicamente associado ao forte investimento nas infra-estruturas rodoviárias que aconteceu no país e ao crescimento do parque automóvel, que permitiram uma melhoria das condições de circulação e uma diminuição dos tempos de deslocação.

Poderemos então verificar que o processo de urbanização se vai consolidando através da “integração” dos núcleos rurais limítrofes, num modelo de maior dispersão territorial e a observação de menores densidades populacionais, que configuram um novo quadro de relações urbano-rurais. Desta forma não será de estranhar que os concelhos que registaram maior urbanização, fossem também os que registaram maiores acréscimos nos níveis de motorização e na utilização do transporte individual para as deslocações diárias. Em 1991, em termos médios, 25% das deslocações casa-trabalho eram feitas por automóvel próprio. Em 2001, esse valor duplicou (Costa, E; Costa, N, 2003).

Outra característica a apontar são os modos de vida dos seus residentes. Como vimos anteriormente a globalização dos consumos permitida pelas grandes estruturas de comércio franqueado e pela Internet, contribuiu fortemente para a uniformização dos estilos de vida dos habitantes, não só das cidades mas também dos espaços rurais.

Efectivamente, a presença de grandes e médias superfícies comerciais, bem como, a expansão de lojas franqueadas nas várias cidades permitiram servir, não só a população dessas cidades, mas também as famílias residentes nas restantes freguesias envolventes, muitas de carácter não urbano, que aproveitam as vantagens da melhoria das acessibilidades e se deslocam com uma enorme facilidade à sede de concelho ou à cidade para efectuarem as suas compras.

As “Ruas Direitas” das cidades onde se concentravam as lojas que atraíam as populações da cidade e das vilas e aldeias existentes nas envolventes, foram hoje substituídas pelas grandes e médias superfícies comerciais, tendencialmente instaladas nas saídas das cidades, basicamente dependentes da posse de automóvel e da existência de vastos espaços dedicados ao seu estacionamento, dando assim lugar a novas centralidades periféricas que muito têm contribuído para o despovoamento dos centros tradicionais. E também aqui, o modelo replica-se, das grandes metrópoles de Lisboa e Porto para as pequenas e médias cidades do Fundão, Faro, Braga, Coimbra, contribuindo para uma uniformização das paisagens, fortemente marcadas pela crescimento da construção e pelas novas infra-estruturas rodoviárias, e para a globalização dos consumos dos mais jovens aos mais idosos.

Resultados de um inquérito realizado em 1998 na Beira Interior, mostram que entre 70 e 78% das compras de higiene e limpeza eram efectuadas em supermercados ou hipermercados (Marques da Costa, 2000). Quanto ao vestuário, e embora a larga maioria das compras ainda fossem efectuadas no comércio tradicional, registou-se um crescente aumento da utilização das lojas franqueadas e dos hipermercados, quer por parte da população das cidades, quer por parte da população residente nas freguesias envolventes, sendo que algumas, como vimos, ainda mantêm as características mais rurais. Este padrão está não só associado aos jovens residentes nas freguesias não urbanas do concelho que se deslocam frequentemente à cidade para estudar e realizam outros consumos, mas também à população em idade activa que residindo em meio rural, diariamente se desloca para trabalhar na cidade. Outros inquéritos realizados nas cidades de Viseu, Santarém/Cartaxo/Almeirim, Aveiro e Beja, no âmbito do um projecto de investigação intitulado *Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades*, apresentado em 1998, mostram resultados idênticos (Gaspar, J (coord.); Alves, T.; Avelino, L; Barroso, S.; Marques da Costa, E, Marin, F; Martins, G; Pires, I, 1998).

Neste contexto de globalização dos modos de vida há ainda a destacar a ocupação do tempo livre. Considerando ainda o exemplo da Beira Interior, verificamos que as famílias residentes nas pequenas e médias cidades, à semelhança das famílias residentes nas grandes cidades, vão cada vez mais passar o fim de semana na sua segunda residência, normalmente localizada nas localidades rurais do concelho ou de concelhos vizinhos (muitas destas residências secundárias correspondem às residências dos pais) (Marques da Costa, E, 2002)

Figura 5 – Évora – Características do modelo de crescimento urbano



Fig. 4.a – McDonald's – Símbolo da globalização dos consumos



Fig. 4.b. – Média Superfície Comercial na coroa suburbana



Fig. 4.c – Símbolo da Globalização dos Consumos



Fig. 4.d. – A periferia em Évora

Fonte: Costa, E, Abril de 2007

Outro aspecto que caracteriza as nossas cidades são as grandes intervenções. As nossas cidades são palco de grandes projectos como a *Expo 98* e os *Projectos POLIS*, que conciliam a modernidade com a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Por outro lado, o desenvolvimento das comunicações aproximou as cidades entre si.

Contudo, se por um lado existe um conjunto de transformações comuns às grandes, médias e pequenas cidades, por outro, importa sublinhar algumas especificidades que distinguem sobretudo as grandes aglomerações de Lisboa e do Porto do resto do território, incluindo as restantes cidades.

O primeiro problema a salientar é a especificidade das bases económicas das cidades portuguesas não metropolitanas.

Enquanto as aglomerações da Área Metropolitana de Lisboa, concentram uma parte significativa das actividades económicas de elevado valor acrescentado e de natureza tecnológica, as cidades não metropolitanas têm uma forte preponderância dos serviços públicos e sociais (Alves, 2005).

Todavia, é de referir que a natural concentração de actividades de elevado valor acrescentado nas Áreas Metropolitanas, e em particular da Área Metropolitana de Lisboa, tem sido contrariada pelas dinâmicas endógenas de algumas cidades e regiões do resto do país, assim como pelas políticas de infraestruturação e desenvolvimento da economia e da competitividade.

Quadro 5 – Principais problemas apontados pelos residentes em algumas cidades médias do país – 1997

	Aveiro	Viseu	Santarém/ Almeirim/ Cartaxo	Beja
Nada	7	26	11	19
Poluição	20	24		2
Falta de equipamentos				12
Mentalidades		11	4	2
Marginalidade	25	4	28	29
Falta de Eventos Culturais		4	11	
Afectividade		4		
Desordenamento Urbano	12	2	4	
Trânsito e falta de estacionamento	28		18	5
Falta de espaços verdes			8	1
Dinamismo económico			13	2
Falta de emprego				1

Fonte: Gaspar, J (coord.); Alves, T.; Avelino, L; Barroso, S.; Marques da Costa, E, Marin, F; Martins, G; Pires, I, (1998)

O problema do desequilíbrio na base económica é reforçado pelo desequilíbrio na qualificação dos recursos humanos. Segundo dados do Censo de 2001, em Portugal, apenas 10,8% da população tinha o ensino superior, valor bastante inferior aos 16,3% registados na Área Metropolitana de Lisboa.

No domínio social, cultural e dos quotidianos, verifica-se que as pequenas e médias cidades portuguesas reproduzem já muitos dos problemas das grandes cidades, tendência que aliás já foi apontada anteriormente. Aspectos como a poluição, marginalidade, trânsito e falta de estacionamento foram considerados problemas das cidades de Viseu, Aveiro, Santarém/Cartaxo/Almeirim e Beja (Gaspar, J (coord.); Alves, T.; Avelino, L; Barroso, S.; Marques da Costa, E, Marin, F; Martins, G; Pires, I, 1998).

3. Breve comentário sobre as Políticas de Cidades em Portugal

As transformações ocorridas nos territórios, e em particular nas cidades, têm exigido uma grande capacidade de adaptação das políticas. Se durante a década de oitenta as políticas das cidades estavam fundamentalmente focadas nos processos de recuperação da identidade através de políticas de reabilitação, na década de noventa, introduzem-se os princípios ligados ao desenvolvimento sustentável, competitividade e coesão social, e as políticas assumiram um espectro de actuação bastante mais abrangente. Para

além das políticas centradas nos centros das cidades, emergiram as preocupações com a forma urbana e a necessidade de conter o modelo de urbanização disperso (Breheny, 1992; Calthorpe, 2001; De Roo e Miller, 2000; EC, 2003, EC, 2004, Newman e Kenworth, 2000; CE, 2006).

No caso português, a criação de diversos instrumentos de intervenção (PDM's, Planos de Urbanização, Planos Estratégicos, Agendas 21, entre outros de natureza mais abrangente) e a construção de inúmeras infra-estruturas e equipamentos no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio, introduziram não só mudanças nas cidades e no país, como também mostram a mudança de atitude das instituições e do sistema político em relação ao planeamento, que é cada vez mais reconhecido como sendo fundamental.

Entre as várias orientações e políticas do passado vocacionados para as cidades cabem destacar o PROSIURB e o POLIS.

O “Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM”, o chamado PROSIURB (1994-99) (Despacho MPAT N.º 6/94 e 7/94, DR II Série, 26 Janeiro, Diário da República, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1994) estava estruturado em dois Subprogramas: “Valorização das Cidades Médias” (destinado a 40 cidades) e a “Valorização dos Centros Urbanos da rede Complementar” (correspondendo às restantes cidades e vilas sedes de concelho não abrangidas pelo anterior), trouxe um grande contributo às cidades: por um lado, as cidades do Subprograma I estavam obrigadas a apresentar um Plano Estratégico, por outro, o programa teve o mérito de traduzir para objectivos de política a perspectiva de eixo/sistema urbano. Os reduzidos montantes financeiros e o seu desenquadramento financeiro face aos instrumentos de política sectorial e ao Quadro Comunitário de Apoio, bloquearam as suas potencialidades como programa para as cidades. Ficou a experiência e o balanço de actuação, úteis à configuração dos instrumentos posteriores (Marques da Costa, 2000 e RCM n.º 26/2000)

A este Programa, seguiu-se o “Programa POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, 15 de Maio), cujo principal objectivo era “melhorar a qualidade de vidas nas cidades, através de intervenções na vertente urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional”(RCM, n.º 26/2000). Sobre o POLIS, é importante salientar a sua capacidade para mudar a imagem e a estrutura física das cidades, podendo citar-se grandes projectos como os desenvolvidos em Castelo Branco ou Aveiro.

Presentemente, é de referir a “Política de Cidades POLIS XXI”, instrumento enquadrado no Programa do XVII Governo e apresentado em 11 de Abril de 2007, que marcará a política de cidades dos próximos anos. Este novo POLIS tem várias dimensões de intervenção:

- A primeira dimensão é a “Regeneração Urbana”;
- A segunda é a “Competitividade/Diferenciação”. Esta tem como objectivo olhar para as cidades enquanto nós das redes de inovação e competitividade. As intervenções deverão promover a criação de equipamentos urbanos e infra-estruturas diferenciadoras em termos de inserção nas redes nacionais e internacionais;
- E a terceira dimensão corresponde à “Integração Regional”, tão necessária para dar resposta à configuração “cidade-região” (definida como o espaço funcionalmente estruturado por uma ou várias cidades). Cabe aqui, racionalizar e qualificar os equipamentos e serviços que a cidade disponibiliza à sua região.

4. Nota conclusiva

O futuro é de desafio para o país e, em particular, para as cidades. A larga maioria da população portuguesa viverá em áreas urbanas, cabendo às cidades o reforçado papel de serem centros polarizadores de capital, emprego, conhecimento e inovação, ao mesmo tempo que deverão organizar os territórios envolventes, assegurando qualidade de vida e equidade social aos seus habitantes.

Os desafios para as Regiões Metropolitanas de Lisboa e Porto são enormes, face ao quadro europeu de alargamento a Leste e face à globalização do capital, trabalho e valores sociais, mas para as pequenas e médias cidades os desafios ainda são maiores. Cabe aproveitar as oportunidades de organização em rede ou o reforço de uma lógica de organização policêntrica como forma de “equipotenciar” as potencialidades dos vários nós do sistema urbano nacional. A imagem de marca do Projecto “Ribatejo Digital”, constituída por um jovem campino com cerca de 10 anos, a manusear um portátil, e tendo como pano de fundo a paisagem da Lezíria do Tejo, ilustra extraordinariamente as mudanças verificadas no país, demonstrando que a “tradição já não é o que era”, desejando-se que os próximos 20 anos sejam de progresso superior ao verificados nos 20 últimos.

Bibliografia:

- ALVES, T. (2005) – “Multifuncionalidade e Desenvolvimento nas Áreas Rurais em Portugal”, in *Serviços e Desenvolvimento. Que oportunidades para as áreas rurais*, EPRU n.º 62, CEG, Lisboa, pp. 7-28.
- ALLAIN, R. (2004) – *Morphologie Urbaine. Géographie, aménagement et architecture de la ville*. Paris, Armand Colin.
- ASCHER, F. (1998) – *Métapolis: Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.
- ASCHER, F. (2005) – *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Quetigny.
- BREHENY, M. J., (Ed.) (1992a) – *Sustainable Development and Urban Form*. Londres, Pion.
- CALTHORPE, P; FULTON, W. (2001), *The Regional City. Planning for the end of sprawl*, Washington, Island Press.
- DE ROO, G.; MILLER, D. (2000) – *Compact Cities and Sustainable Urban Development*, Hampshire, Ashgate.
- DOMINGUES, Al. (2006) – *Cidade e Democracia. 30 anos de transformação urbana em Portugal*, Argumentation
- EC (2003) – *Pour des Stratégies de Développement Durable des Transports et de L'Amenagement Urbain – Guide Pour Les Decideurs*, coord. por MAY, Institute for Transport Studies, University of Leeds, UK.
- EC (2004) – *Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*, COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Bruxelas, 11.02.2004, COM (2004) 60 final.
- FERRÃO, J. (2003) – “Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo”, in *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, coord. Portas et al., FCG – Lisboa, pp.219-225
- GASPAR, J. (2000) – “Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal” in BELLET, C e LLOP, J. (ed.), *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, Lleida, Ed. Milenio, pp. 125-140.
- GASPAR, J (COORD.); ALVES, T.; AVELINO, L; BARROSO, S.; MARQUES DA COSTA, E, MARIN, F; MARTINS, G; PIRES, I, (1998) – *Cidades Médias em Portugal: imagem, quotidiano e novas urbanidades. VOL. I*, Projecto N.º 33/94 JNICT/DGOTDU, sob a coordenação do Prof. Jorge Gaspar, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (policopiado).

- GASPAR, J.; JENSEN-BUTLER, C. (1992) – “Social, Economic and Cultural Transformation in the Portuguese Urban System”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 16 (3), pp. 442-461.
- GASPAR, J. (s/ data) – “Geografia e Ordenamento do Território. Dos Paradigmas aos Novos Mapas”, *Colóquio/Ciências*, Revista de Cultura Científica, N.º 13, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GILLHAM, O. (2002) – *The Limitless City: a primer on the urban sprawl debate*. Washington, Island Press.
- GRAHAM, S.; MARVIN, S. (2001) – *Splintering urbanism*. Londres, Routledge.
- GUERRA, I. (2003) – “Tensões do urbanismo Quotidiano”, in *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, coord. Portas et al., FCG – Lisboa, pp. 237-251
- LAMAS, J. G. (2004) – *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa, FCG/ECT.
- MARQUES DA COSTA, E. (2000) – *Cidades Médias e Ordenamento do Território. O caso da Beira Interior*, dissertação de doutoramento em Geografia (Planeamento Regional e Local) apresentada em 28 de Maio de 2001, à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 498 pp..
- MARQUES DA COSTA, E. (2002) – “Relações entre Urbano e Rural no quadro das novas mobilidades em áreas rurais – O caso da Beira Interior”, *Actas do Seminário Internacional Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um País Periférico*, coord. C. CAVACO, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, N.º 55, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 158-176, ISBN 972-636-135-4.
- MARQUES DA COSTA, E; MARQUES DA COSTA, N. (2003) – “Acessibilidades e configuração de bacias de emprego no território nacional”, *Actas do X Encontro da APDR*, Évora, 26 a 28 de Junho.
- MARQUES DA COSTA, E; MARQUES DA COSTA, N.; SILVA, G. (2003b) – “Estratégias de Povoamento e Políticas de Expansão dos Aglomerados Urbanos”, comunicação apresentada na Conferência Ordenamento do Território e Revisão dos PDM – Painel: PDM's e o Ordenamento do Território, da Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- NEWMAN e KENWORTHY, 2000 – “Sustainable Urban Form: The Big Picture”, in WILLIAMS, BURTON, JENKS (ed.) *Achieving Sustainable Urban Form*, E & FN Spon, Londres
- OUELLET, Michel (2002) – *Pour une nouvelle ville de Gatineau résolument tournée vers les transports durables et une forme urbaine plus viable*, *Vivre en Ville*, Regroupement québécois pour le développement viable des agglomérations, www.vivreenville.org
- RYAN (2006) – *The good life, new public spaces for recreation*, Van Allen Institute, Nova Iorque
- SONG, J.; KNAAP (2004) – “Measuring Urban Form”, *Journal of the American Planning Association*, Spring 2004, Vol. 70, No. 2
- WILLIAMS, K.; BURTON, E., et al., (Eds.) (2000) – *Achieving Sustainable Urban Form*. Londres, E&FN Spon.

A POLÍTICA COMUNITÁRIA DE CONCORRÊNCIA

*Miguel Mendes Pereira**

O intuito da presente nota é o de dar uma breve panorâmica da política comunitária da concorrência, sem qualquer preocupação de exaustão de um tema que é vastíssimo.

Atento, por um lado, o facto de se tratar de um texto que decorre de uma apresentação oral e considerando, por outro, a formação académica em curso dos seus destinatários, evitar-se-ão, em benefício da fluidez de exposição e da fidelidade ao propósito inicial, as referências doutrinais e jurisprudenciais que ao caso caberiam se de uma abordagem estritamente jurídica se tratasse. De igual modo, evitam-se na medida do possível as referências a textos legais, excepto quando tal se mostre absolutamente necessário para o correcto enquadramento ou compreensão da questão em causa.

I. Enquadramento

1. A Alemanha no pós-guerra

A política de concorrência na Europa surge na Alemanha do pós-guerra, motivada pela preocupação de evitar, por um lado, a excessiva concentração de poder económico num conjunto restrito de grandes empresas e, por outro, relações de promíscua proximidade entre essas mesmas empresas.

Com efeito, o regime nacional-socialista liderado por Hitler havia recolhido uma parte significativa do seu apoio (político e financeiro) junto de um pequeno grupo de grandes conglomerados industriais que dominavam a economia alemã no fim da década de 30 em regime de cartel. A relação simbiótica que se estabeleceu entre o regime e estes conglomerados de base essencialmente familiar permitiu a estes últimos reforçar o seu poder económico ao mesmo tempo que possibilitou a Hitler estruturar uma economia de guerra que descambou de forma trágica na II Guerra Mundial.

Cientes das consequências perversas que, de um ponto de vista político, podem resultar de uma economia controlada por um grupo restrito de empresas dotadas de enorme poder económico, quer a nova classe política alemã da então jovem República Federal da Alemanha saída dos escombros da Guerra, quer as potências ocidentais ocupantes do território alemão, com particular destaque para os EUA, viram na criação de uma política de concorrência o instrumento mais eficaz de combate à concentração e cartelição da economia alemã. Com natural influência do regime precursor consagrado

* Mestre em Direito. Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Jurista Consultor-Principal da Autoridade da Concorrência

desde o séc. XIX nos EUA¹, iniciam-se logo em 1948 os trabalhos preparatórios para a adopção do primeiro regime jurídico da concorrência na Alemanha, o qual, porém, só entrará em vigor em 1958. É de destacar o papel crucial que desempenhou a chamada *Escola de Friburgo* na conceptualização do Direito da Concorrência alemão.

Entretanto, são concluídos o Tratado de Paris (1951) que dá origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e o Tratado de Roma (1957) que dá origem à então Comunidade Económica Europeia (CEE), actualmente designada simplesmente por Comunidade Europeia (CE), contendo ambos os tratados disposições relativas à defesa da concorrência².

2. A Comunidade Europeia

O ponto de partida para qualquer análise da política comunitária de concorrência é o quadro em que a mesma se insere: um mercado comum, resultado da agregação das economias de todos os seus Estados-membros.

O art. 2.º do Tratado CE³ descreve a missão da Comunidade:

*A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma união económica e monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns a que se referem os artigos 3.º e 4.º, promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das actividades económicas, um elevado nível de emprego e de protecção social, a igualdade entre homens e mulheres, um crescimento sustentável e não inflacionista, um alto grau de competitividade e de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de protecção e de melhoria da qualidade do ambiente, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-Membros.*⁴

Para alcançar os fins enunciados no art. 2.º do Tratado CE, a acção da Comunidade implica, nos termos do art. 3.º, entre outras coisas:

- a criação de um mercado interno⁵ caracterizado pela abolição, entre os Estados-Membros, dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais;
- a implementação de um regime que garanta que a concorrência não seja falseada no mercado interno.

Por sua vez, o n.º 1 do art. 4.º do Tratado CE fixa os pressupostos necessários à prossecução dos fins acima elencados:

¹ O *Shearman Act* data de 1890.

² O Tratado CECA deixou de vigorar em 23 de Julho de 2002.

³ Jornal Oficial C 325 de 24.12.2002 (versão consolidada), igualmente disponível em: http://europa.eu.int/eur-lex/lex/pt/treaties/dat/12002E/htm/C_2002325PT.003301.html

⁴ O destaque é nosso.

⁵ A partir do Acto Único (Jornal Oficial L 169 de 29.06.1987) deixa de se utilizar a expressão mercado comum e passa a falar-se em “mercado interno”. Não sendo certo que à nova terminologia correspondam novos efeitos jurídicos, é seguro que a esta expressão subjaz uma intenção política de sublinhar o reforço de integração económica que deveria acompanhar a ultrapassagem dos obstáculos constatados no âmbito do mercado comum, integração essa que conduziria a um verdadeiro mercado interno.

Para alcançar os fins enunciados no artigo 2.º, a acção dos Estados-Membros e da Comunidade implica, nos termos do disposto e segundo o calendário previsto no presente Tratado, a adopção de uma política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros, no mercado interno e na definição de objectivos comuns, e conduzida de acordo com o princípio de uma economia de mercado aberto e de livre concorrência⁶.

É nestes termos que o Tratado CE vem consagrar, na Parte III, dedicada às políticas da Comunidade, as regras em que se alicerça a política comunitária de concorrência.

3. Os objectivos da política comunitária de concorrência

O regime comunitário da concorrência prossegue dois objectivos, um de cariz económico e um outro de cariz político.

O primeiro é o objectivo de política económica que resulta directamente das regras inscritas nos arts. 81.º e seguintes do Tratado e que é comum a todos os regimes de defesa da concorrência: influenciar o quadro em que se desenvolvem as actividades económicas dos agentes públicos e privados tendo em vista uma eficiente alocação dos recursos. No caso da Comunidade Europeia, esta procura de eficiência visa atingir os objectivos traçados no art. 2.º CE, acima elencados.

O segundo é específico da Comunidade Europeia e visa a integração económica, pedra angular em que assenta toda a construção política da União Europeia. Com efeito, o regime comunitário da concorrência só ganha sentido no quadro de um espaço económico comum a todos os Estados-membros no qual as trocas comerciais se processem em condições equivalentes às de um mercado interno, o que implica a abolição de todos os obstáculos à livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais. Desta forma, as empresas de cada um dos Estados-membros – mesmo as que gozam de monopólios ao nível nacional – são expostas à concorrência das empresas dos outros.

A política comunitária de concorrência apresenta assim um carácter instrumental, servindo os seus objectivos consignados no art. 2.º CE como parâmetro de interpretação e de aplicação das respectivas regras.

II. Instituições

A área da concorrência não escapa à complexidade do quadro institucional comunitário, sendo várias as instituições que nele participam activamente, sobressaindo, porém, claramente o papel primordial desempenhado pela Comissão Europeia.

1. Conselho

Nos termos do art. 203.º do Tratado CE, o Conselho:

- assegura a coordenação das políticas económicas gerais dos Estados-Membros;
- dispõe de poder de decisão;
- atribui à Comissão, nos actos que adopta, as competências de execução das normas que estabelece.

⁶ Os destaques são nossos.

De acordo com o disposto no art. 204.º do Tratado CE, o Conselho é composto por um representante de cada Estado-Membro a nível ministerial, com poderes para vincular o Governo desse Estado-Membro. A Presidência é exercida sucessivamente por um Estado-Membro, durante um período de seis meses, pela ordem decidida pelo próprio Conselho.

Trata-se do legislador no seio da Comunidade, o qual, nalgumas circunstâncias, consoante as matérias em causa, partilha esta responsabilidade com o Parlamento Europeu.

No domínio da concorrência, os poderes do Conselho derivam do art. 83.º CE, o qual prevê que adopte os regulamentos ou directivas necessários à aplicação dos princípios constantes dos artigos 81.º e 82.º, deliberando por maioria qualificada sob proposta da Comissão, após consulta do Parlamento Europeu.

Os instrumentos legislativos adoptados pelo Conselho têm, nos termos do n.º 2 do art. 83.º CE, os seguintes objectivos:

- a) Garantir o respeito das proibições referidas no n.º 1 do artigo 81.º e no artigo 82.º pela cominação de multas e adstricções;
- b) Determinar as modalidades de aplicação do n.º 3 do artigo 81.º, tendo em conta a necessidade, por um lado, de garantir uma fiscalização eficaz e, por outro, de simplificar o mais possível o controlo administrativo;
- c) Definir, quando necessário, o âmbito de aplicação do disposto nos artigos 81.º e 82.º, relativamente aos diversos sectores económicos;
- d) Definir as funções respectivas da Comissão e do Tribunal de Justiça no domínio da política de concorrência;
- e) Definir as relações entre as legislações nacionais e as disposições constantes do Tratado CE.

No exercício das suas competências o Conselho tem adoptado inúmeros instrumentos legislativos cruciais para a aplicação das normas relativas à concorrência, dos quais se destacam o Regulamento relativo à aplicação dos arts. 81.º e 82.º CE⁷ e o Regulamento relativo às concentrações comunitárias⁸.

2. Comissão

Nos termos do art. 211.º CE, a Comissão:

- a) Vela pela aplicação das disposições do presente Tratado bem como das medidas tomadas pelas instituições;
- b) Formula recomendações ou pareceres sobre as matérias que são objecto do Tratado, quando este o preveja expressamente ou quando tal seja por ela considerado necessário;

⁷ Regulamento (CE) n.º 1/2003 do Conselho, de 16 de Dezembro de 2002, relativo à execução das regras de concorrência estabelecidas nos artigos 81.º e 82.º do Tratado, *Jornal Oficial* n.º L 001, 04.01.2003, pg. 1.

⁸ Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho, de 20 de Janeiro de 2004, relativo ao controlo das concentrações de empresas, *Jornal Oficial* n.º L 24, pg. 1, 29.01.2004.

- c) Dispõe de poder de decisão próprio, participando na formação dos actos do Conselho e do Parlamento Europeu;
- d) Exerce a competência que o Conselho lhe atribua para a execução das regras por ele estabelecidas.

Trata-se, pois, da “guardiã dos Tratados” que vela pela respectiva aplicação. Dispõe ainda de um significativo poder resultante do monopólio que detém da iniciativa legislativa, ou seja, só a Comissão pode dar início ao processo legislativo, embora seja o Conselho que dispõe da competência para adoptar (nalguns casos em cooperação com o Parlamento Europeu) os respectivos actos.

A execução da política comunitária de concorrência é assim responsabilidade da Comissão Europeia, o braço executivo da Comunidade, a qual actua dentro do quadro legislativo traçado pelo Conselho. A Comissão age em estreita cooperação com dois comités consultivos, compostos por representantes dos Estados-membros: o Comité Consultivo em matéria de acordos, decisões, práticas concertadas e abusos de posição dominante e o Comité Consultivo em matéria de concentrações.

Em matéria de concorrência, o art. 85.º do Tratado determina que a Comissão velará pela aplicação às empresas das regras contidas nos artigos 81.º (acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas) e 82.º (abuso de posição dominante) e instruirá os processos relativos a presumíveis infracções. Incumbe ainda à Comissão aplicar o Regulamento das concentrações comunitárias⁹ no âmbito dos procedimentos de controlo prévio de concentrações.

Mas não é somente às empresas que a Comissão aplica as regras de concorrência, pois também os próprios Estados-membros são seus destinatários, incumbindo à Comissão fazer os Estados-membros cumprir as regras relativas a empresas públicas ou empresas que detenham direitos especiais ou exclusivos (art. 86.º CE) bem como a auxílios de Estado (arts. 87.º e sgs. CE).

3. Parlamento Europeu

Nos termos dos arts. 189.º e 190.º CE, o Parlamento Europeu é composto por representantes dos povos dos Estados reunidos na Comunidade, eleitos por sufrágio directo universal.

Os poderes do Parlamento Europeu foram sendo reforçados sucessivamente ao longo da história da Comunidade. Actualmente, a sua participação no processo legislativo comunitário dá-se principalmente através dos procedimentos de co-decisão (art. 251.º C), cooperação (art. 252.º CE) e consulta, nos quais assume o papel de co-legislador.

No domínio específico da concorrência, o Parlamento participa no processo legislativo comunitário através do procedimento de consulta (art. 83.º CE). Para além disso, emite parecer sobre o Relatório Anual da Comissão sobre a execução da política da concorrência. Por último, os deputados podem colocar questões à Comissão, a qual está obrigada a responder (art. 197.º CE).

⁹ Cit.

4. Os tribunais comunitários

Nos termos do art. 220.º CE, o sistema jurídico da Comunidade compreende dois tribunais (para além do Tribunal da Contas e do Tribunal da Função Pública, os quais não são relevantes para a presente matéria): Tribunal de Primeira Instância (TPI) e Tribunal de Justiça (TJ), os quais funcionam como garantes da legalidade na formulação e execução da política de concorrência.

O TPI aprecia as decisões da Comissão em matéria de concorrência, bem como as suas omissões (art. 225.º, n.º 1, CE).

Por seu lado, o TJ funciona como instância de recurso do TPI, em matéria de direito (art. 225.º, n.º 1, CE), podendo ainda apreciar os reenvios prejudiciais em matéria de interpretação do direito comunitário que lhe sejam submetidos por tribunais nacionais dos Estados-membros (art. 234.º CE).

As instituições judiciais da Comunidade têm desempenhado ao longo dos anos um papel fundamental na apreciação de recursos interpostos contra decisões tomadas pela Comissão em processos de concorrência e na resposta dada às questões colocadas pelas jurisdições nacionais dos Estados-membros acerca da interpretação do Direito Comunitário em geral e do Direito Comunitário da Concorrência em particular.

5. Rede Europeia de Concorrência

Em sentido técnico, a Rede Europeia de Concorrência não é considerada como uma instituição comunitária mas justifica-se a menção atenta a sua importância crescente no âmbito da aplicação das regras comunitárias da concorrência.

A Rede constitui um mecanismo de cooperação recíproca entre as autoridades nacionais de concorrência dos Estados-membros e ainda entre estas e a Comissão Europeia, assente numa rede informática que permite a troca de informação relativa a processos de concorrência. Desde a reforma de 2004, materializada na entrada em vigor do regulamento 1/2003¹⁰, as autoridades e tribunais nacionais passaram a ter um papel reforçado na aplicação das regras **comunitárias** de concorrência, podendo nomeadamente aplicar na íntegra o art. 81.º CE, algo que anteriormente lhes estava vedado. Assim sendo, o papel das autoridades nacionais enquanto instrumento da política comunitária da concorrência recrudescceu, justificando-se por essa razão a presente referência.

III. Instrumentos

A política comunitária de concorrência espraia-se por três áreas principais:

- a) práticas proibidas, compreendendo os acordos entre empresas, decisões de associações de empresas e práticas concertadas restritivas da concorrência (art. 81.º CE), por um lado, e os abusos de posição dominante (art. 82.º CE), por outro;
- b) o controlo prévio de concentrações (Regulamento das concentrações comunitárias¹¹);

¹⁰ Cit.

¹¹ Cit.

- c) os direitos especiais (art. 86.º CE), incluindo os serviços de interesse económico geral, e os auxílios de Estado (arts. 87.º e sgs. CE).

No campo das práticas proibidas visam-se quer os comportamentos bilaterais ou multilaterais, quer unilaterais.

Assim, os acordos entre empresas, as decisões de associações de empresas e as práticas concertadas dizem respeito a comportamentos verificados entre duas ou mais empresas pelos quais a concorrência é falseada ou restringida, como sejam, por exemplo, os acordos de fixação de preços ou de repartição de mercados (os chamados “carteis”). Já o abuso de posição dominante diz essencialmente respeito a comportamentos unilaterais pelos quais uma ou mais empresas abusam do extraordinário poder de mercado que possuem para restringir a concorrência no mercado através de, por exemplo, discriminação ou preços excessivos.

Através do controlo prévio de concentrações impedem-se as operações de fusão entre empresas (ou de aquisição de controlo) susceptíveis de privar os consumidores das vantagens decorrentes de uma concorrência efectiva (preços reduzidos, produtos de elevada qualidade, uma vasta escolha de bens e serviços e inovação) por, em resultado da concentração, aumentar significativamente o poder de mercado das empresas. Entende-se por “aumento de poder de mercado” a capacidade de uma ou mais empresas aumentarem os preços de forma lucrativa, reduzirem a produção, a escolha ou a qualidade dos bens e serviços, diminuírem a inovação ou influenciarem de outra forma os parâmetros da concorrência.

Por último, as disposições atinentes aos direitos especiais e aos auxílios de Estado visam impedir que as autoridades públicas dos Estados-membros beneficiem determinada(s) empresa(s) em detrimento de outra(s) através da concessão de direitos especiais, benefícios ou auxílios que acabem por distorcer a concorrência.

A execução da política comunitária da concorrência pela Comissão nestes domínios materializa-se a mais das vezes através da adopção de decisões em processos individuais. Nos termos do art. 249.º CE, a decisão é um acto comunitário de natureza jurídica que é obrigatório em todos os seus elementos para os destinatários que designar.

Importa salientar que o beneficiário último da política de concorrência é o consumidor. Com efeito, quanto mais viva for a concorrência em dado mercado, maior será a escolha ao dispor do consumidor e maiores serão, em princípio, as possibilidades de este poder optar pelo bem ou serviço de melhor qualidade ao mais baixo preço, com isso libertando recursos que poderá aplicar na satisfação de outras necessidades económicas e, em consequência, aumentar o seu nível de vida ao lograr satisfazer um maior número de necessidades económicas do que se tiver que pagar elevados preços por produtos de deficiente qualidade em resultado da ausência de concorrência.

IV. Impacto em Portugal

1. Evolução do regime português de defesa da concorrência

A Constituição de 1933, no seu art. 34.º, reconhecia o impacto da dinâmica concorrencial na economia mas não exactamente como valor a tutelar constitucionalmente, antes como preocupação a regular:

O Estado promoverá a formação e desenvolvimento da economia nacional corporativa, visando a que os seus elementos não tendam a estabelecer entre si concorrência

desregrada e contrária aos justos objectivos da sociedade e deles próprios, mas a colaborar mutuamente como membros da mesma colectividade.

O Estatuto do Trabalho Nacional, de 1933, complementa de forma ilustrativa a relação entre o Estado e a concorrência. Enquanto o seu art. 4.º considera a iniciativa privada como “o mais fecundo instrumento do progresso e da economia da nação”, o art. 7.º recorda que “compete ao Estado a coordenação e regulação superior da vida económica e social, de forma a que não se estabeleça entre os seus elementos oposição prejudicial ou concorrência desregrada”. A lei do condicionamento industrial (1927 e 1937), bem como a lei do fomento e reorganização industrial (1945), completam um quadro de apertada regulação económica no qual a concorrência desempenha um papel assumidamente secundário. A mesma abordagem ressalta da publicação de uma lei de controlo das coligações económicas (1936).

Em 1972, a Lei n.º 1/72 revoga a lei do condicionamento industrial e “promulga as bases de defesa da concorrência”. Dependente, porém, de regulamentação que nunca ocorreu, a lei acaba por nunca vigorar efectivamente, o que até nem surpreende excessivamente, dada a incompatibilidade genética entre uma livre concorrência e o regime económico característico do Estado Novo. E surpreende ainda menos que a primeira legislação de defesa da concorrência só veja a luz em 1983, dado que tal incompatibilidade genética não se afigura menor relativamente à deriva colectivista a que se assiste em Portugal no imediato pós-25 de Abril de 1974, caracterizada por desregradas nacionalizações e ocupação de terras que deram lugar a um mastodôntico sector empresarial público.

É, pois, o D.L. n.º 422/83, de 3 de Dezembro, que vem consagrar o primeiro verdadeiro regime jurídico português de defesa da concorrência, com objectivos claramente traçados no seu preâmbulo:

O presente diploma tem por objecto a defesa da concorrência no mercado nacional a fim de salvaguardar os interesses dos consumidores, garantir a liberdade de acesso ao mercado, assegurar a transparência do mercado, favorecer a realização dos objectivos gerais de desenvolvimento económico e social e reforçar a competitividade dos agentes económicos face à economia internacional.

Este regime surge em antecipação da perspectivada adesão de Portugal às (então) Comunidades Europeias e contextualizado pelas respectivas negociações, o que talvez explique, por um lado, a preocupação com a publicação *formal* da lei mas, por outro, alguma displicência quanto à criação de condições para a sua aplicação efectiva.

A concorrência surge agora como bem a preservar, numa perspectiva de concorrência-meio, isto é, devendo ser prosseguida não como um fim em si mesmo mas como um meio para atingir aqueles objectivos elencados no preâmbulo que acima citámos.

O diploma abrange as práticas restritivas quer individuais quer colectivas, não contempla o controlo prévio de concentrações, o qual só surge em 1988¹², e isenta da sua aplicação a administração central, regional e local, a produção, transporte e distribuição de electricidade, os correios e telecomunicações, preservando restrições à concorrência resultantes de disposição legal ou regulamentar anterior ou posterior (art. 36.º).

O D.L. n.º 371/93, de 29 de Outubro, vem revogar o D.L. n.º 422/83, mas mantém, apesar das numerosas novidades, o essencial da orientação traçada a partir deste último diploma. No preâmbulo, a sucessão é assim justificada:

¹² D.L. n.º 428/88, de 19 de Novembro.

De facto, ocorreram profundas alterações na estrutura e funcionamento da economia portuguesa ditadas pela liberalização, desregulação e privatização de importantes áreas da actividade económica, pelo avanço do processo de integração europeia e pelo aparecimento de novos protagonistas que introduziram importantes mudanças no tecido empresarial e modificaram a relação de forças no mercado.

Neste quadro, o D.L. n.º 371/93 “visa integrar numa autêntica lei quadro da política de concorrência os desenvolvimentos próprios de uma economia aberta, em crescente processo de internacionalização e de dinamismo concorrencial, contribuindo para a liberdade de formação da oferta e procura e de acesso ao mercado, para o equilíbrio das relações entre agentes económicos, para o favorecimento dos objectivos gerais de desenvolvimento económico e social, para o reforço da competitividade dos agentes económicos e para a salvaguarda dos interesses dos consumidores.”

O D.L. n.º 371/93 vigorará durante praticamente 10 anos, até à entrada em vigor da actual Lei da Concorrência, a Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho.

A actual Lei da concorrência nasce em 2003 com três propósitos essenciais:

- Dotar o ordenamento jurídico português de um regime de defesa da concorrência que, corrigindo algumas imperfeições dos anteriores regimes, contribuisse para a modernização e competitividade da economia nacional;
- Adaptar o ordenamento jurídico português ao exercício da “Modernização” levado a cabo pela Comissão Europeia relativamente à legislação comunitária da concorrência e materializado na adopção do Regulamento n.º 1/2003, o qual entrou em vigor em 1 de Maio de 2004;
- Providenciar o suporte substantivo ao desempenho das funções cometidas à nova Autoridade da Concorrência, criada pelo D.L. n.º 10/2003, de 10 de Janeiro.

Pode, assim, afirmar-se que a política comunitária da concorrência não só levou à criação de um regime de defesa da concorrência, condição exigida para a adesão à Comunidade, como tem servido igualmente enquanto vector de orientação da política nacional de concorrência, de que é claro exemplo a actual Lei da Concorrência bem como a criação da Autoridade da Concorrência, entidade dotada de independência.

2. Exemplos

Concluída uma passagem panorâmica sobre os regimes comunitário e nacional de defesa da concorrência, justificar-se-á exemplificar, com recurso a três casos concretos, a forma pela qual a política comunitária de concorrência pode ter um impacto directo e visível em Portugal. Recorremos para tanto a dois processos de controlo prévio de concentrações que foram decididos pela Comissão Europeia e que envolveram empresas portuguesas e a um caso de auxílios de Estado respeitante à RTP.

2.1. O caso Santander Central Hispano/Champalimaud

Em 30 de Junho de 1999, o Banco Santander Central Hispano e António Champalimaud notificaram à Comissão Europeia uma operação da qual decorria a aquisição do

controlo pelo primeiro dos interesses do segundo no sector financeiro em Portugal¹³.

António Champalimaud era um cidadão português que controlava empresas em vários sectores da economia portuguesa. No sector financeiro, António Champalimaud possuía a maioria do capital da companhia de seguros Mundial Confiança S.A.. A Mundial Confiança, por sua vez, detinha mais de 50% do capital social de vários bancos portugueses, a saber, o Banco Pinto & Sotto Mayor, o Banco Totta & Açores, o Banco Chemical Finance e o Crédito Predial Portugêses.

Por seu lado, o Banco Santander Central Hispano era o principal banco espanhol. Em Portugal, exercia actividades através de duas filiais: o Banco Santander Portugal e o Banco Santander Negócios Portugal.

O Ministro das Finanças português, tendo tomado conhecimento da projectada operação e da intenção das partes de a notificar à Comissão, produz em 18 de Junho de 1999 um despacho de oposição à operação, fundando-se em razões prudenciais.

Em resposta, a Comissão adopta, em 20 de Julho de 1999, uma medida cautelar, ordenando à República Portuguesa a suspensão do despacho do Ministro das Finanças, no intuito de permitir o desenrolar da operação de concentração, considerando que a medida tomada pelo Governo português infringia o direito comunitário¹⁴.

A 3 de Agosto de 1999 a Comissão Europeia aprova a operação¹⁵.

A 20 de Outubro de 1999 a Comissão declara irrelevantes os interesses invocados pelo Governo português¹⁶, obrigando o Governo a optar entre levantar a oposição anteriormente expressa e permitir a concretização da operação ou manter a oposição, com a consequência de colocar Portugal na situação de potencial infractor do direito comunitário, enfrentando uma mais do que provável condenação no Tribunal de Justiça.

O Governo português acabou por levantar a oposição à operação, a qual implicou uma profunda modificação estrutural do sector financeiro português, quer no domínio bancário, quer segurador.

2.2. O caso EDP/Gás de Portugal

No final de 2003, o Governo português anuncia a fusão entre as empresas Energias de Portugal SA (EDP) e Gás de Portugal (GDP), a produtora e distribuidora de, respectivamente, electricidade e gás em Portugal. A operação tinha em vista a constituição de uma única empresa de grande dimensão que prosseguisse actividades em vários domínios da energia.

Em 9 de Julho de 2004 as empresas notificam a operação à Comissão, a qual adopta uma decisão de proibição em 9 de Dezembro de 2004, por considerar que da operação

¹³ Em rigor, a operação notificada dizia respeito à aquisição de controlo conjunto. No entanto, por facilidade de exposição, e atenta igualmente a evolução histórica subsequente, assumiremos aqui a aquisição de controlo pelo Santander Central Hispano dos interesses de António Champalimaud.

¹⁴ Decisão disponível em: http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/decisions/m1724_19990720_1290_pt.pdf

¹⁵ V. decisão da Comissão no proc. M. 1616 – *António de Sommer Champalimaud/Banco Santander Central HispanoAmericano*, disponível em: http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/decisions/m1616_pt.pdf

¹⁶ Decisão disponível em: http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/decisions/m1724_19991020_1290_pt.pdf

resultaria a criação ou o reforço de uma posição dominante numa parte substancial do mercado comum¹⁷.

Em 25 de Fevereiro de 2005 as empresas recorrem da decisão da Comissão para o TPI, o qual, por acórdão de 21 de Setembro de 2005¹⁸, rejeita as suas pretensões, acabando por confirmar a decisão de proibição da Comissão.

Fica, assim, pelo caminho, em resultado da intervenção da Comissão Europeia, o projecto do Governo português de criar um “campeão nacional” na área da energia.

2.3. O caso RTP

Através de três denúncias de 1993, 1996 e 1997, apresentadas pela empresa privada de televisão SIC, a Comissão Europeia foi informada de que o Governo português tinha concedido indemnizações compensatórias anuais a favor da empresa pública de televisão RTP no período compreendido entre 1992 e 1998. Através de duas outras denúncias apresentadas em 2001 e 2003, a Comissão foi informada pela SIC da concessão, pelo Estado, de novas indemnizações compensatórias anuais a favor da RTP no período compreendido entre 1999 e 2003 e de um plano do Governo no sentido de conceder apoio financeiro à RTP para reestruturar as suas dívidas financeiras acumuladas.

Na opinião da SIC, as indemnizações concedidas pelo Governo falseavam a concorrência, privilegiando indevidamente a RTP em detrimento da SIC. Dando sequência às denúncias apresentadas pela SIC, a Comissão deu início a um procedimento formal de investigação no intuito de averiguar se as medidas tomadas pelo Governo eram compatíveis com os arts. 86.º, n.º 2, e 88.º, n.º 2, CE.

Em resultado das questões suscitadas nos diferentes processos a que as denúncias da SIC deram origem, foi adoptado um conjunto de medidas relativas à prossecução da actividade televisiva em Portugal.

Assim, em 22 de Agosto de 2003 foram adoptados três novos diplomas.

A Lei n.º 32/2003 tem por objecto regular o acesso à actividade de televisão e o seu exercício em Portugal. Estabelece uma distinção entre contrato de concessão geral e contrato de concessão especial de serviço público para a prestação de serviço público, com diferentes prazos. O contrato de concessão geral especifica o conteúdo das emissões da RTP. Estabelece igualmente a obrigação de o Estado financiar o serviço público numa base quadrienal, sujeita ao princípio da proporcionalidade. O contrato de concessão especial abrange uma programação específica, centrada nomeadamente na cultura, ciência, investigação e desportos amadores e financiada pelas receitas provenientes de uma contribuição para o audiovisual.

A Lei n.º 33/2003 aprova a reestruturação do sector empresarial do Estado na área audiovisual. A RTP é transformada numa sociedade de gestão de participações sociais, sendo-lhe atribuída a concessão da radiodifusão sonora e as duas concessões de televisão. É criada uma nova empresa, a Radiotelevisão Portuguesa – Serviço Público de Televisão, a quem competirá a exploração das duas concessões de televisão.

A Lei n.º 30/2003 define e regula os princípios gerais de financiamento do serviço público¹⁹.

¹⁷ Decisão disponível em: http://ec.europa.eu/comm/competition/mergers/cases/decisions/m3440_20041209_610_en.pdf

¹⁸ Acórdão de 21.09.2005, proc. n.º T-87/05 – EDP c Comissão.

¹⁹ Alterada pelo Decreto-Lei 169-A/2005, de 3 de Outubro.

Finalmente, em 22 de Setembro de 2003 é assinado um Acordo de Reestruturação Financeira entre o Estado e a RTP. Este acordo prevê um financiamento estatal para recuperar a dívida acumulada da RTP até 2003.

Na sequência das medidas adoptadas pelo Governo, são arquivados os vários processos que corriam contra o Estado português²⁰. Dá-se, assim, uma profunda reestruturação na forma e no financiamento do serviço público de televisão em Portugal.

V. Perspectivas

De forma brevíssima, pode afirmar-se que a evolução recente da política comunitária de concorrência aponta claramente no sentido de algumas tendências futuras.

Em primeiro lugar, o incentivo à liberalização nos Estados-membros de actividades económicas cuja manutenção nas mãos do Estado deixa de se justificar à medida que o sector privado dá garantias no sentido de poder cabalmente desempenhar as missões que estão subjacentes a algumas indústrias. É o caso da produção e distribuição de energia, dos serviços postais ou da distribuição de água.

Em segundo, o combate ao nacionalismo industrial como forma de consolidar o mercado interno. O esforço conduzido pelos Governos de alguns Estados-membros no sentido de criarem “campeões nacionais” (grandes empresas de capital exclusiva ou maioritariamente nacional) não só falseia a concorrência entre empresas oriundas de diferentes Estados-membros como redundante, a maioria das vezes, em sérios prejuízos para os consumidores quando estes vêem reduzida a concorrência nos seus mercados nacionais e têm, em consequência, que se sujeitar a uma limitação do seu direito de escolha, acompanhada frequentemente de uma subida de preços e uma descida da qualidade dos bens e serviços.

Em terceiro lugar, uma crescente focalização por parte da Comissão Europeia na investigação e punição de infracções muito graves às regras da concorrência com dimensão pan-comunitária, deixando a cargo das autoridades e tribunais nacionais as infracções de âmbito geográfico ou gravidade mais reduzidas.

Em quarto, uma crescente utilização por parte da Comissão da análise económica na apreciação das possíveis infracções às regras da concorrência. Em resposta às críticas frequentes segundo as quais teria uma abordagem excessivamente jurídico-formalista, a Comissão tem vindo a adoptar uma moldura analítica cada vez mais baseada na utilização de ferramentas de cariz económico, no intuito de se concentrar mais sobre os *efeitos* negativos dos comportamentos anticoncorrenciais e não tanto na mera violação formal das regras.

Por último, a crescente importância das autoridades e tribunais nacionais enquanto instrumentos descentralizados de execução da política comunitária de concorrência. No seguimento da profunda reforma levada a cabo em 2004 no que respeita às regras comunitárias, as autoridades e tribunais nacionais serão cada vez mais chamados a aplicar o direito comunitário da concorrência e a funcionar assim como verdadeiros executores da política comunitária de concorrência.

²⁰ V. as cartas dirigidas ao Estado português em: http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/comp-2005/e014-05.pdf e http://ec.europa.eu/community_law/state_aids/comp-2006/nn031-06.pdf

FILEIRAS INDUSTRIAIS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

*Miguel Centeno Brito**

1. Introdução

A Directiva Europeia para a Produção de Electricidade de Fontes de Energia Renovável (2001/77/EC) de 27 de Setembro de 2001 começa por reconhecer logo no seu preâmbulo que “o potencial de exploração de fontes de energia renováveis está presentemente subaproveitado” na União Europeia e que a sua exploração “contribui para a protecção do ambiente e o desenvolvimento sustentável”, podendo “criar postos de trabalho a nível local, ter um impacto positivo na coesão social, contribuir para a segurança do abastecimento e tornar possível acelerar a consecução dos objectivos estabelecidos em Quioto”. O apoio às energias renováveis pressupõe que uma maior penetração no mercado permitirá economias de escala, e com ela a redução dos custos, e que “ao favorecer o desenvolvimento de um mercado para as fontes de energia renováveis, é necessário ter em conta o impacto positivo nas possibilidades de desenvolvimento regional e local, nas perspectivas de exportação, na coesão social e nas oportunidades de emprego, especialmente no que se refere às pequenas e médias empresas e aos produtores de electricidade independentes”.

A Directiva das Energias Renováveis, como é conhecida, define metas indicativas para a produção de energias renováveis. Verifica-se uma grande dispersão das metas nacionais mas, no seu conjunto, pretende-se aumentar a percentagem de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis na UE de cerca de 14%, em 1997, para 22%, em 2010. De acordo com o Livro Branco “**Energia para o futuro: fontes de energia renováveis**” (COM (97) 599), onde estas metas foram definidas, pretende-se que em 2010 o conjunto de Estados-membros produzam 12% da sua energia (e não apenas electricidade) a partir de fontes renováveis.

O processo de elaboração da directiva foi longo e polémico, começando a negociação por se focar na própria definição de energia renovável. A produção de energia hidroeléctrica, por exemplo, é claramente uma forma de energia renovável no sentido comum do termo mas, considerando os impactos ambientais associados às grandes barragens, é considerada por muitos como inelegível para o apoio que deve ser dado a outras formas mais limpas de produzir electricidade. Considerando até que o esforço de promoção das energias renováveis é fundado na necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e na segurança de abastecimento e diversificação energética da UE, muito dependente de fornecedores politicamente instáveis como o Médio Oriente

* Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

ou a Federação Russa, há mesmo quem conclua que a produção de electricidade a partir da fissão nuclear deveria igualmente ser promovida como as energias renováveis.

Outros aspectos polémicos que prolongaram a negociação da directiva foram a natureza, indicativa ou vinculativa, das metas propostas e a necessidade, ou não, de harmonizar os mecanismos para as atingir (certificados verdes, auxílio ao investimento, isenções ou reduções fiscais, reembolso de impostos e/ou regimes de apoio directo aos preços). A indústria, por seu lado, dividiu-se sobre a necessidade de definir metas globais ou por tecnologia pois, como existem tecnologias maduras (eólico), em desenvolvimento (solar eléctrica) e promissoras (energia das ondas), a existência de metas únicas globais poderia levar ao forte crescimento de algumas tecnologias (nomeadamente o eólico, que é economicamente competitivo com os combustíveis fósseis) mas à asfixia das restantes. O consenso foi conseguido e nos finais de Setembro de 2001 a directiva foi aprovada.

Em 2005 o conjunto dos países europeus apresentava uma percentagem de produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis da ordem dos 14%, semelhante à situação em 1997¹. Portugal em particular, atingiu nesse ano uma produção de apenas 16% da sua electricidade a partir de fontes renováveis, francamente inferior à meta definida para 2010 que deveria ser 39%. A razão deste mau desempenho pode ser atribuída à fraca produção hidroeléctrica de 2005 (inverno anterior com pouca pluviosidade) mas também pode ser explicado em parte se considerarmos que a meta proposta para 2010 era pouco realista uma vez que foi definida considerando como ponto de partida um ano que se revelou excepcionalmente favorável à produção de energia hidroeléctrica². Assim sendo, mesmo com os recentes investimentos na fileira da indústria eólica e da biomassa e até os anunciados investimentos em novas centrais hidroeléctricas, energia solar eléctrica e energia das ondas, não será fácil que Portugal consiga até 2010 aproximar-se das metas propostas³ (a menos, claro, que os próximos invernos sejam particularmente molhados).

Em Portugal, a promoção de energias renováveis a sério começou com o Programa E4 – Eficiência Energética e Energias Endógenas (Resolução Conselho de Ministros n.º 154/2001 de Outubro de 2001), do tempo em que o Prof. Eduardo Oliveira Fernandes era Secretário de Estado da Energia, que apontava para uma capacidade instalada de 4000 MW de electricidade a partir de fontes renováveis em 2010 e introduzia o conceito de tarifa garantida. A tarifa garantida é um instrumento de promoção da produção de electricidade a partir de fontes renováveis que apoia directamente a produção de electricidade. A ideia é simples: o promotor do sistema de energia renovável solicita um ponto de recepção e fornece a electricidade produzida (ou parte dela) directamente à rede, recebendo por essa energia uma tarifa bonificada (que é paga por todos os consumidores). Quanto mais produzir mais ganha. Como em termos relativos (comparando com a produção de electricidade em centrais de carvão ou gás natural) estamos falar de uma pequena quantidade de energia, a sobrecarga de custo para o consumidor é desprezável.

¹ Como o consumo de electricidade subiu significativamente entre 1997 e 2005, embora a percentagem de renováveis não se tenha alterado verificou-se um aumento substancial da produção de electricidade a partir de fontes renováveis na UE.

² A produção de electricidade a partir de fontes renováveis em 1997, o ano considerado como *baseline* da directiva, foi de 38.3% enquanto a média na década 1990-1999 foi de 31.8%.

³ [Nota adicionada posteriormente: Entretanto o governo português aumentou a meta da produção de electricidade a partir de energias renováveis em 2010 de 39% para 45%.]

Por outro lado, para o produtor, a tarifa garantida permite viabilizar o investimento. O valor das tarifas depende do recurso (tarifas para tecnologias mais maduras são menos favoráveis do que para tecnologias menos desenvolvidas) e da capacidade instalada (tarifas mais favoráveis para instalações mais pequenas, fomentado a produção descentralizada de electricidade renovável).

Entretanto, as metas nacionais para 2010 foram sendo sucessivamente aumentadas (para 4500MW, Resolução Conselho de Ministros n.º 63/2003 e 5100MW, Resolução Conselho de Ministros n.º 169/2005) enquanto o Decreto-Lei n.º 33-A/2005 revia em baixa a remuneração garantida. Mas o grande obstáculo à disseminação das energias renováveis através da tarifa garantida, mais do que o alegadamente baixo valor das tarifas, foi a dificuldade de obtenção do acesso à rede pois a distribuição de licenças pressupõe um processo burocrático dolorosamente lento e pesado.

2. Energia Eólica

Com a excepção da produção de energia hidroeléctrica, com uma história antiga por toda a Europa e também em Portugal, a energia eólica assume-se hoje como a forma de produção de energia renovável economicamente mais competitiva, e portanto mais disseminada por toda o continente.

A figura 1 ilustra a potência instalada (em MW) de energia eólica nos diferentes Estados-membros em 2005 e 2006. Podemos verificar que em toda a UE a instalação de parques eólicos vai-se multiplicando embora uma grande parte da potência instalada esteja concentrada na Alemanha, Espanha e Dinamarca (notar a escala vertical logarítmica do gráfico).

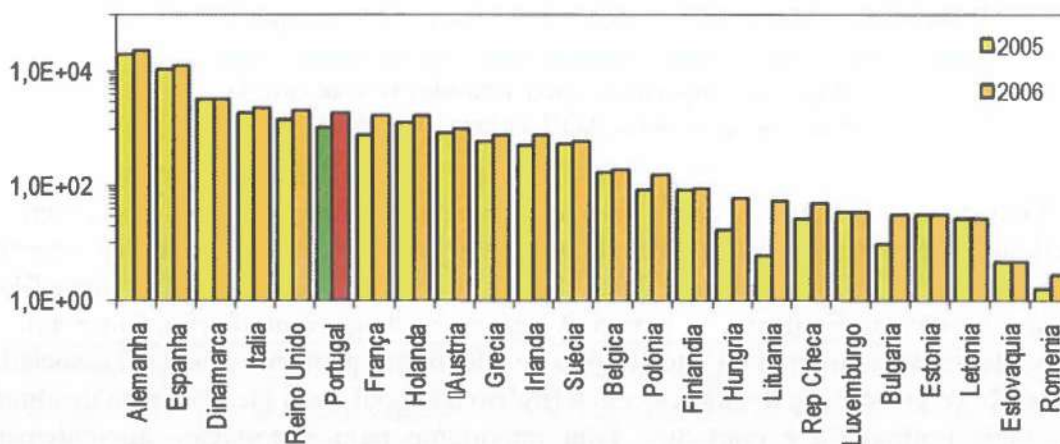


Fig. 1 – Potência instalada (MW) de energia eólica na UE.

Mais interessante do que nos concentrarmos no diagnóstico da situação num dado ano é analisarmos a evolução da potência instalada ao longo dos últimos vinte anos. A figura 2 mostra a evolução da potência instalada na Dinamarca, Alemanha e Espanha (os três maiores produtores), Portugal e o conjunto dos Estados-membros (primeiro a 15 e depois a 25). Podemos começar por observar que nos anos oitenta a potência eólica instalada na UE confundia-se com a potência instalada na Dinamarca: praticamente todos os parques eólicos do continente estavam concentrados na costa daquele pequeno

país. Até que no início dos anos noventa a Alemanha também começou a investir fortemente numa fileira industrial de energia eólica, com uma taxa de crescimento tão elevada que em alguns anos conseguiu igualar, e ultrapassar, a potência instalada do seu vizinho. Cinco anos mais tarde foi a vez de Espanha investir na sua própria fileira industrial de energia eólica, mantendo desde então uma elevadíssima taxa de crescimento (um pouco atrás da Alemanha, um pouco à frente da Dinamarca). Mais do que uma competição para saber quem já erigiu mais moinhos de vento o que este gráfico nos mostra é que não é por acaso que hoje o mercado da tecnologia da energia eólica é dominado por companhias provenientes destes três países: ao longo do tempo, e com tempo, investiram séria e concertadamente numa tecnologia de energia renovável e hoje colhem os frutos desse investimento. Portugal, que começou a investir muito mais tarde, inicialmente de uma forma incipiente, agora e cada vez mais com alguma ambição, talvez possa um dia vir a ser um actor relevante no panorama internacional de energia eólica mas dificilmente conseguirá desenvolver, e vender, a sua própria tecnologia⁴.

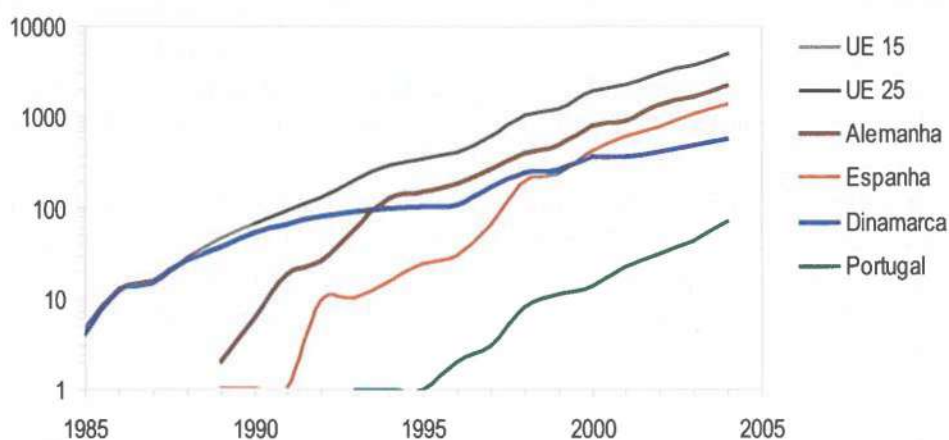


Fig. 2 – Evolução da potência instalada (MW) de energia eólica em alguns países da UE ao longo dos últimos 20 anos.

Este atraso nacional, que como habitualmente parece ter sido causado pela conjugação de uma série de hesitações, falta de visão e alguma confusão burocrática, especialmente durante a primeira metade desta década, inibiu-nos de desenvolver uma fileira industrial relevante enquanto era tempo. A decisão deste governo de concentrar a distribuição de licenças em grandes pacotes (em vez de muitas pequenas licenças) associada à imposição de construção de fábricas em território nacional, com incorporação de alguma tecnologia portuguesa e com uma fatia importante para exportação, aparentemente pretende inverter esta situação. Só o tempo permitirá afirmar se este grande investimento nacional não veio tarde demais.

O potencial eólico nacional é relativamente limitado. Além disso, as regiões mais ventosas, e portanto mais favoráveis à instalação de parques eólicos, são locais pouco propícios à instalação das populações – precisamente porque são desagradáveis – pelo que, com o tempo, se tornaram santuários de biodiversidade e regiões de interesse natu-

⁴ O consórcio liderado pelo Grupo EDP que ganhou o concurso nacional de energia eólico no ano passado inclui a Enercon – uma empresa alemã – que irá fornecer o grosso da tecnologia. Os outros concorrentes incluíam parceiros espanhóis.

ral. Assim sendo, as regiões mais favoráveis para a instalação de parques eólicos do ponto de vista da produtividade energética acabam muitas vezes por ser também aquelas onde o parque eólico terá maior impacto ambiental e, portanto, onde não deve ser construído. O desenvolvimento da indústria eólica nacional deverá pois passar por novos mercados, em particular a instalação de parques eólicos com geradores de grande potência em mar aberto (*offshore*) com ventos fortes e constantes, favoráveis à produção de electricidade, mas com dificuldades técnicas acrescidas. Um outro mercado potencialmente interessante é o chamado eólico-urbano: a instalação de pequenas turbinas eólicas nos telhados das casas das cidades, uma forma de produção de energia descentralizada. Neste contexto não posso deixar de mencionar o projecto Turban, um projecto nacional liderado pelo INETI e com a participação de várias universidades e empresas nacionais, de desenvolvimento de micro turbinas eólicas para ambiente urbano que talvez venha a entrar no mercado industrial e comercial já em 2008.

3. Energia Solar eléctrica

A energia solar eléctrica, ou energia foto voltaica, consiste na produção de electricidade a partir da radiação solar. Ao contrário da energia eólica, que é um recurso geograficamente limitado e muito variável e imprevisível ao longo do tempo, a energia solar eléctrica é imensa e democraticamente distribuída por todo o planeta. Também ao contrário da energia eólica, a energia solar eléctrica é hoje demasiado cara para ser competitiva com os combustíveis fósseis.

A figura 3 mostra a potência instalada (MW) de energia solar eléctrica na UE. Notando mais uma vez a escala vertical logarítmica no gráfico, verificamos que cerca de 85% dos painéis foto voltaicos europeus estão montados em telhados e campos alemães. De facto, não só a Alemanha é, de longe, o campeão europeu da energia solar eléctrica como é o país do mundo com maior produção foto voltaica, ultrapassando o Japão e a Califórnia.

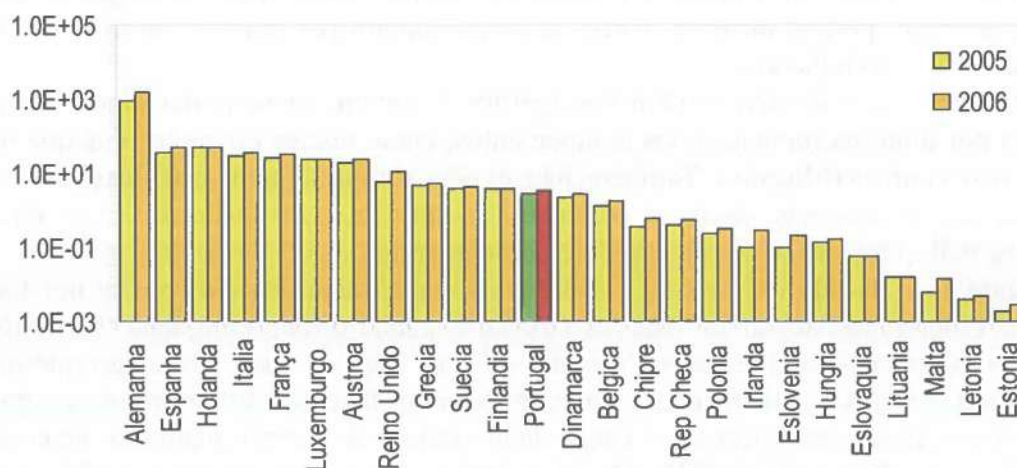


Fig. 3 – Potência instalada (MW) de energia solar eléctrica na UE.

Portugal é um dos países europeus mais ricos no recurso natural – a exposição à radiação solar – mas neste campeonato da energia foto voltaica aparece atrás de países bem mais sombrios como a Áustria ou o Reino Unido e até atrás dos países nórdicos Suécia e Finlândia.

Apesar de todo o potencial, devido ao custo elevado actual a meta nacional para a energia foto voltaica é de apenas 150MW (compare-se com os 4000MW da energia eólica). Também devido ao custo elevado, as tarifas garantidas para esta tecnologia são das mais favoráveis (igual à da energia das ondas, mas disso falarei um pouco mais adiante). Contudo, na prática não existe um mercado em Portugal de energia solar eléctrica. A distribuição de licenças, um processo burocrático, longo e kafkiano, está congelado há alguns anos e as únicas licenças que foram concedidas foram para grandes centrais solares, nomeadamente no Alentejo (com destaque para a central da Amareleja, 64MW, um parque em construção de uma empresa espanhola, Acciona, e a central de Serpa, 11MW, um parque em operação da empresa norte americana General Electric). Estas concessões de licenças acabam por se revelar contraproducentes pois esgotam uma parte significativa dos recursos financeiros (pagos pelos consumidores de electricidade) mas não criam riqueza, emprego ou desenvolvimento tecnológico em Portugal. Para mais, a construção de grandes centrais solares colide com a natureza descentralizada da energia solar eléctrica: é sempre mais eficiente produzir pouca electricidade junto dos locais onde é consumida do que concentrar a produção de electricidade em grandes centrais para depois construir as infra-estruturas para a sua distribuição⁵.

De facto, a tecnologia foto voltaica encontra-se hoje num estado de desenvolvimento equivalente à energia eólica há dez ou quinze anos atrás pelo que, recordando a “lição dinamarquesa”, está na hora de chamar a atenção dos nossos governantes para, com urgência, desenvolver desde já uma verdadeira fileira industrial foto voltaica nacional.

4. Energia Solar térmica

A energia solar térmica, a utilização da radiação solar para aquecimento de água ou do ambiente, é hoje uma tecnologia madura e competitiva com os combustíveis fósseis. Um colectador solar num telhado para aquecer a água dos banhos de uma família permite recuperar o investimento inicial em cerca de meia dúzia de anos. A pergunta que se coloca é então, porque razão os portugueses não optam por colocar colectores solares térmicos nos seus telhados?

A história do solar térmico em Portugal foi de alguma maneira manchada nos anos oitenta por uma má reputação. Os equipamentos, então menos eficientes dos que os de hoje, não eram certificados. Também não existia formação nem certificação de projectistas ou instaladores. Assim, e como seria de prever, o resultado foi: maus equipamentos, mal montados, e os consumidores descontentes.

Durante a década de noventa a indústria solar térmica desenvolveu-se por toda a Europa (sobretudo Alemanha, Áustria, Grécia, Espanha e Itália) enquanto em Portugal as pessoas ainda se lembravam do sistema solar na casa de férias do amigo que nunca funcionou. Em 2001, finalmente, o governo de então lançou o Programa Água Quente Solar que definia como meta a instalação de um milhão de metros quadrados de colectores solares em Portugal em 2010. Mais importante do que a meta, que não foi (ou melhor, não será) cumprida devido a sub-financiamento crónico e efectivo abandono do programa pouco depois do seu lançamento, o Programa Água Quente Solar teve o mérito de criar um sistema de certificação de equipamentos, por um lado, e de projectistas e

⁵ Uma analogia particularmente feliz é a comparação de uma biblioteca nacional (grande central de informação) com a internet (informação descentralizada).

instaladores, por outro, que permite imaginar um mercado sustentável da energia solar térmica em Portugal.

O aparecimento desse mercado foi surpreendentemente precipitado com a publicação em 2006 do novo Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (Decreto-Lei n.º 80/2006 de Abril de 2006). O novo regulamento (RCCTE para os especialistas da área) determina a obrigatoriedade de “sistemas de colectores solares térmicos para aquecimento de água sanitária nos edifícios [...] sempre que haja uma exposição solar adequada⁶, na base de 1 m² de colector por ocupante”. No seu preâmbulo, o diploma informa que “a indústria tem uma nova oportunidade de desenvolvimento na produção de painéis, contadores e outros acessórios. Um novo sector de serviços tem condições para emergir, organizando a venda, a preços competitivos, de água quente solar aos consumidores de edifícios colectivos. Espera-se que este desenvolvimento da indústria e dos serviços crie nos próximos anos alguns milhares de novos empregos qualificados. A redução dos preços dos sistemas solares que resulta desta criação de mercado beneficia também a opção pela energia solar térmica.”

Depois de alguns adiamentos, solicitados pela indústria nacional do solar térmico receosa de não ter capacidade para responder a uma procura exponencial, o novo regulamento entra em vigor a 1 de Julho de 2007. Esperemos que desta vez a indústria consiga produzir equipamentos de qualidade, e em quantidade, e que os projectistas e instaladores entretanto formados e certificados consigam satisfazer todas as solicitações.

5. Energia da biomassa

A utilização de biomassa, nomeadamente resíduos florestais, para a produção de electricidade, não tem um grande potencial de expansão em Portugal nem é economicamente muito atraente mas tem o grande benefício de reduzir o risco de incêndio. Nos anos noventa foi construída uma central de biomassa em Mortágua e recentemente, em Setembro de 2006, foram lançados quinze concursos para atribuição de centrais de biomassa florestal com uma potência total instalada de cerca de 100 MW, que deveriam ser ligados à rede eléctrica antes do final de 2007, embora pareça haver um atraso de alguns meses no desenrolar do processo. Estes concursos não só são justificados pela valorização energética da biomassa e o combate aos incêndios, através da limpeza da floresta, mas também como uma oportunidade de negócios e de criação de emprego nas zonas rurais. Para viabilizar o investimento dos promotores a tarifa garantida foi aumentada (um aumento de cerca de 20%, para 105 €/MW) mas ainda assim, tendo em conta o pequeno número de candidatos aos concursos, adivinha-se que algumas destas quinze centrais ficarão por construir no final do processo (duas delas, Vila Real e Bragança, não tiveram quaisquer candidatos).

O principal problema das centrais de biomassa é assegurar o acesso à matéria-prima. Os concorrentes às centrais de biomassa eram desafiados a desenvolver parcerias com produtores florestais mas mesmo assim, o custo associado à recolha dos resíduos florestais pode ser elevado uma vez que exige muita mão-de-obra (criando emprego mas com custos elevados). As centrais serão de dois tipos. Umas, mais peque-

⁶ Entende-se como exposição solar adequada a existência de cobertura em terraço ou de cobertura inclinada com água cuja normal esteja orientada numa gama de azimutes de 90.º entre sudeste e sudoeste, que não sejam sombreadas por obstáculos significativos no período que se inicia diariamente duas horas depois do nascer do Sol e termina duas horas antes do ocaso.

nas, até 6MW, “para promover o desenvolvimento de unidades locais de pequena dimensão numa óptica de desenvolvimento regional”, que dificilmente poderão vir a ser viáveis do ponto de vista energético, e outras, maiores, com potência até 12MW, dirigidas sobretudo a grupos industriais, que permitirão alguma escala de produção de energia eléctrica garantida por um maior raio de recolha da biomassa florestal (20 km em vez de 10 km para as centrais mais pequenas).

No processo de produção de electricidade a partir de biomassa, uma fracção relevante da energia é perdida sob a forma de calor. Esta energia térmica pode ser aproveitada para outros fins como por exemplo para o aquecimento de espaços em estufas, para outras indústrias locais (por exemplo a indústria de curtumes, no caso da central de biomassa de Alcanena) ou edifícios (por exemplo hospitais da cidade ou lares da Misericórdia, no caso da central de biomassa em Viseu). Não será certamente com a biomassa que poderemos resolver a nossa dependência dos combustíveis fósseis, mas a valorização energética do recurso biomassa talvez possa viabilizar a manutenção destas centrais de modo a combater o risco de incêndio nas nossas florestas.

6. Energia das Ondas

As condições naturais da costa portuguesa são particularmente favoráveis ao aproveitamento da energia das ondas. As ondas atlânticas são relativamente regulares e potentes, e raramente enfrentamos os grandes temporais tão comuns nas costas britânicas. Para mais, herdeiros de I&D de duas décadas, consubstanciado por exemplo no protótipo da Ilha do Pico que entrou em funcionamento em 1999, e de tarifas especiais particularmente atractivas (iguais às da energia foto voltaica), Portugal tornou-se num dos palcos internacionais de demonstração de protótipos de sistemas de aproveitamento de energia das ondas.

Nos Açores, que não tem plataforma continental, a dissipação de energia associada à passagem das ondas por zonas de baixa profundidade é relativamente pequena e por isso as ondas que atingem a costa possuem quase tanta energia como se fossem aproveitadas ao largo, o que não sucede na generalidade das costas dos países europeus. Foi talvez por isso que nos anos noventa o Porto Cachorro, na Ilha do Pico, foi escolhido para a localização da primeira central de aproveitamento de energia das ondas ligada à rede de distribuição eléctrica. Como todos os protótipos, a história da central da Ilha do Pico é recheada de pequenos acidentes e muitas lições, estando neste momento a sofrer algumas alterações e teste de novas soluções. Utilizando a mesma tecnologia, chamada “coluna de água oscilante”, o mesmo consórcio (que inclui a EDP e a EFACEC) prevê para 2008 a montagem de uma central de aproveitamento de energia das ondas de 1 MW no molhe norte da barra do Douro, integrada numa obra de protecção costeira.

Entretanto também a Póvoa do Varzim se prepara para acolher este verão um parque de aproveitamento de energia das ondas com 2.25 MW, com uma tecnologia chamada Ocean Power Energy-Pelamis. A tecnologia vem da Norsk Hydro, uma empresa escocesa, numa parceria com a empresa portuguesa Enersis, e o investimento é financiado em 15% por apoios públicos e investimento próprio do consórcio. Se os testes (para já vão ser três máquinas) correrem como previsto, a Enersis antecipa aumentar a potência instalada do parque para cerca de 20 MW.

Os protótipos serão instaladas a cerca de cinco quilómetros ao largo da Póvoa do Varzim (Aguçadoura) com um impacto visual mínimo pois embora meçam umas dezenas de metros de comprimento estão parcialmente submersos, com apenas cerca de 1m

acima do nível da água. A energia formada pelas ondas de alto mar – mais estável que a das ondas de rebentação ou a energia eólica – é trazida para uma subestação de interligação à rede eléctrica em Terra através de um cabo submarino.

Não muito longe, na praia da Almagreira, a norte de Peniche, a AW Energy, uma empresa finlandesa, em parceria com a Seth (Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos), estão a testar o WaveRoller, um equipamento submerso a cerca de 600m da costa para aproveitamento da energia das ondas. De acordo com os promotores, para além do interesse energético, o WaveRoller transformar-se-á numa espécie de recife artificial, possibilitando portanto as condições de implementação de determinadas espécies piscícolas.

Sintomático da aposta nacional na energia das ondas, numa cerimónia nos Estaleiros Navais de Peniche (onde foi montado parte do Pelamis), em que estiveram presentes três Secretários de Estado, foi anunciado o aumento da meta da energia das ondas, 250 MW em 2010, e a criação de uma zona piloto com 25 km² a norte de São Pedro de Moel para receber novos protótipos de desenvolvimento tecnológico industrial (com a necessária subestação para ligação à rede eléctrica). Ainda que não seja claro qual (ou quais?) a tecnologia que no futuro dominará o mercado e mesmo que o potencial nacional não seja extraordinário (estimado em cerca de 3GW, menos do que o eólico que se prevê instalar até ao final da década) Portugal faz hoje parte do pelotão da frente no aproveitamento da energia das ondas pelo que, recordando a “lição dinamarquesa”, deve continuar a investir, a investigar e a desenvolver estas tecnologias para um dia vir a ter uma fileira industrial da energia das ondas, algo que poderia representar segundo alguns estudos, a criação de 30 a 40 mil postos de trabalho.

7. Considerações finais

Regressemos ao preâmbulo da Directiva das Energias Renováveis onde se lê que “o potencial de exploração de fontes de energia renováveis está presentemente subaproveitado” na União Europeia [e também em Portugal, um país particularmente rico em recursos naturais no que concerne às energias renováveis] e que a sua exploração poderá contribuir “para a protecção do ambiente e o desenvolvimento sustentável”, podendo “criar postos de trabalho a nível local, ter um impacto positivo na coesão social, contribuir para a segurança do abastecimento e tornar possível acelerar a consecução dos objectivos estabelecidos em Quioto”. Para o aproveitarmos é necessário apostar na produção descentralizada de electricidade, escolher as tecnologias do futuro, investigar, desenvolver e investir em fileiras industriais de energias renováveis.

Antes de terminar, contudo, queria ainda fazer uma pequena nota sobre um outro tema essencial em qualquer conversa sobre energia: o problema dos transportes. Os transportes em Portugal, e na UE, representam cerca de um terço do consumo total de energia. A definição de uma estratégia para a redução dos combustíveis fósseis nos transportes exigiria uma outra conferência mas não posso deixar de referir a aposta da UE, e por conseguinte do governo português, na substituição gradual da gasolina e gasóleo por bioetanol e biodiesel, respectivamente. A Directiva n.º 2003/30/CE, de 8 de Maio, define como meta para 2020 a substituição de 20% dos combustíveis derivados do petróleo usados no transporte rodoviário por biocombustíveis ou combustíveis alternativos (transposta para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º 62/2006, de Março de 2006) enquanto o Decreto-Lei n.º 66/2006, também de Março de 2006, consagra a isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energético (ISP) aos biocombustíveis, quando incorporados na gasolina e no gasóleo, utilizados no transporte.

A aposta em biocombustíveis está longe de ser uma opção consensual na comunidade científica pois, por um lado, exige a dedicação de extensas áreas de cultivo para a sua produção, em detrimento de produção agrícola para alimentação (*fuel versus food*) e, por outro lado, persistem algumas dúvidas sobre a eficiência energética da produção agrícola de “plantas energéticas”: ninguém sabe responder com certeza quantos barris de petróleo (utilizados como combustível, fertilizantes, etc.) serão necessários para produzir um barril de bioetanol.

A alternativa mais popular, num futuro a mais longo prazo, é a denominada economia do hidrogénio que defende a utilização de automóveis equipados com pilhas de hidrogénio e motores eléctricos. Este novo paradigma exigiria uma tecnologia que ainda não existe (pilhas de hidrogénio compactas e seguras), uma infra-estrutura muito cara (a substituição das redes de postos de abastecimento de combustíveis derivados de petróleo por postos de abastecimento de hidrogénio) e uma fonte de hidrogénio limpa pois hoje em dia a maneira mais barata de produzir hidrogénio é utilizar gás natural; num futuro qualquer o hidrogénio teria que ser produzido a partir de fontes renováveis, por exemplo por electrólise de água usando electricidade proveniente de um parque eólico, uma barragem ou uma quinta solar. Seja como for, o processo de produção de hidrogénio é sempre um processo energeticamente pouco eficiente pelo que dificilmente uma economia do hidrogénio terá um dia possibilidade de passar de uma utopia entre alguns círculos. Uma solução menos ambiciosa seria uma gradual conversão do parque automóvel em automóveis híbridos, com apoio de motor eléctrico carregável directamente a partir da rede eléctrica, preferencialmente por micro geração. Mas, como dizia acima, o debate do problema dos transportes exigiria, pelo menos, uma outra sessão como esta.

7. Referências

- European Commission, 2003. Directive 2003/30/EC of the European Parliament and of the Council on the promotion of the use of bio fuels or other renewable fuels for transport, Official Journal of the European Communities, 17 May 2003, L123/42–46
- European Commission, 1997. Energy for the future: renewable sources of energy. White Paper for a Community Strategy and Action Plan. COM(97)599 Final
- European Commission, 2005. The support of electricity from renewable energy sources, COM(2005) 627 Final
- European Commission, 2006. Green paper for a European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy, http://ec.europa.eu/energy/green-paper-energy/index_en.htm
- Directive 96/92/EC of the European Parliament and of the Council of 19 December 1996. Concerning common rules for the internal market in electricity. Official Journal of the European Communities 1997/L 027/0020
- Directive 2001/77/EC of the European Parliament and of the Council of 27 September 2001. On the promotion of electricity produced from renewable energy sources in the internal electricity market. Official Journal of the European Communities 2001/L283/33.

SERÁ YINKA SHONIBARE EUROPEU? A(S) CULTURA(S) DA EUROPA

*Manuela Ribeiro Sanches**

Aos alunos que, ao longo de cerca de sete anos, isto é, desde o início da Licenciatura em Estudos Europeus, acompanharam o desafio e o prazer de leccionar sobre tópicos tão actuais como aqueles incluídos na cadeira de Identidade e Minorias.

Este ensaio é também dedicado à memória de Edward W. Said, intelectual público, árabe e americano, que, pugnou menos pela tolerância do que pelo respeito entre ‘diferentes’.

1. Algumas perplexidades: Que ‘Europa’? Que ‘europeus’?

Como repensar a identidade cultural e a ideia de cidadania europeias de um modo mais inclusivo, por forma a permitir um sentimento de pertença por parte de todos aqueles que nasceram e/ou vivem na Europa, mas que poderão não partilhar de alguns pretenhos fundamentos da sua ‘civilização’, como, por exemplo, a sua ‘origem’ ocidental, cristã ou iluminista/ secularista (Amin 2001)?

Trata-se de uma questão decisiva, quando o que está em causa é uma certa ideia de ‘cultura europeia’ e se considera os consensos que ainda predominam entre nós¹, sobre-

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

¹ Um exemplo entre muitos é o de uma crónica de Julho de 2007 de Vasco Graça-Moura no *Diário de Notícias* onde se escreve:

“Entendida na conjugação das suas matrizes principais (em que avultam a antiguidade grega e latina e a tradição judeo-cristã) e na diversidade das suas expressões, essa herança colocou historicamente a Europa na vanguarda dos continentes, foi um motor incomparável de desenvolvimento e progresso e propagou-se em todas as direcções para fora do espaço europeu, continuando hoje a constituir um referente importantíssimo de humanismo, de enriquecimento e dinamização espiritual, de tolerância e de cidadania.”(http://dn.sapo.pt/2007/07/18/opinioao/cultura_e_agenda_lisboa.html).

O texto pretende ser uma advertência face ao “multiculturalismo acrítico e demagógico” e à “ambiguidade politicamente correcta, [d]os actuais programas europeus na área da cultura”.(idem).

Note-se que esta referência ao politicamente correcto é recorrente entre muitos fazedores de opinião entre nós, que assim reproduzem um certo discurso da direita norte-americana, tanto mais surpreendente em Portugal, dada a ausência de efectivas políticas de discriminação positiva que apenas agora começam a emergir. No que toca ao multiculturalismo, muito haveria a escrever, nomeadamente no que respeita ao uso de um conceito de forma pouco precisa. Sobre o tema valeria a pena consultar a vasta bibliografia produzida sobre a matéria, nomeadamente Shohat / Stam 2001 e 2005, para um balanço contrastivo intercontinental, com particular destaque para os EUA, o Brasil e a França.

tudo desde que o medo perante os fundamentalismos ‘não-europeus’ passou a caracterizar muitos dos discursos mediáticos e aquilo a que os cientistas sociais chamam de ‘senso comum’.

É exactamente por esta razão que me parece tanto mais urgente problematizar o que será a ‘Europa’, vendo nela menos algo de dado e de estável do que uma realidade discursivamente constituída em que as questões de poder não podem ser descartadas. Faço-o tendo em conta as propostas de reflexão que nos foram sugeridas: o que terá mudado em termos de cultura, decorridos vinte anos de pertença como membro de pleno direito à União Europeia?

Poderia ocupar-me de questões que se prendem com os programas e políticas no contexto da União Europeia e avaliar os seus impactos em Portugal. Mas não me parece que esse balanço seja o mais interessante, pois esses indicadores, se relevantes, não nos dizem muito acerca do modo concreto, vivido, como a cultura é praticada e pensada, em suma, acerca das estruturas de sentimento (Williams 1961) que enformam as práticas culturais numa Europa que tem vindo a sofrer crescentes desafios, face a uma crescente globalização de trocas comerciais, financeiras, mediáticas, culturais.

Permitam-me ainda, neste contexto, um reparo lateral: quando falo de Europa, não falo apenas de um conjunto de países unidos por um tratado e instituições comuns, ou de uma determinada personalidade jurídica. Claro que tenho em mente essa realidade inevitável e o modo como ela define as diferentes identidades que a habitam. Mas penso mais oportuno, sobretudo quando se pretende falar de cultura, usar uma noção mais abrangente de Europa².

Com efeito, dada a complexa rede de interdependências que caracterizam a nossa contemporaneidade, nomeadamente através das possibilidades e dos novos desafios colocados pelas novas formas de comunicação, cada vez mais difícil se torna pensar a Europa como um continente independente. Não que essa interdependência seja em rigor nova³, a começar pelo modo como as suas fronteiras geográficas sempre foram indefinidas⁴; mas, sem dúvida, que essa característica se acentuou, criando novas perspectivas para a ‘cultura’. E por isso mesmo se assiste desde os últimos anos ao entrecruzar-se de opiniões que defendem seja o confronto ideológico entre ‘europeus’ e os seus adversários, seja entre ‘Oriente’ e ‘Ocidente’, ressuscitando-se velhas ideias evolucionistas que haviam sido veementemente questionadas, sobretudo depois do fim da segunda guerra mundial, do Holocausto e das independências das antigas colónias europeias.

² Acerca do uso da palavra Europa e da sua abrangência cf. Coronil 1996, onde o autor evoca o modo como o conceito é tornado extensivo aos EUA, aos países industrializados, por exemplo ao Japão, noção sem dúvida discutível, mas que é clara no que concerne ao modo como os ‘outros’ da Europa são construídos, não lhes conferindo um estatuto de igualdade efectiva, vivendo noutro tempo, numa alocronia (Fabian 1983), questão também evocada por Massey (2006) ao problematizar a necessidade de se pensar o conceito de espaço de um modo mais dinâmico, mas relacional. O espaço distante que esses outros habitam é a condição de ausência de coetaneidade, segundo Fabian.

³ A este respeito veja-se Wolf 1997, onde o autor assinala os efeitos do desenvolvimento capitalista sobre o mundo não-europeu, nomeadamente o modo como este não se manteve passivo face a essas mudanças. Acerca de outras globalizações, anteriores àquela que se costuma identificar com a da ‘expansão’ portuguesa veja-se Gupta 2006.

⁴ Edward W. Said (1995) teve ocasião de salientar o modo como a divisão entre a ‘Europa’ e os seus ‘Outros’ decorre de uma linha mais imaginária, discursiva – mas não menos poderosa – entre o ‘Oriente’ e o ‘Ocidente’, o ‘Mesmo’ e o ‘Outro’. Acerca desses processos de diferenciação veja-se ainda Pagden 1992.

Não quero com isto entrar nos debates em torno da pretensa ‘islamização da Europa’, nem acerca do modo como a globalização produz efeitos negativos sobre as práticas locais. Esta última – ao contrário da primeira, submetida que se encontra, a maior parte das vezes, a meras tendências propagandísticas⁵ – já mereceu estudos aprofundados, embora os menos visíveis seja, aqueles que sugerem as propostas mais interessantes, como a de que a apropriação local dos fluxos globais (Appadurai 1996) é mais complexa e contraditória do que se poderia pensar, havendo muitas formas de globalização que excedem as visões monolíticas – sejam elas catastrofistas ou celebratórias – dessas mesmas tendências (Massey 2006).

A verdade é que a ameaça da globalização tem justificado políticas diversas, nomeadamente, a necessidade de se defender a grande tradição europeia face à ameaça de ‘americanização’. Se há certamente vantagens em promover políticas que garantam a qualidade da produção de bens culturais, a verdade é que essas medidas também não podem ignorar o facto de os respectivos consumos serem bem mais complexos do que se pensava. Mas sobretudo o que essas políticas podem fazer esquecer é que não existe, nem nunca existiu um consenso acerca do que será a ‘cultura’, quanto mais, a ‘cultura europeia’. E, a havê-lo, essa definição também pode trair uma concepção excessivamente estreita de cultura, herdada do século XIX, como forma de domar o caos, ou anarquia⁶ que caracterizaria as hordas que chegavam – e continuam a chegar – às cidades, numa Europa em crescente industrialização – globalização –, ou aqueles que, nas colónias distantes, garantiam – e garantem – a possibilidade dessa revolução tecnológica que marcou – e continua a marcar – tanto os centros quanto as periferias (Coronil 1996).

E é nesse sentido que me parece também problemática a questão da globalização como mera americanização, na medida em que ignora o poder económico, transnacional da Europa, ou, mais precisamente da União Europeia, face também aos seus antigos territórios colonizados, numa amnésia colectiva que tende por vezes a querer legitimar antigos ideais de uma missão civilizadora novamente recuperada.

2. Polissemas, diferença e desigualdade: que cultura?

Problemática é, também, sem dúvida, a ‘cultura’, palavra em voga, mas cada vez mais imprecisamente utilizada, a corresponder como que a quase um vazio de significado, ou a uma derrapagem constante de significante.

Cultura pode significar tudo, desde a literatura, à arte, ao museu – e é nesse sentido que a cultura europeia é frequentemente entendida – até às práticas quotidianas relacionadas com o modo de nos vestirmos, de nos alimentarmos ou de praticarmos cultos religiosos, segundo uma noção vagamente designada de antropológica – essa é a cultura dos ‘outros’. Pode também ser a cultura popular que continuamos a relacionar unilateralmente com a tradição, ou a cultura pop, característica dos consumos de uma pós-modernidade flexível (Harvey 1990), americanizada, global (não-europeia, noutro sentido), mas que os estudos culturais têm insistido em analisar de forma mais diferenciada, atentos às práticas de consumo e ao modo como estas podem investir os produtos de sentidos contraditórios. Pode incluir a cultura juvenil, a cultura da gastronomia ou mesmo a cultura da empresa, outros tantos temas que revelam a riqueza das abordagens,

⁵ Acerca do contexto português veja-se Vakil 2003.

⁶ Veja-se o texto fundador *Culture and Anarchy* de Mathew Arnold (Arnold 1994).

mas que também podem apontar para uma polissemia que, como já referi, corre o risco de o significante se esvaziar de sentido.

A multiplicidade de sentidos pode, apesar de tudo, constituir uma vantagem, permitindo-me hesitar entre alguns desses muitos significados, como terei ocasião de, mais adiante, explicitar.

Mas, voltando ao que comecei por referir: não levam ‘cultura’ e ‘Europa’ a pensar no grande legado europeu, naquilo que de melhor o continente produziu, em termos musicais, artísticos, literários, prova da excelência da sua civilização? Beethoven, Goethe, Zola, Shakespeare, Racine, Mozart, Wagner e Debussy. Rembrandt, El Greco, Pessoa e Lorca – para evocar alguns desses grandes vultos, um pouco aleatoriamente –, os grandes teatros, as grandes óperas, os grandes museus europeus, emulados por todos, não serão a prova dessa excelência europeia que deve ser defendida a todo o custo?

Antes de responder à pergunta, proponho duas ideias que me parecem fundamentais para a minha abordagem:

Em primeiro lugar, o meu cepticismo relativamente à palavra civilização que me parece ainda eivada de uma filosofia de progresso unilateral, evolucionista, que pressupõe um rumo único e, em última instância, uma hierarquização questionáveis, reproduzindo a ideia de que existe um ponto de vista soberano que permite avaliar quem está mais próximo de um *telos*, *telos* esse de que os ‘outros’ ainda não conseguiram aproximar-se⁷.

Em segundo lugar, quando uso o termo cultura, uso-o numa dupla acepção.

Por um lado, no sentido clássico da palavra, como um conjunto de práticas, digamos, artísticas, dependentes de critérios estéticos, mas vendo neles não tanto a uma essência que habitaria as obras como um conjunto de regimes discursivos que determinam a sua inclusão ou exclusão no campo daquilo que é definido e aceite como arte, atendendo às mutações que estas definições têm vindo a sofrer (Bourdieu 1979, Clifford 1988).

Por outro, uso a palavra cultura num sentido antropológico, não com uma conotação niveladora, mas numa acepção mais positiva, naquilo que o conceito tem de democratizador, porque atento às práticas quotidianas, e também à diferença, para evocar essa redundância na expressão ‘cultura diferente’ como Renato Rosaldo (Rosaldo 1993) teve ocasião de sublinhar.

Pois assinala-se ainda este paradoxo: se há vantagens em fazer da cultura um sinónimo de diferença, este conceito também tem os seus perigos, sobretudo quando a cultura diferente, particular, é contraposta à civilização, aos seus ‘valores’ universais.

Esta oposição é responsável por um abismo incomensurável entre o ‘Mesmo’ e o ‘Outro’, o que pode conduzir à ideia de superioridade ou conflitos civilizacionais entre entidades absolutamente demarcadas, como o pretendem os defensores, de ambos os lados do muro, do choque das civilizações, espécie de *wishful thinking* que muitos estragos tem causado, em meu entender, nos últimos tempos, não só na Europa, mas também no planeta⁸.

⁷ Ver a este respeito Massey 1992. Repare-se o que Graça-Moura escreve no citado artigo:

“Entendida na conjugação das suas matrizes principais (em que avultam a antiguidade grega e latina e a tradição judeo-cristã) e na diversidade das suas expressões, essa herança colocou historicamente a Europa na vanguarda dos continentes, foi um motor incomparável de desenvolvimento e progresso e propagou-se em todas as direcções para fora do espaço europeu, continuando hoje a constituir um referente importantíssimo de humanismo, de enriquecimento e dinamização espiritual, de tolerância e de cidadania.”

⁸ Note-se, por exemplo, os riscos, menos do que as potencialidades, de um conceito como o de ‘outro’ tão

3. Cultura, civilização, barbárie; história, necessidade, contingência

Por todas estas razões pretendo, sobretudo, questionar o modo clássico como a Europa ainda é predominantemente entendida.

E quem diz Europa, diz cultura europeia. E não só pelas razões anteriormente aduzidas, mas também tomando em consideração aqueles factores que depois da segunda guerra vieram questionar a ideia de uma superioridade civilizacional. Com efeito, os grandes monumentos canónicos da cultura europeia não podem deixar de ignorar os lados mais sombrios desse legado, tais como o passado colonial, povoado de uma violência que adquiriria no século XX o seu momento mais tenebroso com o Holocausto que levaria Th. W. Adorno a escrever que daí em diante não deveria ser possível escrever poesia (Adorno 1977: 26), ou Walter Benjamin a afirmar que todo o acto de cultura é também um acto de barbárie (Benjamin 1991). Segundo Adorno, admitir um projecto estético que levasse a uma reconciliação com a “má realidade”, equivaleria a um gesto quase obsceno, insistindo-se em algo que a arte não deveria prometer, de acordo com o conceito da dialéctica negativa, dialéctica sem superações ou conciliações, ao contrário de Hegel que vira nos momentos negativos meios de o progresso se afirmar e realizar a razão na história.

Questão que não é lateral ao que aqui pretendo argumentar, pois a ideia de uma superação funda também a possibilidade da legitimação não só da violência na história, mas também da sua necessidade histórica, patente no modo como a filosofia hegeliana da História define a história universal como manifestação da razão que caminha do Oriente para Ocidente. Razão cuja luz nunca ilumina a África, continente obscuro por natureza, razão que revela as suas últimas potencialidades no ‘novo mundo’, sobretudo no protestante, consagrando os momentos mais altos da tradição moderna, a liberdade, a propriedade, o individualismo. Continente por explorar, continente de fronteira a conquistar, que justifica a ausência do Estado – essa entidade mediadora e tutelar dos conflitos da sociedade civil na Europa –, a América não só tem um nome europeu, como os seus espaços são tidos como desabitados, apesar de há muito povoados por indígenas, americanos ou índios, duas designações equívocas, secundando a ideia de que existe um rumo, um ponto de vista soberano e transparente a si mesmo que funda todas as versões da história, do progresso, da marcha da razão.

em voga desde há alguns decénios. A ideia do respeito pela diferença pode não passar de uma mera intenção por demais vaga que nem sequer questiona a hierarquização implícita nessa noção. Pois, como o afirma Coronilo reconhecimento do Outro pressupõe um Mesmo que nunca é questionado. Recorrendo a uma obra já clássica sobre o tema, *A questão do outro* de Tzvetan Todorov, Coronil escreve:

“The question of the Other is presented as a problem for the Self, not of the Self or for the Other. [...] the Self is assumed. Analysis centers on the problems the Self confronts but does not include the constitution of the Self as a problem. The other question is not asked: the question of the Self” (Coronilo 1996: 61).

Coronil parte de premissas afins às de Said, para interrogar os fundamentos epistemológicos dessa divisão do mundo entre a ‘Europa’ e os seus ‘Outros’, salientando exactamente a necessidade de se problematizar a subjectividade / o Mesmo que postula o diferente ou o Outro. Numa linha afim, veja-se ainda a contribuição de Hall no seu texto “The West and the Rest”, que procede a uma inventariação dos contextos históricos, e de Doreen Massay em *For Place* (Massey 2006). Saliente-se que estas posições, se bem que relativamente comuns nos estudos antropológicos, estudos culturais e estudos pós-coloniais, são muito pouco consensuais noutras áreas.

Legado que reaparecerá nos seus herdeiros, também em Marx e naqueles que o leram e julgaram poder mudar o mundo segundo a lei da violência da história, a dialéctica das classes, superando modos de produção arcaicos pela modernização, pelo ‘desenvolvimento’. Visão totalizante que apenas aceita o Outro como forma de o Mesmo se afirmar, assimilando-o, momento necessário para que este assuma todas as suas potencialidades integradoras e conciliadoras, desde que a diferença seja superada, integrada num todo superior. Visão que ignora a possível contingência e arbitrariedade da história, de outras histórias e que relega a voz dos vencidos a um silêncio absoluto.

4. Totalidade, mesmidade, representação; perspectiva, pluralidade, (políticas de) representação

É por isso mesmo que a perspectiva me parece um conceito interessante. Não uma perspectiva única, a clássica que conhecemos desde o Renascimento e que nos habituámos a considerar, no Ocidente, como a perspectiva objectiva, naturalista, aquela que representaria, de um modo mais adequado, a realidade, fundada num sujeito transparente a si mesmo, ou que, como em Hegel, se reassume como tal, depois de conquistada/assimilada a alteridade, momento negativo que serve para que o sujeito regresse a si mesmo, se torne efectivo, assuma as suas potencialidades plenas.

Subjectividade que funda uma representação – supostamente mimética, supostamente universal –, mas que apenas dá conta de um ponto de vista que se sobrepõe a outros e que um jogo de espelhos revela de um modo alternativo, mas, ainda assim, submetido apenas a uma óptica única.

Para que se pense adequadamente os desafios nossos contemporâneos requer-se menos uma perspectiva soberana e mais um olhar esquinado, estrábico, que permita reconhecer menos a limpidez do que a opacidade ou a translucidez que resulta das diversas cores que compõem a luz aparentemente branca do feixe da razão europeia.

1989, a queda do muro, a reformulação do espaço geopolítico europeu e mundial, o fim da história, a globalização a prometer, na versão dos mais optimistas, um mundo mais interdependente e mais justo.

Mas a história não terminou sem dúvida, como o demonstraram os conflitos na ex-Jugoslávia, ou em outras partes da Europa, mais ou menos a Leste; a globalização gerou desigualdades inevitáveis, bem como uma nova desordem mundial, o choque das civilizações acentuou-se, segundo alguns, as identidades afirmam-se, regressando os fundamentalismos religiosos e étnicos. E isso não só fora da Europa, como muitas vezes queremos acreditar. Mas mais interessante do que se pensar na (im)possibilidade de um fim da história, urge pensar antes o modo como essa história foi escrita, em nome de uma perspectiva única, incapaz de ter em conta outras histórias, orais ou não, mas que não são subsumíveis a uma teleologia do progresso ou da chamada civilização.

Dipesh Chakrabarty teve ocasião de no seu livro *Provincializing Europe* (2000), reclamar a possibilidade de a história não ter de se cingir a uma visão tradicional, centrada no estado-nação, com cuja emergência essa disciplina esteve intimamente relacionada. Sublinhando a dependência inexorável desses dois conceitos herdados da ocupação colonial, a história e a nação, Chakrabarty reclama que se problematize a noção de história por forma a poder incluir passados mais plurais, uma heterogeneidade de histórias que possam ir para além das versões clássicas da historiografia nacional(ista) ocidental. Sabendo que não pode eximir-se a essa influência que leva a que a prática da historiografia não possa evitar a importância de autores-chave, ocidentais, para as ciên-

cias sociais, o autor não reclama a rejeição dessa herança, mas que essa pluralidade de vozes também seja ouvida no 'Ocidente' que assim surge problematizado na sua identidade óbvia, um 'Mesmo' nunca interrogado.

Ou como Coronil escreve, na senda da obra de Said: para além das dicotomias ou choques entre culturas /civilizações, urge pensar um modo contrapontístico de pensar as relações entre culturas, que não podem ser entendidas como entidades delimitadas e homogêneas, mas determinadas por fronteiras fluidas, em que os contextos de poder e a prescrição desses limites não são resultado de um mero encontro neutro.⁹

É tendo em conta estas premissas que me parece necessário repensar o que é a Europa, a sua cultura e as suas interdependências, na Europa e para além da Europa.

Para o fazer, escolhi um domínio que tem sido associado à cultura canónica, a arte, mas recorrendo a exemplos que permitem desestabilizar o que se entende por esta área e os espaços a ela tradicionalmente associados e que, desde os modernismos do século XX, passando pela contra-cultura dos anos sessenta, até aos pós-modernismos dos anos 1980, têm vindo a ameaçar os consensos estabelecidos – a formação discursiva – que determina o que pode ser incluído e excluído da arte e da cultura (europeias).

Por outro lado, os exemplos que a seguir apresento não só são representativos daquilo que a Europa também é – e sempre foi, embora de um modo menos visível –, como permitem questionar a ideia de cultura europeia como um legado universal inquestionável, que sirva de garantia contra a anarquia interna e a barbárie externa.

5. Minando a 'cultura europeia'

Um africano em Veneza, obra do artista afro-americano Fred Wilson, parte de uma instalação que concebeu para a Bienal de Veneza de 2003.

Wilson teve como intenção assinalar a presença de africanos nessa cidade paradigmática da cultura europeia, situada entre o Ocidente e o Oriente, lugar central dos intercâmbios de uma outra globalização, desviada mais tarde para o Atlântico pelos empreendimentos portugueses.

Wilson faz incidir a sua atenção sobre essa presença constante que se perpetua nos vendedores ambulantes oriundos da África Ocidental que enchem as ruas de Veneza, Londres, Paris e também de Lisboa ou Nova Iorque, de onde Wilson é originário. Mas, além disso, o artista pretende assinalar, como já o tem feito noutras obras, as relações e interdependências entre a Europa e a África, a Ásia e a América, assim questionando as narrativas das origens europeias numa Grécia branca despida de influências mais orientais ou mais meridionais.

A imagem lembra-me uma outra narrativa, a de Caryl Phillips (Phillips 2000), escritor britânico, nascido em St. Kitts nas Antilhas. Em Veneza, Phillips também evoca Otelo, o mouro de Veneza, especulando como ele reagiria à cidade, Otelo que não vinha, como Phillips, do Ocidente. Mas apesar dessa familiaridade, o narrador reage com indiferença aos monumentos, evoca essa figura da sua literatura canónica, o seu cânone literário, que conhece mas em que não se revê inteiramente, da mesma forma que não se

⁹ Como muitas vezes algumas leituras celebratórias de, por exemplo, a Carta de Pêro Vaz de Caminha pretendem. Nesse caso, louva-se o olhar atento do narrador, a sua tolerância, exemplo cabal do universalismo português, perante o 'Outro'. Mas 'Outro' de quem? O Mesmo nunca é, com efeito, problematizado, escamoteando-se repito os processos de hierarquização que este suposto respeito acaba por fatalmente incluir.

sente parte dessa opulência, adivinhando nela também a consequência do espírito predador europeu, sentindo-se, a um tempo dentro e fora da Europa, essa dupla consciência de que o escritor afro-americano W. E. B. Dubois também falava, consciência cindida de quem pertence e não pertence a um lugar, ou pertence a múltiplos lugares. Phillips conhece a história da Europa, mas não vê nesse passado um fundamento para uma afiliação, questão que não decorre apenas de um gesto retórico, mas deve ser lido antes como consequência das suas experiências concretas. Na Noruega, levantam-lhe problemas para passar a fronteira, apesar de súbdito britânico, o que sucede também em França, criando assim a impossibilidade de se sentir europeu. Será possível ser-se europeu negro?

Mesmo que se defenda uma Europa branca ou uma Europa crioula, mestiça ou híbrida, consoante os gostos ou os lugares de onde se escreve, a verdade é que o sincretismo sempre fez, mas nem sempre se quis – nem quer – que faça parte daquilo que se entende deverem ser as práticas culturais europeias.

Wilson serve ainda para introduzir um tópico que me parece particularmente relevante neste contexto. Os seus trabalhos têm tido como objectivo questionar o cânone, o papel do museu, como sucede na instalação *Mining the Museum*, em que, utilizando o espaço do museu da Maryland Historical Society de Baltimore, propôs justaposições aparentemente insólitas, como um par de algemas numa vitrine exibindo objectos de luxo ou um carapuço do Klux Klan num carrinho de criança. Wilson pretende dessa forma chamar a atenção para o modo como o museu é também o resultado de um gesto de canonização, colecção, coniventes com o acto de barbárie que a cultura também pode ser, como o advertiu Benjamin.

Perspectiva assumidamente parcial, ela é também a de uma apropriação ou exemplo de um processo de transculturação (Pratt 1992), em que os colonizados, os não-europeus, não cedem as suas histórias, mas, munindo-se da língua e das ferramentas teóricas que as disciplinas, os discursos teóricos e as instituições deles resultantes servem, as narram de modo a que elas não se cinjam a um acontecimento menor, sublinhando antes as relações, interdependências que todos os espaços podem conter, desde que adequadamente pensados como algo de concreto, mutável e não mera expressão do abstracto (Massey 2006).

Termino com um outro exemplo de transculturação que prova que o espaço da arte não é um dado adquirido, mas um lugar de negociação de poderes e de identidades, que são tudo menos fixas, assentes num sujeito estável e igual a si mesmo, mas sobretudo exemplos de performatividade.

Em 1998 Yinka Shonibare apresentou a sua série de fotografias intitulada *Diary of a Victorian Dandy*¹⁰. Esta é constituída por uma sequência de fotografias que acompanham o quotidiano de um *dandy*, a que o próprio artista dá corpo e cor, assim questionando os pressupostos tácitos do legado imperial britânico, invertendo as relações de senhor e servo.

Mas fê-lo através de uma instalação *site-specific*, no Metro de Londres, assim levando a obra para fora da galeria ou do museu, enquadrando-a num local com mais afinidades com as suas propostas do que os lugares clássicos da cultura de elite, o museu ou a galeria.

¹⁰ Consulte-se a sequência em http://www.iniva.org/exhibitions_projects/1998/diary_of_a_victorian_dandy/diary_of_a_victorian_dandy/gallery.

Deste modo, Shonibare propõe uma nova forma de se ser inglês e europeu, ao propor que um 'africano', um negro invada as imagens de um passado histórico ligado a uma nação europeia, no coração da sua capital, sublinhando as afinidades entre esta e o seu passado imperial. Evocando as séries de 'qualidade BBC' e o seu imperialismo nostálgico, a sequência de fotografias encenadas em *Diary of a Victorian Dandy* pretende exactamente questionar com ironia pós-colonial os conceitos de identidade fixa em que a Europa das nações insiste em manter-se, pesem embora os apelos à hibridez. Situando-a num dos lugares mais multiculturais dessa metrópole, ela mesma multicultural, Shonibare questiona igualmente o lugar da arte e da sua função, fazendo do seu lugar de exibição uma componente fundamental da sua recepção.

Nascido em Londres de pais nigerianos, Shonibare viveu a sua infância e adolescência em Lagos, regressando ao Reino Unido para estudar arte. Tendo sido instado por um dos seus professores nos anos 80 a que esquecesse a *perestroika* e praticasse antes arte africana, Shonibare decidiu ir em busca das suas 'origens', mas em Brixton, Londres. Aí comprou panos 'autenticamente' africanos, vindo a descobrir, posteriormente, que eram de origem holandesa. Criados a partir da técnica do *batik*, na Holanda, a fim de serem reexportados para a Indonésia, os produtos revelaram-se um fracasso, sendo consequentemente exportados para a África Ocidental, agora com enorme sucesso, onde se tornariam uma marca de 'autenticidade' africana.

A partir de então, Shonibare passou a utilizar esses panos para performatizar, de um modo particularmente irónico, a sua 'africanidade'. Usando preferencialmente manequins vestidos com trajes da época vitoriana, esse período imperial por excelência, reveste-os desses tecidos para questionar as fronteiras entre autêntico e artificial, exótico e familiar, 'Outro' e Mesmo, África e Europa, como sucede numa instalação de 2006, *Flower Time*.

Esta é composta de diversos elementos, nomeadamente outras obras já anteriormente exibidas que aqui são articuladas de forma alternativa assim criando novos modos de significação. Uma tela de algodão estampado segundo a técnica indonésia do *batik* une motivos florais e símbolos de explosão, em tons negro, ao jeito da banda desenhada e da sua apropriação pela arte pop. Com estes padrões Shonibare pretende evocar a um tempo, a herança traída do *flower power*, as suas alianças com as revoluções no Terceiro Mundo, e as novas guerras em torno do petróleo que assolam o planeta. Dois manequins de trajes vitorianos, revestidos mais uma vez de tecidos 'africanos', destituídos como sucede sempre, nas obras de Shonibare, de cabeça, alvejam-se reciprocamente, assim aludindo aos conflitos suicidas motivados pela corrida ao ouro negro.

Noutra peça, as mesmas flores são colocados num vaso também negro, cor que reaparece mais uma vez, agora na forma de um cogumelo nuclear, sob uma bailarina clássica europeia, mas negra, apoia os seus sapatos de ponta.

Um filme é simultaneamente projectado, com o título *Odile et Odette*. Nele, duas bailarinas clássicas, também elas vestidas com trajes feitos dos mesmos panos coloridos, jogam um complexo jogo de identificação, revendo-se em espelhos, buscando diferenças e semelhanças, apesar das suas cores diferentes. Dançando um número do bailado clássico *O lago dos cisnes*, as duas bailarinas criam assim relações inesperadas com as restantes peças da instalação. O autêntico e o artificial, o clássico e o pop, o branco e o negro, a Europa e a África, e também a América e a Ásia surgem aqui numa interpenetração de registos e interdependências que convocam um hibridismo irónico, sem que as violências contemporâneas sejam silenciadas.

Aquilo que Shonibare propõe nesta instalação recente é menos uma fusão de estilos, do que a sua articulação irónica, atenta aos conflitos que atravessam a Europa e o plane-

ta. Não se trata de mestiçagem, a sermos rigorosos, mas de uma complexa encenação de identidades que, em última instância, apontam para as interdependências entre os diferentes lugares e continentes na era da globalização. Interdependências que não decorrem apenas da compressão espaço /tempo (Harvey), mas de modos concretos de lidar com os efeitos da globalização, naquilo que ela tem de melhor e de pior.

Deste modo, o artista parece ponderar a questão de que a hibridez nem sempre existe ou que pode ser algo mais do que uma mera mistura de raças e gentes, que pressupõe em última instância uma pureza primeira, uma origem incontaminada que nunca existiu, ao mesmo tempo que interroga a respectiva celebração quando ela ignora os contextos desiguais de poder. Pois os povos sempre intercambiaram de um modo mais ou menos acentuado, dependendo essas trocas das condições tecnológicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos. E isto não só na Europa.

O modo como as identidades são articuladas (Hall, Clifford 2000) na Europa contemporânea e como essas articulações correspondem, também elas, menos a uma fusão de culturas do que a uma negociação complexa de conflitos – que não têm de ser exemplo de choques civilizacionais – é claramente exemplificado nas fotografias de uma manifestações em França a favor do uso no espaço público do hijab com que termino este conjunto de reflexões.

Aqui jovens muçulmanas – ou jovens francesas, ou europeias? – manifestam-se a favor da sua diferença e da igualdade. Ou seja: não defendem algo que se limitaram a herdar ou a que as obrigaram, mas manifestam, performatizam, publicamente uma opção não tanto aleatória, como responsável, a opção possível, dentro dos contextos políticos e ideológicos que as rodeiam e assim em parte também a determinam.

Estas jovens reivindicam o seu direito à diferença, um elemento central no Maio de 68 francês, contra a igualdade abstracta da República, que não quer saber da diferença de género ou de religião. Mas fazem-no utilizando os seus símbolos e vocabulário, evocando igualmente a libertação da mulher, num jogo paródico e intertextual de referências à história francesa e argelina que assim também re-unem.

Esta performance identitária, na sua articulação de elementos díspares, não se compadece com discursos que dividem o mundo entre Nós e Eles, Oriente e Ocidente e assinalam as incompatibilidades, ou a incomensurabilidade entre culturas.

Dizer que estas jovens não são francesas ou europeias, equivale a retomar a questão que comecei por equacionar. Não se trata só de saber se o são, mas também de saber se o podem ser, e como o podem ser¹¹.

¹¹ O vídeo de *Let's Dance (Dancemos)* de Zoulika Bouabdellah seria outro exemplo.

Como escreve N'Goné Fall: "o encontro cultural assume a forma de um corpo feminino que dança ao som do hino francês. O que é aqui subvertido? A bandeira francesa, a *Marseillaise* ou a dança árabe? Talvez nenhuma delas: reunidos, estes símbolos constituem apenas mais um exemplo de uma coabitação improvável de diferentes valores, enfatizando-se/ sublinhando-se neste caso o fracasso das políticas de integração em França. *Let's Dance* faz-nos perguntar/ Pode alguma cultura permanecer 'pura'? Poderá um país celebrar a sua diversidade ao mesmo tempo que pede aos seus novos cidadãos que abandonem a sua cultura à porta? Pois o que é mais absurdo? A dança do ventre ao som de um hino revolucionário ou recusar as consequências da história colonial? Com uma bandeira, saudada/reverenciada pela graça da curva de uma anca, Bouabdellah perturba um legado colectivo: em vez da "Liberdade, Igualdade, Fraternidade", o lema da República Francesa, dá-nos Liberdade, Igualdade, Sensualidade" (www.artafrica.info).

À laia de pós-fácio

Em suma: uma Europa que se define como secular, quando rigorosamente não o é, reivindicando para as suas narrativas de ‘origem’ apenas as da herança grega clássica ou judeo-cristã constitui não só uma tomada de posição, ou um acto de fé, discutíveis, que correspondem como que a uma recusa em se ler o seu passado e presente de um modo conforme às outras histórias que também compõem o seu passado e presente. Se o cristianismo, outro emblema polémico da identidade europeia nasceu na Ásia, também o mito do seu nascimento, o rapto da Europa, a une a esse continente a que se encontra ligada do ponto de vista geográfico e histórico e que, por isso mesmo, tanto mais requer processos de demarcação. Narcisismo da pequena diferença?

Há que atender às ‘origens’ asiáticas e africanas desta Europa que não só agora se revela ‘multicultural’, mas sempre o foi, com exemplos bem mais edificantes de convivialidade (Gilroy 2004) do que de tolerância contrafeita, como sucede, por vezes, actualmente. Mais hospitalidade do que certezas identitárias defensivas, mais diferenciação no modo como se rotula o ‘Outro’ ou se constrói a diferença, em contextos de poder desigual (Gupta/Ferguson 1992) podem ajudar-nos a entender de um modo mais produtivo aquilo que a Europa foi e é e, em consequência, aquilo que ela será.

Não é através de uma política defensiva que define a xenofobia como uma constante antropológica, que lê o terrorismo em qualquer manifestação de identidade muçulmana, ou a diferença como meramente assimilável que a Europa se renovará como projecto que sempre foi. Mas antes através da sua provincialização, da aprendizagem com um olhar mais esquinado que os seus ‘imigrantes’, nem todos eles cidadãos europeus de pleno direito, lhe devolvem.

Repensar, provincializar, deslocalizar a Europa. Este parece-me ser o grande desafio destes últimos decénios e daqueles por vir. Época de insegurança, ela também o é por ser um momento de indefinição que tanto mais estimulante poderá ser, se nos habituarmos a dormir com menos sossego ou a fazer das nossas insónias momentos de imaginação criativa. Não é com atitudes defensivas, nem com o regresso a velhas certezas que nos abrigaremos dos desafios da globalização, de que a União Europeia também é exemplo, nos seus momentos transnacionais. Nem será, abrigando-nos por detrás de uma fortaleza, que saberemos responder aos desafios presentes e futuros. Mas antes através da capacidade de pensarmos novos modos de se ser europeu, não destruindo as suas identidades locais e nacionais – algo que, como é óbvio – será sempre difícil, mas, atentos aos modos como os lugares podem conferir um sentido concreto do global (Massey 2006), redefinindo essas identidades de modo a tornar possível que – seja qual a ‘origem’, a etnia, raça ou religião – todos se possam sentir parte integrante de uma Europa verdadeiramente alargada.

No posfácio à reedição do seu livro *The European Tribe*, Caryl Phillips, escrito nos anos oitenta e publicado de novo em 1999, narra um episódio que pretende mostrar o que se alterou nos dez anos que medeiam entre a sua viagem pela Europa e o final do século XX. Um jovem motorista inglês negro pergunta ao narrador, regressado de Paris: “Então como estão as coisas lá pelo continente?” Surpreendido, o viajante reconhece que algo se alterou, nomeadamente no modo como este jovem se sente inglês e partilha com os seus compatriotas algum eurocepticismo insular, o que o leva a manifestar a proverbial estranheza britânica perante a tudo o que provém do ‘continente’.

Ao que o narrador reage, pensando: Só há uma maneira de o saber. Indo até lá e descobrindo. Afinal, comenta, fora exactamente o que fizera dez anos antes. Será que esse jovem poderá sentir-se também europeu?

Será Yinka Shonibare europeu?

Ao que respondo com outra pergunta, para terminar como comecei:

Será a Europa capaz de se redefinir por forma a incluir outras identidades de um modo mais concreto – incluindo as vantagens de uma efectiva cidadania europeia – de modo a que seja possível que todos os que nasceram em solo europeu adquiram um sentimento de pertença (Amin 2001)? Creio que a resposta depende também mas não só de um instrumento jurídico, nem tão pouco apenas de Bruxelas – esse lugar mítico e bode expiatório das frustrações europeias contra o canalizador polaco ou o imigrante brasileiro ou subsaariano, ilegal ou legal. Em suma, depende de todos nós e da capacidade de sermos europeus de um modo mais inovador e mais exigente para connosco mesmos e a ‘Europa’

Bibliografia

- Adorno, Theodor W. 1977 [1951]. “Kulturkritik und Gesellschaft”. *Prismen. Kulturkritik und Gesellschaft*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 7-26.
- Amin, Ash. 2004. “Multi-Ethnicity and the Idea of Europe”. *Theory, Culture & Society*. 21(2), 1-24.
- Arnold, Mathew. 1994. *Culture and Anarchy*. Ed. Samuel Lipman. New Haven: Yale University Press.
- Benjamin, Walter. 1991 [1940]. “Über den Begriff der Geschichte”: *Gesammelte Schriften*, Bd.I,2, S.691-704
- Bourdieu, Pierre. 1979. *La Distinction, Critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Chakrabarty, Dipesh. 2000. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Clifford, James. 1988. “On Collecting Art and Culture,” *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge and London: Harvard University Press, 215-218.
- Coronil, Fernando. 1996. “Beyond Occidentalism. Toward Nonimperial Geohistorical Categories”. *Cultural Anthropology* 11 (1): 51-87
- David Harvey. 1990 [1989]. *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Cambridge, MA and Oxford, UK: Blackwell.
- Fabian, Johannes. 1983. *Time and the Other. How Anthropology Makes its Object*, New York: Columbia University Press.
- Gilroy, Paul. 2004. *After Empire. Melancholia or Convivial Culture*. London and New York, 133-168.
- Gupta, Akhil and James Ferguson. 1992. “Beyond Culture: Space, Identity and the Politics of Difference,” in *Cultural Anthropology* 7, No. 1. 6-23.
- Gupta, Akhil. 2006. “Movimentações globais das colheitas desde a ‘era das descobertas’ e transformações das culturas gastronómicas”. *Portugal não é um país pequeno. Contar o Império na pós-colonialidade*. Org. Manuerla Ribeiro Sanches. Lisboa: Cotovia, 193-213.
- Massey, Doreen. 1992. “A place called home?”. *New Formations* 17: 3-15.
- Massey, Doreen. 2006 [2005]. *For Place*. London, UK, Thousand Oakes, CA, New Delhi: Sage.
- Phillips, Caryl. 2000 [1987]. *The European Tribe*. New York: Vintage, 56-65.
- Rosaldo, Renato. ²1993 [1989]. *Culture and Truth. The Remaking of Social Analysis*. With a New Introduction.

- Said, Edward W. ²1995 [1978]. *Orientalism. Western Conceptions of the Orient*, London, New York, Toronto: Penguin Books.
- Shohat, Ella/ Stam, Robert. 2001. "French Intellectuals and the U.S. Culture Wars". *Black Renaissance/Renaissance Noire* 3(2), 90-119.
- Shohat, Ella/ Stam, Robert. 2005. "Traveling Multiculturalism: A Trinationa Debate in Translation". *Postcolonial Studies and Beyond*. Org. Ania Loomba et. al., 293-316.
- Williams, Raymond. 1961. *The Long Revolution*. London: Chatto and Windus, 1961.
- Wolf, Eric R. 1997 [1982]. *Europe and the People without History*. With a new preface. Berkeley, CA: University of California Press.

EUROPA VIVA – UM PROJECTO CULTURAL E DE CIDADANIA EUROPEIA EM PORTUGAL

*Ana Paula Lemos**

Se os jovens ingleses escolhem classificar David Beckman acima de Shakespeare e de Darwin na lista dos tesouros nacionais, se as instituições culturais, as livrarias e as salas de concertos e teatro lutam pela sobrevivência numa Europa próspera e onde a riqueza nunca foi tão grande, a culpa é simplesmente nossa.

O homem comum europeu foi perdendo o sonho de seguir as pisadas de Aristóteles e de Goethe.

Mas apesar de o homem comum europeu ter perdido esse sonho é por ventura na Europa que as fundações necessárias da literacia e o sentido da vulnerabilidade trágica da condição humana podem constituir-se como base...»

Estas palavras foram escritas por George Steiner num livro recentemente publicado em Portugal com o título «A Ideia de Europa», e constituem para nós, fundadores da Europa Viva, a síntese programática das nossas preocupações.

A Europa Viva, Associação Europeia para a Criatividade e Solidariedade, nasceu para promover, divulgar e reflectir a cultura europeia, os valores da cidadania e a consciência cívica, num tempo onde a «memória» se inscreve na história da humanidade de uma maneira radicalmente nova.

A memória do futuro será tecnológica e biológica.

A nós, sociedade civil, compete-nos guardar a memória da nossa herança cultural e civilizacional, dos nossos valores mais profundos, da nossa literatura, da nossa música, da nossa estética, numa morada acessível a todos, e sobretudo, num lugar de fácil acesso.

A Europa Viva nasceu justamente como contributo para a construção desta Casa da Memória, e para isso, apetrechou-se das únicas armas capazes de garantir o triunfo deste projecto: a coragem, o saber, o trabalho, e o sacrifício.

Com o saber, elegemos as matérias que no nosso entender mais deveriam preocupar a sociedade civil, e com o trabalho operacionalizámos em projectos estas matérias de eleição.

Assim, começámos por nos ocupar das nossas raízes. Das nossas matrizes culturais. Da nossa herança civilizacional.

Criámos a Bienal do Pensamento, um projecto que vai seguramente contribuir para que todos possamos entender o que Husserl um dia afirmou sobre a Europa.

* Associação Europa Viva

«A Europa» disse aquele filósofo, «é a unidade de uma vida espiritual e uma actividade criativa».

Esta espiritualidade criativa tem a Grécia por berço. A música, a matemática e o pensamento especulativo nasceram na Grécia. Como nasceu na Grécia o vocabulário das nossas teorias e dos nossos conflitos políticos e sociais: as palavras «genética», «biologia», «física», «antropologia», de entre muitas outras são palavras que derivam directamente do grego.

E como sabemos os nomes trazem consigo uma lógica, uma cartografia da realidade, e dos seus horizontes.

Por outro lado, a ideia de Europa está impregnada da doutrina e da história da Cristandade Ocidental. A nossa arquitectura, a arte, a música, a literatura e o pensamento, encontram-se absolutamente envolvidos dos valores cristãos.

A Bial do Pensamento será assim o instrumento, que de dois em dois anos, sob a forma de conferências, e em articulação com todas as outras manifestações culturais, colocará na agenda dos cidadãos europeus, o tema das matrizes culturais europeias.

Não há memória sem palavras. Na Europa Viva, as palavras são sagradas. Tão sagradas que pensámos num templo através do qual as palavras pudessem convocar os homens a um encontro silencioso com a memória. Criámos, esse templo, e chamámo-lhe A Casa da Memória.

Mas o que é então o projecto A Casa da Memória? É um projecto no qual interagem todas as linguagens criativas, desde a fotografia à literatura, com vista a dinamizar acções onde a história da Europa, os seus valores, e as suas instituições sejam apreendidas pelo cidadão comum e difundidas pela sociedade portuguesa.

Como é possível continuar a calar junto do grande público este projecto europeu, o projecto da União Europeia, onde obviamente muito ainda está por fazer, mas que já foi capaz de se registar na história do pensamento humano, como um dos mais fantásticos projectos políticos de sempre?

O que sabemos nós sobre este projecto político? E o que sabem as nossas crianças e os nossos jovens sobre a casa comum europeia?

A Europa Viva nasceu, justamente, para colocar na agenda mediática a cultura como instrumento de coesão entre os povos europeus.

Os nossos projectos são o reflexo desta grande preocupação: contribuir para que os cidadãos europeus em geral, e os portugueses em especial, conheçam bem o projecto europeu.

Só conhecendo podemos ajudá-lo a construir. Ora, no nosso entender, não há projecto europeu sem consciência europeia, e não há consciência europeia sem um conhecimento profundo das nossas matrizes, da nossa história e da nossa geografia, como não há consciência europeia, sem sabermos dizer Homero, Camões, Racine ou Goethe.

A Europa é feita de cafés e de cafetarias. E como escreveu Steiner, «o café é um local de entrevistas e conspirações, de debates intelectuais e de mexericos.

Na Milão de Sthendal, na Veneza de Casanova, na Paris de Baudelaire, o café albergava o que existia de oposição política e de liberalismo clandestino. Quem desejasse conhecer Freud ou Musil sabia perfeitamente em que café procurar.

O que seria da literatura portuguesa sem o Martinho da Arcada ou da Brasileira? Ou da literatura irlandesa sem os bares de Dublin?

É justamente à procura destas referências que a Europa Viva criou um outro projecto, o projecto Europa em Movimento, que não é mais do que o nosso contributo em prol da mobilidade dos povos europeus e dos europeus com o resto do mundo.

Claro que as viagens são um dos instrumentos fundamentais para concretizar os objectivos que nos propomos trabalhar neste projecto Europa em Movimento.

Mas por detrás de cada viagem estão sempre um conjunto de instrumentos que nos ajudam a reflectir num tema ou numa geografia.

Para que o projecto Europa em Movimento seja claro não apenas para os seus sócios mas também para todos os que connosco queiram construir esta geografia da alma, da alma europeia, criámos o que designámos por rotas, rotas enquanto propostas de reflexão, caminhos interiores, lugares, onde nós e os outros possamos aprender, dando, olhando e amando.

Foi em função destes objectivos que criámos as rotas da cultura, as rotas da memória, as rotas das matrizes, as rotas da arte e muitas outras rotas nascerão da nossa vontade e do nosso trabalho.

Em cada rota exploramos um tema diferente. Vamos a Roma e à Sicília, para conversarmos sobre as matrizes culturais europeias, vamos à Rússia para explicar que a geografia cultural europeia, não se esgota no mapa da união, vamos à Índia e escolhemos o chá como programa, porque o chá é uma planta universal, e na Índia, as expressões do humano, obrigam-nos ao encontro inter-cultural por excelência. Por fim, vamos à Mongólia e à China, para homenagear os poetas que naquela zona do globo morreram de pé agarrados ao poste da liberdade.

No próximo dia 15 de Julho a Europa Viva fará 2 anos. Foram dois anos de muito trabalho. Já implantámos no terreno três das 4 rotas que nos propusemos construir em prol do diálogo inter-cultural e inter-civilizacional, já criámos ciclos de conferências onde debatemos a geopolítica mundial, já dinamizamos encontros sobre temas exclusivamente europeus, e tudo indica que ainda este ano consigamos implementar no terreno um curso de cultura europeia e um curso ecuménico de religiões.

Fizemos tudo isto sem nunca termos recebido um euro de ninguém. Nem do Estado português, nem da União Europeia, nem de uma empresa, ou fundação.

E sabem porquê? Por uma razão simples: ou perdíamos tempo a preencher formulários ou arregaçávamos as mangas e dedicávamo-nos ao trabalho. Claro que escolhemos a ultima hipótese e ainda bem. Pelo menos já podemos falar de nós e não apenas dos nossos sonhos.

Tudo o que fizemos foi apenas com as economias de dois dos sócios fundadores da Europa Viva, com as quotas dos seus associados, com o trabalho voluntário dos seus membros, e com o respeito do público pelo seu trabalho, que aderindo aos seus projectos, deu-nos a força e o alento para prosseguirmos a sua missão estatutária.

As pessoas que compõem os órgãos associativos da Europa Viva são cidadãos comuns que construíram as suas carreiras profissionais à custa de muito trabalho, competência, e muito sacrifício pessoal.

Foram justamente estas armas que trouxemos para o movimento associativo. Somos por isso mulheres e homens com coragem e muita determinação.

Se escolhemos abraçar este projecto é porque sabemos que a cultura, ainda que não nos torne boas pessoas, faz-nos seguramente mais felizes, aumenta-nos, por isso, a auto-estima.

E nós precisamos de ser felizes para realizar obra e para produzir real, como escreveu Jose Gil em Portugal, Medo de Existir.

Nós Europa Viva, justamente porque aprendemos lendo, ouvindo e vendo, quise-mos começar a nossa inscrição histórica através de um gesto simbólico de dádiva ao outro.

Quisemos que o nosso projecto associativo deixasse claro a marca da dádiva.

Foi por isso, que ao mesmo tempo que implantávamos o projecto Europa em Movimento, lançámos o projecto Europa Sénior, um projecto dedicado à população sénior da cidade de Lisboa,

E hoje lá estamos num bairro velho, muito velho, diria mesmo num bairro sénior da nossa cidade, na Penha de França, a apoiar as mulheres e os homens que tendo filhos mesmo ao seu lado, vivem na mais profunda solidão existencial.

A realidade social da cidade de Lisboa é dramática. Na Penha de França, isto para falarmos apenas do que conhecemos vivem casais muito doentes, com mais de 80 anos, entregues apenas a si mesmos.

O que lhes resta da vida é o manso rastejar dos seus pés procurando apenas no «outro» a falsa ideia de família que construíram: dos filhos que nunca chegam e dos netos que já não conhecem.

Ao contrário do que muitos possam pensar não estamos com este projecto da Europa Sénior a desviar-nos um milímetro que seja da nossa missão cultural estatutária.

A Europa Viva é assim uma plataforma criativa que faz da cultura o campo por excelência do exercício da sua actividade, claro que é nossa missão contribuir para a promoção, reflexão e divulgação da cultura europeia; mas é nosso dever promover os valores da consciência cívica e da solidariedade social.

Levámos 5 anos das nossas vidas a pensar na construção deste projecto que chamámos Europa Viva.

Porque queríamos que a Europa fosse a ideia central deste empreendimento fomos estudar as suas matrizes, os seus valores, as suas instituições, a sua organização política e económica, e fizemos um levantamento profundo sobre o que não estava a ser dito ao cidadão europeu acerca da Europa.

E o que não está a ser dito ao cidadão europeu diz respeito às matérias de natureza cultural.

Que paradoxo tão grande, pensaram os sócios fundadores da Europa Viva, como podemos nós construir um projecto comum europeu sem falar de cultura, sem falar justamente daquilo que nos une?

É na cultura que a Europa Viva encontra os pilares fundamentais para a construção da cidadania europeia.

Os nossos projectos, todos eles, estão orientados justamente para nos apetrechamos dos instrumentos de coesão que a cultura nos oferece.

Não há Europa sem um investimento de todos na construção da cidadania europeia, isto é, na aquisição dos conteúdos dos nossos valores, das nossas matrizes, da nossa memória.

A construção da cidadania europeia é no essencial a síntese da nossa missão estatutária.

Já somos membros da Unesco para o programa da diversidade cultural, somos parceiros do Fórum Educação para a Cidadania, somos parceiros culturais da Licenciatura de Estudos Europeus da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, só nos falta sermos parceiros estratégicos na definição das plataformas criativas para Portugal.

Nada nos fará demover deste imenso desejo: contribuir para a promoção, difusão e reflexão da cultura europeia, da consciência cívica e dos valores da solidariedade social.

As minhas últimas palavras vão para o Professor José Pedro Serra, para a professora Maria Teresa Neves Ferreira e para a professora Maria Teresa Alves.

Durante vinte anos dediquei os meus dias ao jornalismo como grande repórter. Vinte anos depois resolvi dedicar-me também às questões europeias, matérias que sempre me apaixonaram.

Foi nos bancos da Faculdade de Letras de Lisboa, justamente enquanto estudava e reflectia na Europa e nos seus valores, que conheci estes professores.

Da professora Teresa Alves, acompanha-me a vontade férrea de fazer dos Estudos Europeus um lugar de excelência na vida da nossa Universidade, e a confiança que tem na Europa Viva como parceiro capaz de ajudar a pensar as questões e as matérias europeias.

Da Professora Teresa Neves Ferreira guardo para sempre, e com muita gratidão, a generosidade e a confiança que depositou nos nossos anseios e realizações.

Não fossem as aulas de Matrizes Culturais Europeias, ministradas por Professor José Pedro Serra, nunca teria entendido a absoluta necessidade de pensarmos juntos a Europa, os seus valores, e a sua história.

Do que me diz respeito enquanto sócia fundadora da Europa Viva dedicar-lhe-ei sempre o nosso projecto envolto nesse texto maravilhoso que nos ofereceu aquando do lançamento da Europa Viva, na Comissão Europeia, no dia 12 de Janeiro de 2006:

O texto diz assim:

A cultura tem uma geografia e uma história. No começo, começo promissor de que jamais nos separámos, nessa aurora cor de açafrão, para embalar aqui versos de Homero, está a palavra heróica, está o destino de Aquiles, que, na aguçada consciência de uma morte próxima, vai por gestos esculpindo a honra e a fama, antes que o manto de Hades o derrube. A este herói outros sucederam e à apertada cidade sucedeu uma alargada *polis*, privilegiado lugar da política, lugar de encontro e de comunhão; e à lança e ao dardo sucedeu o poder da palavra, a eloquência, e à violência cruel da batalha guerreira sucedeu, civilizada sublimação, o debate político na assembleia. E a palavra tornou-se *filo-sofia*, indomável espanto, inquieta mão estendida à sabedoria. E no regaço do tempo, Verdade por muitos ainda anunciada, o Verbo fez-se carne, morreu e ressuscitou. E destes caminhos outros partiram, como faróis recortando a costa, e entre eles se cruzaram e o antigo rumor que os habita, mais ou menos perceptivelmente de acordo com a limpidez dos ouvidos que o escutam, percorre hoje as artérias de Lisboa como de Helsínquia, de Atenas como de Praga, primordial seiva do espírito de que somos herdeiros.

Depois do século XX, sabemos, e pagámos bem caro este saber, que não basta o trato e a convivência com as grandes tradições e os grandes textos para nos tornarmos *melhores*; sabemos como as cidades, de humanos lugares de encontro e comunhão, se podem tornar nas ferozes selvas de solidão e alheamento ou até nessas desventradas ruínas, como mostram as fotografias de Dresden e Varsóvia depois da guerra. A barbárie, confessemos-lo, não é apenas uma ameaça recente; do tratamento dado ao cadáver de Heitor, puxado pelos cavalos de Aquiles, a cabeça outrora bela batendo nas pedras da planície de Tróia, à brutalidade cega do 11 de Setembro e dos recentes ataques terroristas, a barbárie ora se insinua como uma serpente no fulgor do gesto, ora se abate com a violência brutal de uma crueldade impenitente. Tal facto, porém, não provoca a falência da cultura, não pode provocar a falência da cultura, nem pode ser pretexto para qualquer desistência; obriga-nos apenas a uma redobrada vigília. Sabemos e não esquecemos que por entre os versos de Vergílio e de Dante, ao lado de Shakespeare e de Racine, de Santo Agostinho ou de Kant, de Thomas Mann ou de Joyce, de Pessoa, a nossa europeia história carrega o fardo de pesadas sombras: fanatismo e intolerância, tirania e escravidão, arrogante ignorância, desfiguradora manipulação, acabrunhante banalidade. Sabemos, todavia, também, e não esquecemos, que desta mesma história se ergue dominante a voz de uma ideia de

homem, de um homem que não está disposto a que o privem da sua memória milenar, que não consente lhe amordacem a sua ânsia de infinito e o seu desejo de imortalidade, que não permite o mitem e o diminuam, fazendo-o menos do que é, que atraíam a autenticidade da sua interrogação, enfim, que não aliena a sua superior vocação de comungar com o outro, em gesto e em palavra livres, a aventura do que vai descobrindo e vivendo.

É pois nestes mestres do humanismo que nós, Europa Viva, homenageamos a Universidade de Lisboa, e o seu desempenho em prol de uma sociedade mais inteligente, mais competitiva, uma sociedade onde o mérito e a substância são valores de estímulo e realização humana.

A Europa Viva como projecto cultural associativo nasceu e cresceu nos bancos da Universidade. É pois natural que continue a contar com a Universidade para aprofundar e trabalhar a sua missão estatutária.

PORTUGAL NA EUROPA, 1986-2006: O QUE ACONTECEU À CULTURA?

*Eduardo Brito Henriques**

A face clara da lua

Cumpriram-se em 1 de Janeiro de 2006 vinte anos sobre a adesão de Portugal à UE, então ainda designada de CEE. Nestas duas décadas passadas, que afinal não são mais do que o espaço de uma geração, muita coisa mudou. Mudaram as pessoas e mudou o território. E isto num período que não podemos deixar de considerar curto se atendermos àquilo que é o tempo em que se mede a história dos países e a velocidade a que normalmente se produzem as mudanças sociais.

Quem conheceu o país em princípios dos anos 80 e o revê agora, não pode deixar de ser sensível a essas transformações que o país conheceu. Claramente, foi uma página da história nacional que se virou. Se quiséssemos descrever a magnitude dessas mudanças em termos alegóricos, mas usando factos reais, talvez pudéssemos resumir tudo a dizer que foi basicamente o Portugal rural atrasado, com os seus carros de madeira puxados por bois e as noites sem luz eléctrica, que desapareceu. Mas não só. Desapareceram também das cidades os bairros de barracas, por exemplo. Em contrapartida – felizmente – deram-se notáveis progressos. O abastecimento de água alargou-se a quase todos os lugares, construíram-se estações de tratamento de águas residuais e, mesmo nos concelhos rurais, foram criados serviços de recolha de lixo. Uma nova rede de auto-estradas e vias rápidas atravessa hoje o país, unindo o litoral e o interior, o norte e o sul. O acesso aos cuidados de saúde, incluindo aos mais sofisticados e inovadores exames complementares de diagnóstico (ecografias, TAC, etc.), democratizou-se. Os serviços financeiros modernizaram-se e aproximaram-se das populações, como mostram a difusão em larga escala da rede de postos de ATM, que hoje se encontram mesmo em aldeias, e a facilitação do acesso ao crédito bancário (uma facilitação talvez excessiva). Onde antes não chegava a rede de telefones, passou entretanto a ser possível falar de telemóvel. Supermercados e hipermercados de grandes cadeias, nacionais e internacionais, tornaram-se presenças comuns até nas pequenas cidades e vilas do interior, contribuindo para uma uniformização das paisagens do consumo assim como dos estilos de vida prosseguidos nas diversas regiões do país.

É impossível não ligar uma fase de assinaláveis progressos materiais na história de Portugal a este novo ‘ciclo europeu’ que se abriu em 1986. Essa Europa que se ‘desco-

* Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

briu' na segunda metade dos anos 80 veio em parte ocupar o papel que no passado o Ultramar desempenhara no projecto de desenvolvimento português, ou que antes ainda tivera o Brasil. Através dos mecanismos de transferência financeiros da Comunidade, a Europa serviu como uma fonte de riqueza exterior que permitiu alimentar no país um surto reformador fortemente focalizado nas infra-estruturas. Parte apreciável desses progressos materiais correspondeu à reedição de uma velha tradição de política de obras públicas, que já anteriormente tivera momentos altos no salazarismo dos anos 30 e 40, no fontismo, e em parte também no século XVIII, quando o erário público se vira artificialmente engordado pelos fluxos de ouro e diamantes do Brasil.

Há uma parte neste desenvolvimento observado em Portugal depois da adesão à UE que correspondeu a uma efectiva prosperidade económica. Apesar de a alguns anos de maior fulgor terem sucedido outros em que o crescimento da economia abrandou, de nem sempre a convergência para a média europeia ter sido a tendência, e até de ter havido episódios de recessão ao longo dessas duas décadas de integração mais plena de Portugal na Europa, é um facto que globalmente se caminhou no sentido do progresso económico. Foi nestes vinte anos compreendidos entre 1986 e 2006 que se viveram os períodos de maior crescimento da economia em toda a história do Portugal democrático.

Nem tudo quanto mudou no país, porém, se deveu a uma maior riqueza disponível. Uma parte desse desenvolvimento passou por alterações que se deram nos planos social e das instituições. Nessas duas décadas, talvez mais ainda do que anos de prosperidade, foram sobretudo anos de modernização os que se viveram. Portugal modernizou-se aos mais diversos níveis. Modernizaram-se as formas de organização do trabalho e modernizou-se o modo de viver as afectividades e de as pessoas se organizarem em família. Modernizaram-se as infra-estruturas e os equipamentos, as habitações, os espaços públicos das cidades, assim como as práticas de sociabilidade, os consumos e os estilos de vida.

Pensando nas práticas culturais, pensando em todo esse vasto universo que tem a ver com o que classicamente chamaríamos o 'cultivo do espírito' e os instrumentos de que fazemos uso nessa nossa valorização integral ou plena enquanto pessoas – desde a música e das artes plásticas à literatura, da ciência à filosofia –, todos concordaremos que também aí, nos vinte anos a que estamos a fazer referência, Portugal mudou muitíssimo. Aliás, as estatísticas confirmam-no. Se olharmos para os números (há sempre esperança de encontrar na objectividade dos números um terreno sólido onde se possa fincar os pés), veremos que a trajectória seguida em Portugal foi, em geral, de crescimento, e isto tanto para os dados da produção artística como para os do consumo ou da prática cultural.

As estatísticas dizem-nos que se ouve hoje em Portugal mais música e que se vai a mais concertos do que em 1986. E os números não se referem apenas ao que se classifica de 'música ligeira', onde – claro está – os progressos terão sido ainda mais assinaláveis. Nesse campo, para além de um enorme crescimento da oferta interna, com a multiplicação dos cantores e das bandas portuguesas de sucesso, cada vez mais alinhadas pelas modas internacionais, deu-se a novidade de Portugal ter passado a marcar presença habitual nas *tournées* das grandes estrelas *pop* mundiais, o que abriu novas oportunidades de acesso ao público português. Mas mesmo no capítulo da chamada 'música erudita' houve um considerável aumento de público. À data da adesão à UE, fazia-se em média, no conjunto do país, um concerto deste género em cada dois dias, a que assistia ao longo de todo o ano pouco mais de uma centena de milhar de espectadores. Em 2005, realizaram-se 2.485 concertos e recitais e o seu público ascendeu a 680.000 especta-

res¹. Foi aliás graças a esta muito maior divulgação da música erudita e à crescente familiarização do público com os seus protagonistas que foi possível assistir à formação de um pequeno estrelato nacional com visibilidade mediática ligado ao meio ‘clássico’, o que não muito tempo antes se julgaria totalmente inverosímil: ao inevitável Maestro Vitorino d’Almeida e a Maria João Pires vieram juntar-se nomes mais jovens, como o de Pedro Burmester, Bernardo Sasseti, Miguel Henriques, Joana Carneiro, Gabriela Canavilhas, etc.

Evolução talvez ainda mais favorável do que a da música erudita foi a que viveu a dança, em especial a dança moderna ou contemporânea. De uma situação de partida em que a oferta portuguesa se encontrava limitada a três companhias de repertório – a CNB, o Ballet Gulbenkian e a Companhia de Dança de Lisboa – passou-se para um cenário de bastante maior abundância, com vários grupos independentes activos em diferentes pontos do país e até algumas companhias de autor (Olga Roriz, Rui Horta). Os dados estatísticos referentes a 2005 dizem-nos que se fizeram em média três apresentações de dança moderna por dia em Portugal, a que assistiram 387.000 espectadores. Dos bailados apresentados nesse ano, 98 corresponderam a originais e uma parte muito apreciável desses – 76 – foram obras nacionais. A este florescimento da dança moderna associou-se a criação de novas oportunidades de mercado nesta área de espectáculos, e isto não só para bailarinos mas também para coreógrafos independentes, por exemplo, actividade que ainda há vinte anos era praticamente inexistente no país.

Mesmo o teatro, que passou por uma crise de público grave e viveu sérias dificuldades em parte do período que estamos a considerar, tem vindo a mostrar em datas mais recentes sinais de retoma. O período negro do teatro viveu-se precisamente nos anos 80 e parte da década seguinte. A perda de público, que se iniciara nos anos 70, prosseguiu por todo esse decénio, vindo as audiências a registar os seus níveis mais baixos de sempre em princípios dos anos 90. Houve para tal provavelmente causas muito mais complexas do que as que de comum se apontam, que se resumem muito à ideia da concorrência da TV. Tem razão quem sabe ver para além disso e consegue reconhecer que nesse abandono das salas de teatro estaria o sinal de um desencontro mais fundo entre público e criadores, de uma incomunicação que se instalara entre uns e outros². Essa crise seria debelada já depois de meados dos anos 90. Foi a partir de então que o teatro português conseguiu finalmente inverter a tendência de perda de público em que vinha a afundar-se e as salas começaram a recuperar a sua capacidade de atracção. Ao fechar do século XX, os números situavam-se já acima dos valores registados aquando da adesão à UE, e em 2005 tinham-se atingido as audiências mais altas de sempre na história do Portugal democrático: mais de 1,7 milhões de espectadores³.

Seria fastidioso continuar a desfiar, sector a sector, números como estes, demonstrativos do progresso das práticas culturais em Portugal desde a adesão à UE. Poder-se-ia por exemplo acrescentar que, tal como sucedeu com os espectáculos públicos, também o número de galerias e exposições de artes plásticas cresceu, ou o dos frequentadores

¹ Quando não indicada outra fonte, os dados a que nos reportamos provêm das *Estatísticas da Cultura e Recreio* (INE – Portugal).

² J. Teixeira Lopes, “Os públicos do teatro e a inocência dos criadores”, in *OBS*, 2, 1997, 15-19.

³ Estes dados devem fazer pensar os que nostalgicamente continuam a ver nos ‘anos de transe’ de 1974 e 75 o único momento de vitalidade do teatro português, senão mesmo da cultura portuguesa – um mito que está muito patente, por exemplo, em E. Dionísio, *Títulos, Acções, Obrigações. Sobre a Cultura em Portugal, 1974-1994*, Lisboa: Edições Salamandra, 1993.

destas e de museus. No capítulo do livro e da leitura, embora – estranhamente – não se conheçam estatísticas, os protagonistas do sector reconhecem que se publicam bastantes mais títulos agora do que em meados dos anos 80 (incluindo novidades) e que há mais editoras, embora advirtam também que as tiragens médias diminuíram, donde que, globalmente, não se possa dizer que o número de livros vendidos seja muito superior⁴. Certo é que há uma muito mais alargada e densa rede de bibliotecas públicas, graças em parte aos apoios financeiros de origem comunitária, tendo aumentado em mais de seis vezes o número dos leitores nelas inscritos desde 1986. No caso do cinema, constatamos que há hoje mais salas, que se projectam mais fitas e que se vendem mais bilhetes. Mesmo o lamento dos que contestam a hegemonia cinematográfica norte-americana resulta injusto se compararmos os dados de 1986 com os de 2005 ou 2006 e constatar-mos que nessa altura o acesso que se tinha ao cinema de outras proveniências geográficas era bastante menor, ou que a cinematografia portuguesa se tornou entretanto muito mais profícua e passou a ter um bastante melhor acolhimento pelo público. Vejamos os filmes nacionais que se estrearam em Portugal em 1986: três títulos apenas: *Saudades para D. Genciana*, de Eduardo Guedes; *O Barão de Altamira*, comédia de Artur Semedo; e *O Vestido Cor de Fogo*, de Lauro António. Em 2006, houve 9 filmes nacionais estreados nas salas de cinema portuguesas (e isto não apenas em salas de cinema de autor; também em multiplexes), foi obtido o maior sucesso de bilheteira de sempre para um filme português (*O Crime do Padre Amaro*, de Carlos Coelho da Silva) e houve uma proposta portuguesa para candidato ao Óscar de melhor filme estrangeiro (*Alice*, de Marco Martins).

Compreensível é que, em relação com tudo isto, tivesse passado a haver em Portugal um número bastante mais elevado de gente com actividade no sector das artes e da cultura. O ensino artístico possui hoje um poder de atracção consideravelmente superior sobre os jovens. Há muito mais gente a arriscar prosseguir os seus estudos nestas áreas, e – o que é ainda mais interessante – isso já nem sempre é visto pelas famílias como loucura ou tendência suicidária. A arquitectura, o design gráfico, o design de moda e a joalharia, o restauro, o cinema, o multimédia, são exemplos de cursos cuja oferta actualmente tende a esgotar. É aliás muito elucidativo que o número de pessoas que se intituam escritores ou artistas tenha aumentado, entre os recenseamentos de 1991 e 2001, 65,9%!

Desenterrando a cabeça da avestruz

Não se pode atribuir apenas à ‘integração na Europa’ toda esta evolução a que se acabou de aludir, e que naturalmente é justificativa de certo optimismo. Porém, ainda menos se poderá dizer o contrário, ou seja, que o facto de se pertencer à UE em nada contribuiu para aquilo que entretanto sucedeu no campo das artes e da cultura em Portugal. Se não directamente, deveu-se-lhe pelo menos indirectamente muita desta evolução.

Concretizemos: o que está na origem de toda esta trajectória positiva antes descrita é fundamentalmente a modernização e a melhoria das condições de vida dos portugueses. A adesão de Portugal à UE contribuiu grandemente para isso, por via do crescimen-

⁴ Segundo o presidente da União de Editores Portugueses, publicam-se em média cerca de 14 mil novos títulos por ano (dados divulgados pela Agência Lusa em 13 de Novembro de 2006, e acessíveis em <<http://ww1.rtp.pt/noticias/index.php?article=259839&visual=26.htm>>). Em 1986, segundo as estatísticas da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, publicaram-se 2.702 títulos.

to económico que induziu (os economistas saberão dizer quanto, mas é de crer que não tenha sido pouco). A Europa abriu ademais oportunidades novas: permitiu um movimento mais fácil de profissionais e ideias, criando possibilidades de ir aprender lá fora com os outros e de nos fazermos conhecer junto deles; fez introduzir ou estimulou a introdução de novas regras na regulação das actividades do sector cultural, contribuindo para a sua modernização (é exemplo a desmonopolização do sector televisivo e radiofónico, o incentivo do mecenato e do terceiro sector, a empresarialização da gestão de instituições culturais; etc.)⁵; deu a conhecer utilidades novas da cultura, nomeadamente através de programas e acções de iniciativa comunitária que vieram sublinhar o potencial contributo desta para o desenvolvimento local, para a regeneração urbana, para a própria coesão social; e, finalmente, abriu possibilidades de financiamento que permitiram superar algumas fragilidades e atrasos crónicos, sobretudo no capítulo da valorização do património e das redes de equipamentos⁶.

É claro que seria totalmente insensato acreditar que tudo entretanto se tornou perfeito e corre bem. Não se pode tirar essa ilação do que se acaba de dizer. Por razões de justiça, é imperioso reconhecer que se progrediu bastante em matéria de práticas culturais e de produção artística nos 20 anos cumpridos sobre a adesão à UE, mas estamos longe de poder descansar a cabeça sobre a almofada dos sucessos alcançados. Lembremos a sentença de Antero de Quental no folheto *O Bom Senso e Bom Gosto*, que desencadeou a 'Questão Coimbrã' (1865): "O entusiasmo é bom, porque eleva o espírito; mas a crítica é melhor ainda porque o esclarece".

Não obstante todo os progressos verificados, temos de reconhecer então que, porque partimos de níveis de produção artística e de consumos culturais muito baixos, estamos ainda longe de nos podermos dar por satisfeitos. Dificilmente aliás poderia ser de outro modo, atendendo às lacunas que continuam a existir no plano da educação e que são peias graves para o progresso do país: os níveis de iliteracia⁷, o abandono escolar precoce, os confrangedoramente baixos níveis de qualificação da nossa classe empresarial⁸ –

⁵ V., p. ex., E. Brito Henriques, "Novos desafios e orientações das políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso português", in *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXXVII, 73, 2002, 61-80.

⁶ V., p. ex., E. Brito Henriques, *Cultura e Território, das Políticas às Práticas. Estudo Geográfico do Património Histórico-Arquitectónico e da sua Salvaguarda*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, 2003 (policop.).

⁷ Os resultados do Programa para a Avaliação Internacional dos Estudantes (PISA), que a OCDE tem vindo a implementar desde 2000 comparando os conhecimentos dos jovens de quinze anos, deixam tristemente patentes as insuficiências do sistema de ensino português. Portugal encontra-se muito abaixo da média da OCDE tanto em competências de leitura, de proficiência matemática como de cultura científica. Entre os países da UE, em 2006, Portugal só detinha posições melhores aos países balcânicos na proficiência científica, e à Itália e aos países balcânicos no caso da proficiência matemática. Em termos de competências de leitura, os resultados eram ligeiramente melhores, situando-se à frente da Lituânia, da Itália, da Eslováquia, da Espanha, da Grécia, da Bulgária e da Roménia, mas mesmo neste parâmetro se estava muito abaixo da média da OCDE e da UE. (Todos estes dados podem ser consultados no URL: <<http://www.oecd.org/dataoecd/15/13/39725224.pdf>>, com acesso em 20 de Dezembro de 2007).

⁸ Em 9 de Dezembro de 2003 foram apresentadas num seminário organizado na CULTURGEST as conclusões de um estudo realizado pelo ISEG, por encomenda do Ministério do Trabalho (Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento), sobre empreendedorismo e inovação. Entre os dados reunidos, um captou então particular atenção por parte da comunicação social: os novos padrões portugueses surgidos entre 1991 e 2001 tinham em média apenas 7,7 anos de escolaridade (portanto, menos que a escolaridade mínima obrigatória). Números como estes são inquietantes pelo que revelam sobre a qualidade da classe empresarial portuguesa, a sua preparação para responder aos desafios da competitividade, e também a sua capacidade de funcionarem como uma verdadeira elite.

tudo isto está ligado entre si e funciona como um colete de varas para o desenvolvimento cultural.

De nada adianta seguir o exemplo da avestruz. Não tenhamos portanto ilusões e assumamos que apesar de todos os progressos observados – progressos quantitativos, sublinhe-se – há ainda muito caminho por percorrer em matéria de progresso cultural. Os dados mais recentes que se possuem sobre as práticas de lazer e cultura dos portugueses, resultantes do *Inquérito à Ocupação do Tempo* realizado pelo INE em 1999, retratam um cenário que não pode deixar de ser considerado limitado, senão mesmo confrangedor: cifrava-se então em 30,5% o valor dos portugueses com 15 anos e mais que no último ano haviam visitado um museu ou uma exposição; só metade desses tinham entrado numa biblioteca, sendo que com frequência apenas uma escassíssima minoria de 2,9%. E continuava também a ser uma estreita camada – de facto, só uma película da sociedade – a que integrava o público dos espectáculos: 9,6% das pessoas com mais de 14 anos no caso do teatro, 6,7% no da dança e 4,9% no caso da música (dita) erudita.

É de admitir que a situação tenha entretanto melhorado um pouco. A evolução dos indicadores de audiência a que antes aludimos sugerem-no, embora nunca possamos saber com certeza se o aumento dos bilhetes vendidos se deveu a um alargamento dos públicos ou a uma intensificação dos consumos por parte do público já fidelizado, quer dizer, se foi mais gente que acorreu aos espectáculos, se foi gente que veio mais vezes. Provavelmente ambas as coisas sucederam. Porém, mesmo que quantitativamente – quantitativamente, repita-se – a tendência aponte para uma melhoria e, logo, possa justificar algum optimismo, isso nada diz quanto à qualidade do que se produz nem ao efeito que isso tem sobre as pessoas, entendendo este efeito na tal perspectiva do aprimoramento das qualidades humanas pelo cultivo do espírito que é, ou deve ser, a essência da cultura (*Bildung*).

Já vimos que temos hoje mais profissionais da escrita, mais designers gráficos, mais gente a viver no e do mundo do espectáculo e das artes plásticas do que aquando da adesão à UE. Deve dizer-se, porém, que muito disto se deveu às oportunidades de emprego criadas pela desmonopolização dos meios de comunicação de massa, nomeadamente da TV, e da sua abertura aos privados. Tal facto abriu caminho a que se desenvolvesse todo um novo corpo de profissionais, numeroso e heterogéneo, e qualitativamente diversificado, onde se incluem desde actores de telenovelas a apresentadores de programas de entretenimento, argumentistas, anotadores, assistentes de produção, *pivots*, publicitários, cenógrafos, modelos; em suma, muito daquilo que constitui a tal *creative class* de que Richard Florida tanto tem falado, e com tão grandes entusiasmos⁹.

Talvez seja prudente não alinhar muito nessas euforias. Não esqueçamos, como dizia Agustina Bessa-Luís, que “Os escritores têm poucas probabilidades de o serem se nascem na cidade, tendo por horizonte um anúncio de refrigerantes”¹⁰. Vejam-se as coisas de frente, como elas verdadeiramente são: sabemos todos que o sucesso desta nova geração de actores concebidos pela TV deve muito mais à ortodôncia e ao *fitness* do que ao conservatório, e que diante do mar pensa, não em Sófocles nem em Shakespeare

⁹ R. Florida, *The rise of the Creative Class*, Nova Iorque: Basic Books, 2002.

¹⁰ A. Bessa-Luís, “O campo, memória das artes”, in *Contemplação Carinhosa da Angústia* (ensaio reunidos e apresentados por Pedro Mexia), Lisboa: Guimarães Editora, 2000, 180.

are, mas em esfoliantes para a pele. Não que só isso em si seja grave. O espectáculo sempre viveu da aparência e daí nunca veio grande mal ao mundo. O inquietante é que, acompanhando essa crescente presença da TV e da sua 'classe criativa' na sociedade, uma nova mentalidade de aceitação da vulgaridade se haja instalado e progredido, contaminando até aquilo que julgaríamos ser o terreno sagrado da cultura mais erudita.

Claro que esta nova mentalidade favorável à vulgaridade que aparentemente está a crescer não mantém com a TV senão uma relação de parceria. Coexistem e alimentam-se uma à outra, mas a causa profunda ou última deste estado de espírito não pode ser imputada à TV. A aceitação e mesmo o incentivo da vulgaridade a que nos estamos a referir tem outras origens, possui antecedentes mais fundos; talvez nos devêssemos interrogar se não nasce de uma espécie de elogio da equivalência que se generalizou, que é a maneira deformada de ver a igualdade e a tolerância pela lente do relativismo, ou seja, na perspectiva da recusa liminar do transcendente e na aceitação de que tudo é afinal apenas e estritamente convencional, simples sentidos que se negociam e produzem na arena social, mesmo se falamos do verdadeiro e do falso, do belo e do feio, do bom e do mau. Nessa apologia da equivalência em que a essência das coisas se evapora, e em que tudo potencialmente passa a ter valor semelhante, o dom e a perícia deixam de ser vistos como requisitos ou atributos indispensáveis para uma actividade artística, e a vulgaridade pode então ocupar o lugar da beleza e tomar facilmente conta da arte. Não é afinal a vulgaridade que se instala sempre que a vocação é reduzida a uma vontade?

'Comer o Coração'

Há um outro risco que o relativismo e o elogio da equivalência transportam: a recusa de uma hipótese racional e objectiva no convívio humano com o Mundo. Esse risco é o fim da capacidade de discernir, a paralisia da faculdade de ajuizar a partir do que nos é dado à consciência pelos sentidos. Deste assassinio da fenomenologia pelo relativismo nada mais pode resultar do que a platitude e a vacuidade de um pensamento que se demite da faculdade de avaliar. A harmonia artificial do politicamente correcto é já uma expressão dessa platitude, ou – uma vez que lembrámos há pouco Agustina, e retomando palavras suas – uma forma de “eunuquismo mental”¹¹.

Vejam os até onde isso pode chegar. A Bienal de Artes Visuais de S. Paulo é uma das mais antigas e prestigiadas mostras de arte da América Latina (talvez mesmo do continente americano), e, por razões que bem se percebem, possui um valor estratégico vital para Portugal e para a cultura portuguesa. À 26.ª Bienal, realizada em 2004, Portugal escolheu fazer-se representar com uma instalação viva, produto conjunto do trabalho de dois artistas portugueses, dois destacados membros na nossa 'classe criativa', um escultor – Rui Chafes – e uma coreógrafa e bailarina – Vera Mantero. A essa instalação-performance chamou-se enigmáticamente *Comer o coração*.

A referida criação consistia no seguinte: duas gigantescas estruturas de metal preto, com seis metros de altura; duas esferas metálicas negras assentes sobre dois tripés e unidas entre si por uma espécie de ponte também em ferro. Algo que lembrava vagamente velhas painéis de ferro como as que havia antigamente no campo, nas casas grandes de lavoura. Por baixo de cada uma dessas esferas, um assento suspenso, no mesmo ferro preto, quatro ou cinco metros acima do solo; dois assentos como o dos

¹¹ Id., *ibid.*

trapezistas, mas imóveis. A bailarina sentava-se num desses falsos trapézios, nua, com o corpo apenas coberto de finos desenhos a lápis, riscos como os que eventualmente crianças fariam sobre paredes brancas se essa liberdade lhes fosse concedida. E então, durante quarenta minutos, a instalação animava-se por efeito da vida da bailarina que lá ficava, suspensa no ar, num movimento de braços e pernas que se encolhiam e esticavam, aparentemente ao acaso, como que a sugerirem uma fuga impossível, e que, gritando, adquiriria também uma perturbante existência sonora.

Foi assim, desta insólita maneira, que Portugal se fez representar na Bienal de S. Paulo. Provavelmente não terá sido fácil nem barato transportar para o outro lado do Atlântico a dita estrutura. Mas a razão pela qual se convoca agora este caso é outra: tem a ver com uma certa estranheza e até o desconforto que, querendo manter sentido crítico, não podemos deixar de sentir diante da aparente anuência e naturalidade com que toda a gente então acolheu esta (talvez houvesse aqui lugar a reticências) ‘obra de arte’. “Sim, o público é maravilhosamente tolerante. Perdoa tudo, excepto o génio”¹², dizia Óscar Wilde e conclui-se agora.

Remotamente, muito remotamente, talvez se possa reconhecer nesta instalação-viva algum lirismo. A nós – é verdade – evocou-nos Mário Sá-Carneiro. Trouxe-nos à memória fragmentos de poemas dele; um, por exemplo, que canta magistralmente o orgasmo, e que se refere a uma ‘doida que quer morrer’¹³:

**Insónia roxa. A luz a virgular-se em medo,
Luz morta de luar, mais Alma do que lua...
Ela dança, ela range. A carne, álcool de nua,
Alastra-se para mim num espasmo de segredo...**

**Tudo é capricho ao seu redor, em sombras fátuas...
O aroma endoideceu, upou-se em cor, quebrou...
Tenho frio... Alabastro! A minh'alma parou...
E o seu corpo resvala a projectar estátuas...**

**Ela chama-me em Íris. Nimba-se a perder-me,
Golfá-me os seios nus, ecoa-me em quebranto...
Timbres, elmos, punhais... A doida quer morrer-me:**

**Mordoura-se a chorar – há sexos no seu pranto...
Ergo-me em som, oscilo, e parto e vou arder-me
Na boca imperial que humanizou um Santo...**

Ou então um outro ainda do mesmo Mário Sá-Carneiro, não menos formidável no seu quase violento erotismo, onde o poeta fala de uma ‘baladeira astral’ de ‘voz em cio’¹⁴:

¹² O. Wilde, “O crítico como artista. Incluindo algumas observações sobre a importância de não fazer nada”, in *Intenções. Quatro Ensaios sobre Estética* (trad. e posfácio de António M. Feijó), Lisboa: Cotovia, 2002 [1891], 83.

¹³ *Salomé*, escrito em 1913.

¹⁴ *Certa Voz na Noite, Ruivamente...*, escrito em 1914.

**Esquivo sortilégio o dessa voz opiada
Em sons cor de amaranto, às noites de incerteza,
Que eu lembro não sei d'Onde – a voz duma Princesa
Bailando meia nua entre clarões de Espada.**

**Leonina, ela arremessa a carne arroxeadas;
E bêbeda de Si, arfante de Beleza,
Acerca os seios nus, descobre o sexo...Reza
O espasmo que a estrebucha em Alma copulada...**

**Entanto nunca a vi mesmo em visão. Somentes
A sua voz a fulcra ao meu lembrar-me. Assim
Não lhe desejo a carne – a carne inexistente...**

**É só de voz-em-cio a bailadeira astral –
E nessa voz-Estátua, ah! nessa voz-total,
É que eu sonho esvair-me em vícios de marfim...**

Pesem embora estas evocações, é de duvidar, será mesmo talvez de duvidar muito, que tivesse sido este o motivo inspirador dessa estranha instalação-performance que estamos a recordar. Tão ou mais improvável ainda é que a muito mais gente este *Comer o coração* tenha sugerido tais versos. Isso seria exigir demais, seria decerto pretender uma erudição fora de moda. E portanto, excluída essa hipótese, ficamos sem perceber como aparentemente ninguém se surpreendeu nem revoltou com tão surpreendente e, não diremos revoltante, mas *revolucionária*, presença portuguesa na Bienal de S. Paulo.

Duchamp, Tunick e Hugh Grant para acabar

Esta cultura da equivalência de que a instalação da vulgaridade e da platitudo do pensamento são expressões, não constitui porém uma originalidade portuguesa – tranquilizemo-nos. Nisto, como em muito mais coisas, estamos já a par do que acontece na Europa e no mundo mais desenvolvido. Há um par de anos, os jornais portugueses revelaram um curiosíssimo facto que dá que pensar: durante a noite, os serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos de Hamburgo, numa manifestação do tão elogiado zelo e eficiência germânicos, tinham levado do espaço público um conjunto de esculturas que equivocadamente tomaram por lixo, e o artista que as criara, indignado, ameaçava processar os responsáveis de tal acto por crime contra a propriedade intelectual.

Histórias como estas levam-nos a desconfiar de Marcel Duchamp e a considerar que talvez ele afinal não estivesse certo quando, do alto do dadaísmo, afirmava que seria arte tudo o que ele dissesse que era arte. Porque razão não podem os serviços municipais alemães dizer também que é lixo tudo o que eles disserem que é lixo? Quem é o juiz e onde está? Eis aonde chegámos; eis-nos diante de um dilema que a prazo pode vir a ser tudo quanto, em matéria cultural, a sociedade da equivalência tenha para nos oferecer: a interrogação e o jogo da cabra cega.

“Ou eu me engano muito, ou há um cerco de obscenidade que se aperta. Qualquer coisa de pestilencial na mente pública” – as palavras são de Maria Velho da Costa no

seu mais recente romance epistolar¹⁵. Talvez seja excessivo, ou pelo menos pareça a quem não seja tão dado ao existencialismo nem tenha um entendimento tão desamoroso da humanidade. A verdade, porém, é que não é fácil conseguir evitar sentimentos próximos desses quando, não obstante tudo o que nos ensinou o século XX com a experiência nazi e comunista, quando todos tão bem sabemos quão perigosa é a sedução das massas e como pode ser fatal a tentativa de subordinar a *pessoa* ao colectivo sem rosto, se verifica que nada disso aparentemente conta para Spencer Tunick nem para os milhares de homens e mulheres que voluntariamente se entregam às suas mãos como mero objectos fotografáveis, na forma reduzida de corpos nus, sem identidade, para fundir na massa disforme da multidão. Em 2003, Tunick conseguiu reunir 7.000 pessoas em Barcelona, e essa fotografia de uma humanidade em monte, corpos humanos transformados em cascas sem conteúdo, correu o mundo. Agora ouve-se dizer que Tunick anda em acção no México, e que aí conseguiu já superar o seu anterior recorde.

Neste tempo de platitude mental, onde tudo se equivale e pode ser válido, e onde nada conduz a ideia, é ilusório acreditar que a irreverência e a capacidade de pensar diferente, autonomamente, em liberdade, estão onde pensaríamos encontrá-las. Residem hoje noutros locais. Vou terminar citando João Pereira Coutinho numa crónica, já com alguns anos, escrita a propósito de uma entrevista a Hugh Grant que ele lera e onde o controverso actor inglês confessava uma predilecção por beber martinis no bar do Ritz¹⁶. Escutemos o que dizia João Pereira Coutinho e reflectamos:

“Hugh Grant é um sinal. Um bom sinal. É uma contra-revolução a caminho. As suas palavras, aparentemente banais, reflectem uma atitude. Grande parte da cultura de massas tende para a vulgaridade – e as novas elites, sobretudo as elites do espectáculo, sentem uma repugnância instintiva pela distinção. George Walden explicou isso num livrinho simpático, intitulado *The New Elites*, que aconselha: para ele, as novas elites são aquelas que, longe de constituírem referência para a manada, visam sobretudo confundir-se com ela, adoptando os seus reles comportamentos. Seria impensável que um outro actor de cinema – um Tom Cruise, um Brad Pitt – optasse por «martinis no bar do Ritz». Isso seria antidemocrático e antipopular, dois pecadilhos imperdoáveis nesta cultura adolescente e plebeia, tiranizada pelo inevitável impulso igualitário. Com Hugh Grant, não. Com ele, não há cervejas em discotecas pelintras. Mas martinis no bar do Ritz. DEUS seja louvado”.

¹⁵ A. Silva Carvalho e M. Velho da Costa, *O Livro do Meio*, Lisboa: Caminho, 2006, 159.

¹⁶ Publicado in *O Independente*, 30 / Ago. / 2002

O Centro de Documentação Europeia e a Coordenação da Licenciatura em Estudos Europeus da Universidade de Lisboa promovem um conjunto de eventos destinados a assinalar os 20 anos de integração de Portugal na Europa.

É exibida a exposição fotográfica comemorativa dos 20 anos de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, inaugurada em Bruxelas em Março de 2006 e em itinerância pelo país. Esta iniciativa é uma parceria entre o Gabinete do Parlamento Europeu, a Representação da Comissão Europeia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Agência LUSA e está patente ao público entre 7 e 23 de Maio deste ano, no Átrio da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Ao mesmo tempo decorrerá um Ciclo de Conferências sobre as mudanças que ocorreram em Portugal nos últimos 20 anos e sobre as perspectivas para o futuro e que contará com a participação de individualidades ligadas a diferentes domínios como o ambiente, as fontes de energia, o ordenamento do território, as mudanças sociais, a cultura, a inovação tecnológica, a demografia, o consumo e a segurança, as relações com Espanha, as políticas europeias, entre outros.

Design: Leonel Angelo (DSRE - Divisão de Relações Externas)

Informações

Filipa Carvalho
Tel.: 217 931 566
cdeul@fd.ul.pt

Teresa Alves
estudoseuropeus@fd.ul.pt

EXPOSIÇÃO
Portugal e Espanha:
Vinte Anos de Integração na Europa
(Átrio da Reitoria)

**CICLO DE CONFERÊNCIAS
E DEBATES**
Portugal: Vinte Anos de Integração
na Europa
Mudanças e Perspectivas
(Reitoria da Universidade de Lisboa)



7 a 23 de Maio de 2007
(Entrada livre)



PROGRAMA

7 de Maio

Sessão de Abertura

(Salão Nobre - 18h00 - Reitoria da UL)

- António Sampaio da Nôvoa (Reitor da Universidade de Lisboa)
- Maria Helena Mira Mateus (Professora Jubilada da Universidade de Lisboa)
- Rui Machete (Vice-Primeiro Ministro que assinou o Tratado de Adesão)
- Luisa Fragoso (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
- Paulo de Almeida Sande (Director do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal)
- Margarida Marques (Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal)

8 de Maio

(Sala de Conferências - 18h00 - Reitoria da UL)

Moderador:

Miguel Teixeira de Sousa

(Presidente do Conselho Directivo da FDUL)

Políticas de Ambiente

Víriato Soromenho Marques (FLUL)

Energias Renováveis

Miguel Brito (FCUL)

9 de Maio

(Auditório da FDUL - 17h00)

Moderador:

Luisa Leal de Faria (Vice-Reitora da UC)

Os 50 Anos do Tratado de Roma: Balanço e o Impasse do Tratado Constitucional Europeu

Fausto Quadros (FDUL)

A Agenda para a Presidência Portuguesa da UE

Nuno Brito (Director Geral dos Assuntos Europeus)

10 de Maio

(Anfiteatro 3 - 18h00 - Faculdade de Letras)

Moderador:

João Ferreira (Diário de Notícias)

Mulher e Família

Isabel André (FLUL)

Associativismo para a Promoção da Cidadania Europeia

Ana Paula Lemos (Associação Europa Viva)

11 de Maio

(Sala de Conferências - 18h00 - Reitoria da UL)

Moderador:

Teresa Alves (FLUL)

A Agenda Política da Presidência Portuguesa da UE Vista pelo PE

João de Deus Pinheiro (Deputado do PE, Grupo PPE-DE e ex-Comissário Europeu)

Joel Hasse Ferreira (Deputado do PE, Grupo PSE)

Miguel Portas (Deputado do PE, Grupo GUE/NGL)

14 de Maio

(Sala de Conferências - 18h00 - Reitoria da UL)

Moderador:

Pedro Soares (FLUL)

Consumo e Segurança

Luis Silveira Rodrigues (DECO)

Política de Concorrência

Miguel Mendes Pereira (FDUL)

15 de Maio

(Sala de Conferências - 18h00 - Reitoria da UL)

Moderador:

José Pedro Serra (FLUL)

Relações Portugal- Espanha

Iva Miranda Pires (FCSH-UNL; CEGUL)

20 Anos de Mudança em Espanha

Representante da Embaixada de Espanha

Cidadania Europeia

Maria José Mesquita Rangel (FDUL)

16 de Maio

(Sala de Conferências - 18h00 - Reitoria da UL)

Moderador:

Maria Alexandra Lousada (FLUL)

Cultura

Eduardo Brito Henriques (FLUL)

Manuela Ribeiro Sanches (FLUL)

17 de Maio

(Sala de Conferências - 18h00 - Reitoria da UL)

Moderador:

Teresa Barata Salgueiro (Presidente da Comissão Executiva do Departamento de Geografia da FLUL)

Desenvolvimento Territorial

Vitor Campos (Director Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano)

Planeamento Territorial

José Manuel Simões (FLUL)

22 de Maio

(Sala de Conferências - 18h00 - Reitoria da UL)

Moderador:

Álvaro Pina (Presidente do Conselho Directivo, FLUL)

Migrações

Maria Lucinda Fonseca (FLUL)

Cidades

Eduarda Marques da Costa (FLUL)

Saúde (medicamento)

José Augusto Morais (FFUL)

23 de Maio

Sessão de Encerramento

(Salão Nobre - 18h00 - Reitoria da UL)

Carminha Cavaco (Professora Aposentada da Universidade de Lisboa)

José Medeiros Ferreira (Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1976 e 1977)

Colibri – Artes Gráficas

Apartado 42 001
1601-801 Lisboa

Tel: 21 931 74 99

www.edi-colibri.pt
colibri@edi-colibri.pt

“Ao completarem-se 20 anos da adesão de Portugal à CEE pretendeu-se através de um ciclo de conferências avaliar as mudanças, conhecer as promessas cumpridas e as oportunidades perdidas e perspectivar as apostas para o futuro. Em 20 anos de integração as mudanças foram muitas e mesmo os mais cépticos reconhecem a relevância de todo este processo na evolução do bem-estar da população de Portugal.”

Este livro reúne algumas das intervenções apresentadas neste ciclo de conferências e debates que se realizou na Reitoria da Universidade de Lisboa de 7 a 23 de Maio de 2007, enquanto decorria a exposição fotográfica comemorativa dos 20 anos de adesão de Portugal e Espanha às Comunidades Europeias.

